

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**As mulheres no espaço público:
Experiências urbanas femininas em Portugal**

BRUNA BORELLI ALVARENGA

Tese orientada pela Professora Doutora Luisa Afonso Soares,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre em Estudos
de Cultura e Comunicação

2018

BRUNA BORELLI ALVARENGA

AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO:

Experiências urbanas femininas em Portugal

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa como requisito para a obtenção do grau de mestre em Estudos de Cultura e Comunicação.

Orientadora: Professora Doutora Luisa Afonso Soares

Lisboa

2018

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Luisa Afonso Soares, pela confiança, estímulo e sabedoria, elementos singulares na vida acadêmica atualmente e que foram decisivos para a realização desta dissertação. Ao quadro curricular do mestrado em Estudos de Cultura e Comunicação, em especial à Professora Doutora Maria Teresa Barbieri de Ataíde Malafaia e à Professora Doutora Ana Paula Laborinho, pelos ensinamentos transmitidos ao longo dos seminários.

Ao Felipe, pelo incentivo cotidiano, pelo companheirismo tanto nos bons quanto maus momentos, por trazer doçura aos meus dias e, especialmente, por ter me ajudado durante todo o processo de pesquisa e escrita da tese. Às minhas amigas do coração, nomeadamente Camilla, Carolina, Daniela, Gabriela, Giuliana, Livia, Lua, Manuela, Marina, Nathalie, Patrícia e Priscilla, por todo o apoio oferecido, pelas incontáveis horas de conversas e, principalmente, por serem exemplos de mulheres que tanto me inspiraram a direcionar minha pesquisa aos Estudos de Gênero. Ao meu amigo Frederico, pelo entusiasmo e cuidado.

Às minhas avós, Conceição (*in memoriam*) e Leonor, pela força exemplar que sempre possuíram e por darem início ao que hoje eu chamo de família. Aos meus tios, Fátima e Marcial, por me incentivarem desde que eu ainda estava no Brasil. À minha irmã, Vanessa, por conseguir estar presente e torcer por mim mesmo estando do outro lado do Atlântico. Aos meus pais, Walter e Sonia, pelo amor, pela preocupação e, sobretudo, por terem proporcionado as ferramentas necessárias sem as quais eu nunca teria conseguido chegar a este ponto da minha vida.

Lock up your libraries, if you like; but there is no gate, no lock, no bolt that you can set upon the freedom of my mind.

Virginia Woolf em *A Room of One's Own* (1978)

RESUMO

Desde a Grécia Antiga, há uma ideologia existente no Ocidente que conecta o gênero feminino à esfera privada da domesticidade e o gênero masculino à esfera pública de Jürgen Habermas. No ambiente urbano, essa dicotomia esteve intensificada em determinados períodos, como podemos notar na contestada inexistência do contraponto feminino do *flâneur*, uma figura emblemática da cidade moderna, ou nos subúrbios de classe média no pós-Segunda Guerra da cultura anglo-americana. Atualmente, as fronteiras entre o espaço privado e o espaço público estão menos nítidas em decorrência dos avanços sociais e da proeminência das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, a associação entre o gênero feminino com a esfera privada ultrapassou barreiras culturais, temporais, econômicas e geográficas, mostrando-se ainda presente na sociedade portuguesa, ainda que de maneira mais branda. Em outras palavras, as mulheres movimentam-se com maior liberdade pelas ruas, mas vivenciam experiências e padrões de mobilidade urbanos distintos e que são resultantes da associação do gênero feminino à esfera privada. Esse panorama abrange a compreensão de que os espaços nas cidades funcionam como uma reprodução cultural dos processos políticos, econômicos, sociais e históricos vigentes. Por meio de uma revisão literária científica, abordamos as vivências das mulheres nos espaços públicos de Portugal em dois tópicos principais conectados com a ideologia das esferas separadas: (i) a sobrecarga de trabalho reprodutivo (i.e. tarefas domésticas e cuidados familiares) mesmo quando estão a trabalhar em tempo integral; e (ii) a prática do assédio nas ruas que origina insegurança no gênero feminino.

Palavras-chave: Gênero. Espaço Público. Mobilidade Urbana. Trabalho Reprodutivo. Assédio.

ABSTRACT

Since Ancient Greece, there is an ideology in the West that associates the public sphere of Jürgen Habermas with the male and the private sphere of domesticity with the female. For instance, one can recognize this dichotomy and the feminine exclusion from the public space realm with the *flâneur* of Charles Baudelaire, an emblematic figure of the construction of the modern city, or the gendered home in the middle-class suburbs after the World War II. Even though distinctions between public and private sphere are blurred nowadays due to social progress and the feminization of the workforce, this belief transcended cultural, economic, geographical, and historical barriers, also shaping the current use of space in the city. That is, while women in the last century have become much more mobile in western cities, they still experience both public and private spaces in different ways than men. This happens because urban spaces behave as a place of cultural reproduction of historical conjunctures since they are socially constructed through economic and political processes, as well as practices and power relations. With this in mind, we address two main topics of women's experiences nowadays in Portugal that are connected with the ideology of separate spheres from a theoretical perspective based on literature review: (i) the burden of reproductive labor (i.e. household chores and family care) even when they work full time; and (ii) women experiencing discomfort and insecurity when walking the streets due to sexual harassment in public spaces.

Keywords: Gender. Public Space. Urban Mobility. Reproductive Work. Street Harassment.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEG – Centro de Estudos Geográficos

CESIS – Centro de Estudos para Intervenção Social

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

FRA – European Union Agency for Fundamental Rights

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

ONVG – Observatório Nacional de Violência e Género

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Motivos de viagem de acordo com gênero	84
Figura 2 – Tempo gasto por semana em cuidados familiares, viagens e atividades	85
Figura 3 – Atividades antes, durante e após o trabalho por gênero	85
Figura 4 – Usos dos tempos para mulheres com atividade profissional	86
Figura 5 – Usos dos tempos para homens com atividade profissional	86
Figura 6 – Tarefas domésticas por gênero	87
Figura 7 – Cuidados a crianças por gênero	88
Figura 8 – Locais onde as mulheres vivenciam violência	95
Figura 9 – Locais onde os homens vivenciam violência	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número médio de viagens por dia e por semana	82
Quadro 2 – Distâncias médias dos percursos diários e das viagens semanais	83

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Gênero e espaço: uma análise contemporânea	16
1.1 A construção social e cultural das mulheres	17
1.2 Espaço e cidade sob as lentes de gênero	25
1.3 Corpos femininos e a noção de mobilidade genderizada	32
1.4 Considerações finais	39
2 A mobilidade urbana na história das mulheres	42
2.1 A dicotomia público/privado nos espaços urbanos	46
2.2 Um olhar de gênero sobre a figura do <i>flâneur</i>	52
2.3 A presença feminina nos subúrbios de classe média	59
2.4 As mulheres no mercado de trabalho	65
2.5 Considerações finais	71
3 A mobilidade urbana feminina em Portugal	74
3.1 As mulheres entre o trabalho e a família	75
3.2 O assédio sexual nos espaços públicos	88
3.3 Considerações finais	100
Conclusão	102
Referências bibliográficas	104

INTRODUÇÃO

O espaço enquanto uma construção social vivenciado de maneiras distintas de acordo com o gênero de um indivíduo é uma abordagem comum nos Estudos Culturais atualmente. No entanto, o conceito foi percebido como neutro por séculos nas Ciências Sociais, até meados da segunda metade do século XX, quando passou a ser entendido como uma reprodução cultural dos processos políticos, econômicos, sociais e históricos vigentes. Neste sentido, a interpretação de espaço ancorada nas teorias de Henri Lefebvre (2008) e Michel de Certeau (1984) forneceu um novo viés epistemológico para que analisemos as problemáticas relacionadas ao uso do espaço e às experiências urbanas e, principalmente, para que novas questões que transcendem a noção tradicional da Geografia emergjam. Particularmente para os Estudos de Gênero, a compreensão de espaço enquanto um produto das relações da sociedade e da cultura auxiliou o campo em questão a pensar nas experiências nas cidades como genderizadas (Koskela 1999). Afinal, embora as mulheres vivenciem o contexto urbano com maior mobilidade atualmente no Ocidente, ainda possuem padrões distintos dos homens (Hanson 2010).

Presente desde a Grécia Antiga, apesar de ter suas fronteiras esbatidas ao longo dos séculos devido aos avanços sociais em relação às mulheres, a ideologia que associa o gênero feminino à esfera privada e o gênero masculino à esfera pública ainda delinea, de certa forma, o imaginário da sociedade e da cultura ocidental (Okin 1989 e Pateman 2012). Consequentemente, as experiências femininas no espaço público das cidades são mais restritas em algumas dimensões. A propósito, compreendemos que há dois tópicos principais no cotidiano feminino relacionados com a dicotomia público/privado que alteram de modo transversal a forma que as mulheres vivenciam o espaço público urbano no Ocidente: (i) a sobrecarga de trabalho reprodutivo (i.e. tarefas domésticas e cuidados familiares) mesmo quando elas estão a trabalhar em tempo integral; e (ii) a prática do assédio nas ruas que origina insegurança no gênero feminino.

Neste sentido, esta dissertação apresenta-se como um esforço para abordar as vivências mais restritas do gênero feminino no espaço público de Portugal por meio de uma revisão literária científica, posto que existe uma lacuna de pesquisas produzidas no país que tratam da mobilidade feminina urbana a partir das especificidades locais. Para tanto, utilizamos teorias e perspectivas dos Estudos de

Gênero de maneira transdisciplinar à medida que as experiências femininas citadas nesta dissertação relacionam-se com os conceitos de espaço, cidade, corporalidade e mobilidade urbana.

A escolha do objeto de estudo em questão não significa, no entanto, que o espaço público deve ser entendido necessariamente como limitado em relação ao gênero feminino em um sentido imutável. Tanto no âmbito acadêmico quanto político-social, a discussão de problemas urbanos relacionados com a segurança e o bem-estar das mulheres pode coexistir com uma teoria urbana contemporânea que, assim como aponta Wolff (2010), recusa categorias fixas e considera os espaços das cidades flexíveis e negociáveis. A propósito, seguimos o argumento de Lefebvre (2012) sobre a conexão direta entre cidade e sociedade, uma vez que a cidade transforma-se ao passo que a sociedade no seu conjunto se altera. Em outras palavras, embora não trate diretamente das questões de gênero e destine suas críticas notadamente para as relações de classe, o autor afirma que as transformações da vida cotidiana também são capazes de modificar a realidade urbana.

Neste sentido, a relevância desta dissertação está relacionada ao que Lefebvre chama de *o direito à cidade*, ou seja, o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais” (Lefebvre 2012, 139, grifo do autor). A propósito, David Harvey (2013) afirma que o direito à cidade abrange, de certa forma, as possibilidades de mudanças e reinvenções. Em outras palavras, é fundamental buscarmos não somente o direito à cidade que já existe, mas o direito em transformá-la, ou seja, tornando-a mais inclusiva para o gênero feminino. Neste ponto, lembramos ainda que, se a cidade nunca foi um lugar particularmente harmonioso e livre de conflitos, ela também tem sido um espaço de resiliência e um palco de inovações sociais (Harvey 2003), sobretudo para as mulheres. Em outras palavras, entende-se que “a vida urbana, apesar de apresentar dificuldades, emancipou as mulheres mais do que a vida rural ou suburbana” (Wilson 1991, 10, tradução nossa).

Quanto à estrutura, a dissertação divide-se em três capítulos, partindo de uma abordagem mais ampla e teórica para a relevância histórica do tema no Ocidente e, por fim, uma análise contemporânea do objeto de estudo, ou seja, as experiências urbanas das mulheres mais restritas em Portugal contemporâneo. Embora argumentemos que essas experiências são encontradas de modo transversal no

cotidiano feminino no país, categorias como raça, classe, orientação sexual, entre outras, podem modificar e/ou restringir a presença das mulheres no espaço público. Entretanto, devido à limitação de literatura científica sobre o tema em Portugal, analisamos os cenários e as práticas da sociedade portuguesa apenas pelas lentes de gênero, o que significa que podem existir lacunas não citadas ao longo da tese ao colocarmos também sob o holofote tais categorias.

Por ser uma dissertação interdisciplinar, o *primeiro capítulo* traz o embasamento teórico necessário para compreender gênero e espaço enquanto construções sociais. Neste sentido, a construção do gênero feminino mais conectado à esfera privada decorre da socialização de gênero, que imprime significados e valorizações específicas aos homens e às mulheres desde pequenos, podendo mudar segundo o local e a época em que o indivíduo está inserido. Do mesmo modo, as noções de espaço e cidades são construtos que envolvem práticas, representações, experiências e imaginários sociais, ou seja, que podem ser vivenciados de formas múltiplas de acordo com o sujeito em questão.

O mesmo vale para a mobilidade como prática humana que, por sua vez, varia conforme as categorias em que determinado corpo está inserido, o que faz do conceito interconectado com gênero a partir da ideia de mobilidade como movimento socializado. Desta forma, não é possível analisar mobilidade – ou, em nosso caso, mobilidade urbana – sem abordar o conceito de corpo e corporalidade. Assim como a compreensão de espaço, a noção de corpo alterou-se no século passado com a teoria de Maurice Merleau-Ponty (2002), que reposiciona a subjetividade no mesmo e não na consciência, conforme argumentado na tradição filosófica. Baseada nesta ideia, Iris Marion Young (2005) afirma que a corporalidade feminina apresenta algumas restrições advindas da socialização de gênero e que influenciam a espacialidade e os padrões de mobilidade das mulheres. Em outras palavras, as mulheres praticam movimentos cotidianos, como no caso de sentar, andar e jogar bola, com os membros mais fechados e maior delicadeza, ou seja, com maior timidez corporal. Neste ponto, usamos a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (1990) para argumentar a existência de estruturas pré-dispostas de gênero que, desde a infância, tornam as experiências femininas distintas no espaço urbano.

Posto que entendemos que as cidades do século XXI resultam de períodos históricos anteriores sobrepostos aos dias atuais (Spain 2014), o *segundo capítulo* propõe-se a evidenciar algumas maneiras que a dicotomia público/privado gerou

distinções de gênero nos espaços urbanos do Ocidente. Para tanto, abordamos de modo específico como o pensamento binário influencia a construção da masculinidade e da feminilidade no espaço urbano na emergência da modernidade, ao mesmo tempo inserindo as mulheres na esfera privada e resguardando a esfera pública de Jürgen Habermas (1991) aos homens.

Após uma breve análise sobre como a associação do feminino com o privado e o masculino originada na Grécia Antiga atravessou os séculos na cultura ocidental, focalizamos nosso esforço teórico em três momentos históricos a partir do século XIX que marcaram a história da mobilidade urbana feminina e oferecem um panorama fundamental para entendermos as experiências contemporâneas das mulheres nas cidades, nosso objeto de estudo. São eles: (i) a importância da figura masculina do flâneur de Charles Baudelaire (1995) na cidade moderna e a contestada inexistência do seu contraponto feminino, uma vez que as mulheres não podiam perambular pelas ruas com a mesma liberdade e, quando o faziam, como no caso das trabalhadoras, as ruas eram apenas um meio para chegar a um determinado fim; (ii) os subúrbios de classe média no pós-Segunda Guerra afastados do “caos” do centro cosmopolita da cultura anglo-americana que intensificaram a ideologia de esferas separadas e a associação das mulheres com o plano doméstico, assim como notado por Betty Friedan (1963) no livro *The Feminine Mystique*; e (iii) a proeminência das mulheres no mercado de trabalho no século XX – embora elas tenham estado sempre presentes na área – e como esse cenário aumenta, por um lado, os padrões de mobilidade do gênero feminino, e, por outro lado, marca fortemente o cotidiano feminino entre trabalho produtivo e reprodutivo.

No *terceiro capítulo*, analisamos a mobilidade urbana feminina no contexto português atual com as restrições causadas pelo assédio nas ruas e pela sobreposição do trabalho reprodutivo ao produtivo. Neste ponto, argumentamos que, para examinarmos as experiências das mulheres nas cidades portuguesas, faz-se necessário avaliar o contexto social e cultural que circunda o gênero feminino no país e na Europa – e que está profundamente marcado pelo pós-25 de Abril. A propósito, a feminização do mercado de trabalho que seguiu a década de 1970 não foi o suficiente para acabar com as distinções de gênero na mobilidade urbana. Em suma, as mulheres em Portugal possuem atualmente um padrão de mobilidade urbana mais complexo que os homens, fazendo viagens menores e mais dispersas durante o dia à medida que precisam conciliar o trabalho com as tarefas domésticas e os cuidados familiares,

sendo mais responsáveis por estes do que seus contrapontos masculinos. Como consequência da ideologia da esfera privada do lar comumente associada com as mulheres, tanto o lado profissional quanto os usos dos tempos do gênero feminino encontram-se comprometidos ao passo que o trabalho reprodutor da mulher é, por vezes, ainda entendido como primário e a atividade produtiva, como secundária.

Quanto ao tópico do assédio nas ruas abordado também no *terceiro capítulo*, argumentamos, por meio de autores, pesquisas e relatórios governamentais, que, embora as mulheres não sejam impedidas de caminhar pelos espaços públicos em Portugal, suas vivências são restringidas pela insegurança causada pela prática. Após teorizar brevemente sobre a ação que constitui uma forma de violência de gênero, trazemos dados específicos sobre Portugal, onde houve uma alteração de lei feita em 2015 ao Código Penal que incluiu as propostas de teor sexual dentro da noção de crimes de importunação sexual, mas cuja percepção social em relação à prática atrapalha uma possível confrontação da problemática.

No contexto de Lisboa, especificamente, afirmamos que as mulheres percebem o assédio nas ruas como uma ofensa ou um incômodo, vivenciando o espaço público à noite com receio. Neste sentido, para conseguir percorrer o espaço público com maior segurança, as mulheres pensam antecipadamente sobre o vestuário e os lugares frequentados, enquanto uma medida para se resguardar de violências, mesmo aquelas consideradas menores, como no caso do assédio nas ruas. Embora exista essa ideia de que a esfera pública seja mais “perigosa” para as mulheres, os dados encontrados confirmam uma situação paradoxal: a maior parte das violências ocorre na esfera privada. Ressaltamos ainda que a normalização em torno da prática impede que o campo de estudo desenvolva-se ao encontro da participação igualitária das mulheres nas cidades.

1 GÊNERO E ESPAÇO: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

[. . .] pensei em como é desagradável ficar presa do lado de fora; e pensei em como talvez seja pior ficar presa do lado de dentro.

(Woolf 1978, 39)

Convidada a discorrer acerca das mulheres na ficção ainda no fim da década de 1920, Virginia Woolf acabou por preparar um testemunho das condições sociais das mulheres da época. A reflexão que deu origem ao ensaio *A Room of One's Own* resulta da noção de Woolf (1978) de que, antes mesmo de falar da produção literária feita por mulheres, era necessário debater a posição subalterna do gênero feminino na sociedade em geral. Segundo a escritora, a entrada e a permanência das mulheres no campo literário eram prejudicadas pela falta de privacidade e de um espaço próprio para laborar a escrita enquanto mulher.

No intuito de elucidar como a sociedade reservava atribuições e espaços distintos aos homens e às mulheres, a escritora narra diversos episódios simbólicos sobre o assunto, como o passeio que sua personagem autobiográfica realiza pelos arredores de uma universidade, onde é advertida por um funcionário ao andar pelo gramado, posto que seu caminho era aquele delimitado por pequenas pedras. O gramado, diz a autora, era somente para os estudantes e os professores. O cascalho que era seu lugar. Outra obstrução ocorre quando ela tenta entrar na biblioteca, uma vez que as mulheres só podiam entrar no recinto se acompanhadas por um estudante da universidade do gênero masculino ou, então, munidas de carta de apresentação.

Para ilustrar a posição social das mulheres na época, Woolf (1978) arquiteta a existência de uma irmã gêmea fictícia para o escritor William Shakespeare, a Judith, de maneira a construir uma narrativa em que a compreensão de que a mulher pertence à esfera privada ultrapassou os séculos. Na obra, Woolf esboça um cenário para a vida de Judith condizente com a cultura da época. Ou seja, no século XVI, período em que o escritor e dramaturgo Shakespeare viveu, as mulheres não estudavam gramática, línguas ou matemática. Contudo, Judith, a irmã inventada por Woolf, compartilhava as paixões e as inclinações de Shakespeare para a literatura e o teatro; teria, inclusive, o mesmo talento que ele. Não a interessava permanecer dentro do lar para aprender a costurar ou instruir-se de outras habilidades tão comuns às mulheres da época.

Na obra, Woolf enfatiza de modo intencional as estruturas de gênero que

delimitam os espaços femininos na sociedade. Descrita como inteligente e autodidata, Judith foge para Londres em busca de fama, a mesma conquistada pelo irmão. Mas, ao chegar lá, tudo são dificuldades. Ela não pode caminhar sozinha pelas ruas, e a presença feminina nos palcos das companhias de teatro não é admitida. Judith termina grávida e sozinha, o que a leva a cometer suicídio.

Tema central do ensaio elaborado por Woolf ainda no século passado, as limitações sociais e, consequentemente, físicas vivenciadas pelas mulheres nas cidades contemporâneas do Ocidente são entendidas nesta dissertação como atuais, levando em consideração as especificidades da região em que elas estão inseridas. No intuito de traçar um panorama sobre o objeto de estudo em questão, abordaremos a seguir as designações em torno dos conceitos de gênero, principalmente a partir do trabalho de Candace West e Don Zimmerman (1987), Joan Wallach Scott (1994 e 1999), Judith Butler (1988 e 1999), Lúcia Amâncio (1994) e Maria do Mar Pereira (2012); e espaço, em que derivamos das teorias de Henri Lefebvre (1976, 2008 e 2012) e Michel de Certeau (1984).

Fundamental para a nossa argumentação, o conceito de espaço surge relacionado com as categorias de mobilidade, estudada por Tim Cresswell (1999, 2006 e 2010); de cidade, objeto de análise de Elizabeth Grosz (1992); e de urbanização, a partir da argumentação de David Harvey (2003, 2005 e 2013). Por fim, trataremos da socialização de gênero enquanto ordem estruturante para a mobilidade feminina a partir das teorias de Maurice Merleau-Ponty (2002), Iris Marion Young (2005) e Pierre Bourdieu (1990). Com a designação desses conceitos e da arguição de suas problemáticas, buscamos colocar sob o holofote a maneira em que gênero e espaço são interligados e construídos no contexto urbano ocidental.

1.1 A construção social e cultural das mulheres

Assim como afirma Raewyn Connell (1987) em *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, uma criança quando nasce não possui um gênero social, mas um sexo biológico determinado pela presença de um órgão genital em específico. Entretanto, à medida que a criança fica mais velha, a sociedade fornece, por meio de agentes de socialização – como a família, a escola e a mídia – uma série

de prescrições, padrões, modelos de comportamento e discursos¹ apropriados ao gênero que lhe foi atribuído. No livro *Fazendo Gênero no Recreio*, Maria do Mar Pereira (2012) conceitualiza gênero como um conjunto de valorizações e significados associados ao feminino e ao masculino dentro de um determinado tempo e espaço social e geográfico que inclui “os processos, discursos e estruturas através das quais se (re)produzem e negociam, de forma contínua mas variável, diferenciações e hierarquias entre pessoas e coisas” (59).

Em outras palavras, o que essas autoras argumentam é que, apesar das especificidades encontradas em cada indivíduo, estamos inseridos em uma cultura com estruturas de gênero mesmo antes de nascermos, o que traz consequências para os nossos modos de ser na sociedade. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar do gênero estar presente em todas as culturas e períodos históricos conhecidos, não há “explicações monocausais, universalistas e a-históricas para o gênero”, sendo sujeito “a mudanças com o passar do tempo, porque resulta de um número de fatores complexos” (Okin 2008, 317-8). Por esse mesmo motivo, não buscamos salientar como surgem as estruturas de gênero na sociedade, mas discorrer sobre suas consequências nas vidas cotidianas e a importância dos Estudos Feministas e Estudos de Gênero² enquanto ferramentas interdisciplinares de desestabilização dessas estruturas.

¹ Neste ponto, seguimos a perspectiva de Michel Foucault (1987) que, na obra *A Arqueologia do Saber*, conceitualiza discurso enquanto um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (136). No entanto, entendemos que as práticas discursivas também podem ser utilizadas como mecanismos de subversão, ou seja, sob a forma de “discurso reverso”, uma vez que o discurso “veicula e produz poder, reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault 1999, 96).

² Por Estudos Feministas, compreende-se os estudos interdisciplinares que, a partir dos anos 1970, trouxeram para o âmbito acadêmico epistemologias críticas sobre as mulheres em sociedade e em suas representações culturais, levando em consideração a concepção de gênero como socialmente e culturalmente construído. Os Estudos Feministas surgem a partir da crise do cânone e da crise dos Estudos Literários, nos anos 1960, ao passo que existe nesse período uma maior reivindicação pela existência de vozes múltiplas, além da contestação de noções como a de um cânone estável ou a do centramento do saber (Macedo e Amaral 2005). Com o desenvolvimento dos Estudos Feministas e a conceitualização de gênero enquanto um construto social, o campo intitulado Estudos de Gênero passa a representar a maneira em que as categorias homem e mulher são identidades subjetivas e passíveis de ressignificação na sociedade (Scott 1999).

O entendimento de gênero feminino como construção social e cultural³ já havia sido citado por Simone de Beauvoir (1997) em *O Segundo Sexo*, que disse que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (295, tradução nossa). Por essa afirmação, Beauvoir rejeita o determinismo biológico e busca proclamar que não é a biologia que forma a(s) identidade(s) feminina(s), mas sim as construções sociais. A partir da década de 1970, a diferenciação entre os termos sexo e gênero e a ideia de que gênero é uma construção ganha maior relevância nos Estudos Feministas. No período, sexo passou a ser entendido como um *critério biológico* que determina se a pessoa é mulher ou homem, já gênero, a *construção normativa* de características e ações mais acertadas para aquela determinada categoria sexual.

Até então, a diferenciação entre sexo e gênero era “uma distinção psicológica obscura” que aludia ao gênero como comportamento e ao sexo, como anatomia e fisiologia (Young 2005, 13, tradução nossa). Como recorda Lígia Amâncio (1994) na obra *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*, nas sociedades modernas, as explicações biológicas de diferenças sexuais substituíram as crenças religiosas e a “ordem natural das coisas” (19) no século XIX. A concepção de biologia como destino e suas consequências nas vivências de acordo com o gênero atribuído são identificadas por Amâncio neste trecho:

O que parece acontecer no caso da diferenciação baseada no sexo é que o senso comum associa ao diformismo sexual um conjunto de características de personalidade e orientações de comportamento, organizados em modos de ser homem e de ser mulher, que não encontram fundamento nas diferenças biológicas, antes as utilizam como pretexto. (Amâncio 1994, 33)

Em *Gender and Sexuality: Sociological Approaches*, Momin Rahman e Stevi Jackson (2010) assinalam na mesma direção que Amâncio ao afirmar que a ciência, apesar de ter suprido gradualmente a religião como estrutura cultural dominante, apenas reproduziu noções sobre masculinidades e feminilidades que agravam a desigualdade de gênero entre homens e mulheres. Os teóricos criticam, principalmente, que “no setor de gênero e sexualidade, explicações biológicas

³ Entende-se que o processo de construção do gênero envolve tanto aspectos sociais quanto culturais, de maneira que a cultura em seu conceito mais abrangente, como entendido por Stuart Hall (1997), desempenha um papel fundamental no ser mulher a partir das representações, significados e práticas compartilhadas em sociedade.

reintroduzem ideologias culturais contemporâneas ao invés de apresentar evidências neutras” (2010, 122, tradução nossa). Rahman e Jackson ressaltam que a problemática não está especificamente nos pesquisadores, mas que esse processo acontece porque o determinismo biológico não produz conhecimento neutro, uma vez que a investigação científica está sempre inserida em uma determinada cultura:

Sciences are seen as part of a neutral uncovering of ‘true’ facts, part of the progress towards universal knowledge, which began during eighteenth-century Enlightenment and has continued to this day [...] The problem with the application of science to the realm of the sexual is that these scientific studies developed in a historical and cultural context of increasing social concern around gender and sexuality, and are therefore influenced by these concerns, in both the terms of their inquiry and their scientific conclusions. (Rahman e Jackson 2010, 111)

De certa maneira, o que Rahman e Jackson buscam colocar sob o holofote com essa argumentação é a existência de uma estrutura social e cultural que existe por trás de todas as investigações científicas, com perguntas elaboradas, métodos utilizados e a própria leitura de resultados obtidos que não estão isentos da cultura e da sociedade em que estão inseridos. Em *Theorizing Gender*, Rachel Alsop, Annette Fitzsimons e Kathleen Lennon (2002) apontam na mesma direção quando dizem que os conceitos e estruturas de interpretações pelas quais organizamos nossas observações influenciam a maneira em que cientistas decodificam resultados.

A propósito, a linguagem também desempenha um papel importante. Emily Martin (1991) reflete sobre o tema no artigo “The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles” ao estudar a linguagem textual científica empregada para descrever o processo reprodutivo humano. Ela nota, particularmente, como o esperma masculino é descrito com mobilidade enquanto o óvulo feminino, com passividade. “É notável como o óvulo age de um jeito ‘feminino’ e o esperma, ‘masculino’. O óvulo [...] não se move ou trafega, mas passivamente ‘é transportado’ ou mesmo ‘flutua’ pelo tubo falopiano” (Martin 1991, 489, tradução nossa). Segundo a autora, as palavras utilizadas para descrever a mobilidade do esperma, por sua vez, são “otimizados” e “ativos”. Ou seja, uma linguagem que alimenta o discurso em torno da mobilidade de gênero e a associação do feminino à esfera privada, e o masculino à esfera pública, o que

veremos no próximo capítulo.

Para desafiar a abordagem tradicional essencialista⁴ que gera a concepção que mulheres e homens possuem características e papéis sociais⁵ distintos meramente por causa de suas diferenças biológicas, as teóricas feministas de segunda vaga passaram a distinguir os termos sexo e gênero. Gayle Rubin (1975) é uma das primeiras teóricas a apontar essa diferença em *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy of Sex'*, quando afirmou que gênero e sexo estão relacionados, mas tratam-se de categorias diferentes. Rubin (1975) cunhou o termo *sistema sexo/gênero* para definir uma série de dispositivos pelos quais “a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (159, tradução nossa). Considera-se que, naquela época, a diferenciação entre os termos sexo e gênero foi fundamental para questionar os estereótipos e as pressões vivenciadas pelas mulheres para adaptar-se aos papéis binários. Salientava-se, portanto, que a existência de diferentes corpos e sistemas reprodutores distintos não justifica a separação por esferas e atividades desenvolvidas por sexo, as oportunidades desiguais no mercado de trabalho e as divisões genderizadas das tarefas familiares.

Adeptos do conceito de gênero como algo que se faz e não algo que se tem, ou seja, a performance⁶ de gênero que mais tarde será adotada por Judith Butler, Candace West e Don Zimmerman (1987) defendem no artigo “Doing Gender” que o gênero não é definido por um conjunto de traços, mas por sua perspectiva performativa e dinâmica, devendo ser estudado como uma construção rotineira, metódica e recorrente, que depende da interação entre os indivíduos. Fazer gênero, segundo os

⁴ Por essencialista, lê-se a concepção de uma essência fixa e imutável, que permanece inabalável mesmo em diferentes culturas ou épocas. Grosz (1994) elucida que o essencialismo frequentemente recorre ao naturalismo (a invocação de algum tipo de natureza) ou ao biologismo (postulação de uma universalidade biológica), podendo apelar ainda para fatores culturais ou teológicos como justificativa para uma afirmação universal.

⁵ Segundo Macedo e Amaral (2005), a distinção dicotômica entre público e privado abordada no segundo capítulo enquanto constitutiva para a dicotomia de gênero (feminino/masculino) resulta em uma determinada concepção de papéis sociais, ou seja, um conjunto de normas e expectativas condicionantes ao comportamento humano, geralmente atribuídos aos dois gêneros. Isto é, político/pessoal, social/individual, trabalho/casa, entre outros.

⁶ De acordo com Pereira (2012), o conceito de performance nas Ciências Sociais passou a ser entendido, a partir do final da década de 1980, menos como a representação de papéis exteriores a cada indivíduo, evidenciando, por sua vez, a “dimensão de (re)criação e negociação, isto é, o modo como as performances contribuem para construir (e não apenas reproduzir) o social” (46).

autores, significa “criar diferenças entre garotas e garotos e mulheres e homens que não são naturais, essenciais ou biológicas” (137, tradução nossa), e que influenciam, como poderemos ver nos próximos capítulos, até a distribuição das esferas privadas e públicas na cidade ocidental. De acordo com Alsop, Fitzsimons e Lennon (2002), essas performances abrangem discursos, decisões, desejos e estilos corporais que associam-se com os modos de ser homem e mulher.

A concepção do gênero enquanto uma categoria fixa e binária também foi questionada por Joan Scott (1999) em *Gender and The Politics of History*. Na obra, Scott compreende gênero enquanto o *saber*⁷ em torno das diferenças sexuais, o que torna o conceito, na opinião da autora, a organização social das diferenças sexuais. Scott ressalta que esse entendimento não estabelece que o gênero implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas, na realidade, que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais e que tais distinções variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos os órgãos reprodutivos, determinam como será definida a divisão social. Para a autora, essa abordagem sugere que a História não é neutra e que esse mesmo campo desempenha um papel fundamental na produção do saber sobre a diferença sexual, uma vez que as representações do passado ajudam a construir a compreensão do gênero no presente ao deixar “implícito que a diferença sexual é um fenômeno natural e não social” (15, tradução nossa).

Fundamental para o desenvolvimento da teoria *queer*⁸, Judith Butler (1999) trabalha com a perspectiva da performance e indaga a diferenciação feita entre os termos gênero e sexo na obra *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Butler questiona a distinção utilizada pelas feministas entre gênero e sexo como categorias estáveis ao afirmar que essa diferenciação conserva o mesmo

⁷ Joan Scott (1999) explica que seu entendimento de saber deriva da noção de Michel Foucault (2000), mais especificamente da obra *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, de que o saber é um modo de ordenar o mundo e apresenta significado de compreensão produzido por intermédio das culturas e das sociedades sobre as relações humanas. Neste sentido, Scott sugere que o saber “não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo”, que seus usos e significados “são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas” e, por fim, que o conceito não se refere apenas a ideias, “mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais” (12, tradução nossa).

⁸ Segundo Macedo e Amaral (2005), a teoria *queer* desafia as noções teóricas sobre questões de gênero, interligando, ao mesmo tempo, sexo, sexualidade e gênero; à procura da desestabilização de categorias binárias e estáveis.

pensamento binário encontrado nas categorias *homem/mulher* e *cultura/natureza* e, por sua vez, critica a premissa de que as masculinidades e as feminilidades são traços estáveis nos indivíduos ao argumentar que “a identidade é performativamente constituída pelas ‘expressões’ que se considera serem seu resultado” (Butler 1999, 33, tradução nossa).

O gênero, segundo a autora, é construído por meio da performance e da interação, sem que exista uma categoria identitária original, ou seja, uma identidade de gênero por detrás das expressões de gênero. Butler (1988) afirma que “não há uma ‘essência’ que o gênero expresse ou externalize”, uma vez que “gênero não é uma realidade”, mas que “os vários atos de gênero criam a ideia do gênero e sem esses atos o gênero simplesmente não existiria” (522, tradução nossa). Neste sentido, ser reconhecido como mulher ou homem decorre da manifestação pública que o indivíduo desempenha de acordo com as características associadas com a feminilidade ou com a masculinidade.

A propósito, salientamos que a perspectiva performativa possibilita que não troquemos o determinismo biológico pelo determinismo social, oferecendo um espaço dinâmico para a construção de outras narrativas no futuro. Além disso, essa visão desempenha um papel fundamental para a crítica à lógica dualista, que insere homens e mulheres como “grupos internamente homogêneos, opostos e radicalmente distintos” (Pereira 2012, 59) e autoriza um solo fértil para fronteiras de gênero que restringem com maior facilidade as mulheres na esfera privada mesmo em uma época como a atual em que tais fronteiras estão esbatidas. No entanto, e como diz Pereira (2012), ressaltamos que apesar dos indivíduos produzirem gênero de forma ativa, eles nem sempre o fazem conscientemente e racionalmente, uma vez que a produção de gênero decorre de processos de internalização e socialização.

Destacamos também que, nesta dissertação, estimamos a abordagem performativa do gênero, porém, a mesma pode ser lida como problemática quando utilizada para analisar o nível macro da sociedade (Fraser 1995), conforme faremos nos próximos capítulos. Em *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*, bell hooks (1990) atenta para a noção de que rejeitar categorias identitárias pode enfraquecer o movimento político em torno de uma categoria, como no caso de mulheres negras, uma vez que é necessário formar uma base de indivíduos para obter relevância política. Ao mesmo tempo, hooks sugere que a desestabilização do essencialismo binário permite “afirmar múltiplas identidades negras, experiências

negras variadas” (1990, 28, tradução nossa).

Neste sentido, entendemos que a perspectiva performativa coexiste nesta dissertação com a visão mais estrutural de gênero no mundo que ainda o enxerga de modo binário. Embora sejam binárias, as categorias homens e mulheres utilizadas nesta dissertação são úteis para analisarmos desigualdades de gênero existentes. A propósito, Susan Bordo (1990) afirma em “Feminism, Postmodernism, and Gender Scepticism” que:

In a culture that is in fact constructed by gender duality, however, one cannot simply be “human”. This is no more possible than it is possible that we can “just be people” in a racist culture. (...) Our language, intellectual history, and social forms are “gendered”; there is no escape from this fact and from its consequences on our lives. Some of those consequences may be unintended, may even be fiercely resisted; our deepest desire may be to “transcend gender dualities”; to not have our behavior categorized as “male” or “female.” But, like it or not, in our present culture, our activities are coded as “male” or “female” and will function as such within the prevailing system of gender-power relations. (152)

Nossa intenção, neste sentido, é expor a construção do gênero em binários para que, assim, possamos desconstruir a força dessas dicotomias e suas hierarquias valorativas na categoria de gênero. Quando utilizamos essas categorias fixas (homem/mulher), portanto, entendemos que seus significados e experiências podem ser complexos e heterogêneos.

Além disso, entendemos que as opressões vivenciadas por mulheres são multidimensionais. Isto é, existem estruturas de gênero na sociedade que desencadeiam desigualdades sociais, mas as mesmas devem ser levadas em consideração também com outras experiências que abrangem, por exemplo, as categorias de raça⁹, classe e idade, uma vez que “algumas pessoas encontram

⁹ Entendemos o conceito de raça não pelo viés biológico, mas como “um discurso que constrói categorias negativas e inferiores para representar um grupo de pessoas que se pretende estigmatizar”, o qual ganhou fôlego com o surgimento dos Estudos Pós-Coloniais que levam em consideração o projeto do colonialismo e da expansão europeia a partir da promoção de “discursos racistas que reduziam os povos colonizados a primitivos ou decadentes” (Macedo e Amaral 2015, 75). Neste sentido, concordamos com Hall (2006) quando o mesmo diz que a oposição binária entre raça enquanto demarcador biológico e etnia como demarcador cultural é simplista, posto que “os estigmatizados por razões étnicas, por serem ‘culturalmente diferentes’ e, portanto, inferiores, são também caracterizados em termos

restrições relativas em sua liberdade e bem-estar material como efeito cumulativo das possibilidades de suas posições sociais” (Young 2005, 21, tradução nossa). Deste modo, entendemos espaço, cidade e mobilidade não somente enquanto categorias construídas socialmente e culturalmente, mas também influenciadas diretamente por esse quadro de opressão multidimensional, como pode ser visto no item a seguir.

1.2 Espaço e cidade sob as lentes de gênero

Para analisarmos as experiências das mulheres no espaço urbano, abordadas no terceiro capítulo, é necessário, em primeiro lugar, compreender o conceito de espaço como uma construção social que se modifica conforme a cultura e a época em que está inserido, sendo ainda vivenciado de maneiras diversas por cada indivíduo de acordo com categorias que vão além da concepção de gênero, assim como raça, classe e orientação sexual. Essa interpretação difere da abordagem tradicional da Geografia e compreende que “problemas espaciais não são somente questões de mobilidade ou distribuição dentro de um espaço físico” (Koskela 1999, 112, tradução nossa), o que torna possível ler o espaço no contexto da cidade, ou seja, o urbano, como um produto de relações sociais de poder. Neste âmbito, Henri Lefebvre refere o seguinte:

Space is not a scientific object removed from ideology or politics; it has always been political and strategic. If space has an air of neutrality and indifference with regard to its contents and thus seems to be "purely" formal, the epitome of rational abstraction, it is precisely because it has already been occupied and used, and has already been the focus of past processes whose traces are not always evident in the landscape. Space has been shaped and molded from historical and natural elements, but this has been a political process political and ideological. It is a product literally filled with ideologies. [...] Space, which seems homogeneous, which seems to be completely objective in its pure form, such as we ascertain it, is a social product. (Lefebvre 1976, 31)

Em *The Production of Space*, Henri Lefebvre (2008) prepara o território para que outros teóricos passem a compreender o espaço como resultado de processos sociais. Em outras palavras, os espaços na sociedade são, segundo o autor,

físicos (embora talvez não tão visivelmente como os negros) e sustentados por estereótipos sexuais” (67). Em outras palavras, raça é “uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder” (Hall 2006).

consequências de um processo complexo que envolve práticas, representações, experiências e imaginários sociais de grupos de pessoas e de indivíduos; e aponta a importância da história e do tempo quando falamos de espaço. Essa abordagem faz com que o espaço em si mesmo não sirva como um ponto de partida epistemológico, uma vez que ele não existe em si mesmo, e a atenção ao conceito estende-se para outras áreas além da Geografia (Schmid 2012).

A propósito, Lefebvre (2008) argumenta que o espaço pode ser entendido enquanto *percebido*, *concebido* e *vivido*¹⁰, derivando de Merleau-Ponty (2002) quanto à fenomenologia da percepção, tema que será abordado ainda neste capítulo. Neste sentido, Lefebvre associa, respectivamente, (i) as práticas espaciais com o espaço percebido pela materialidade e pelos cinco sentidos humanos; (ii) as representações do espaço com o espaço concebido pela produção de conhecimento por estudiosos do espaço, ou seja, o discurso sobre o espaço; e (iii) os espaços de representação com o espaço vivido, ou seja, a experiência humana e os discursos do espaço que formam o imaginário social (Shields 2005).

Conforme afirma Christian Schmid (2012) em “A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em Direção a uma Dialética Tridimensional”, Lefebvre integra sistematicamente as categorias de *cidade* e *espaço* em uma perspectiva única e abrangente, dirigindo-se aos conceitos de maneira que eles aparecem relacionados e constitutivos. Na obra *O Direito à Cidade*, Henri Lefebvre (2012) propõe a definição da cidade como “projeção da sociedade sobre o terreno, isto é, não só sobre o lugar sensível, mas também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano” (66).

Na mesma direção de Lefebvre, Michel de Certeau (1984) afirma em *The Practice of Everyday Life* que o espaço é o *lugar praticado*, o que faz da rua circunscrita geometricamente por planejamento urbano um espaço transformado e

¹⁰ Lefebvre (2008) afirma ainda que a produção do espaço está dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados e dependentes uns dos outros. Lefebvre (2008) aborda a tríade (i) prática espacial, (ii) representações do espaço e (iii) espaços de representação. Neste ponto, consideramos inequívoca a interpretação de Bhattacharyya (2014) em que Lefebvre relaciona (i) práticas espaciais com o espaço físico e material que abrange o concreto e o subjetivo; enquanto (ii) as representações do espaço incorporam os espaços de plano abstrato, sendo empregadas por urbanistas e outros estudiosos da área. Por fim, os dois conceitos se unem dialeticamente, formando (iii) os espaços de representação em que “conciliam-se o espaço mental e o espaço real, ou seja, um espaço que diz respeito às esferas físicas e sociais de um indivíduo ou grupo de indivíduo onde as relações sociais são reproduzidas” (Bhattacharyya 2014, 1344, tradução nossa).

significado por seus transeuntes. Certeau denomina lugar como uma configuração instantânea de posições, o que implica em uma relação de estabilidade. Dessa maneira, o lugar é o espaço concreto e ausente de significado, enquanto o espaço como prática do lugar possui capacidade de mutação a partir das vivências e apropriações dos sujeitos urbanos. Sob essa perspectiva, Certeau constrói uma analogia entre a cidade e a língua, o caminhar e a fala:

The act of walking is to the urban system what the speech act is to language or to the statements uttered. At the most elementary level, it has a triple "enunciative" function: it is a process of appropriation of the topographical system on the part of the pedestrian (just as the speaker appropriates and takes on the language); it is a spatial acting-out of the place (just as the speech act is an acoustic acting-out of language); and it implies relations among differentiated positions, that is, among pragmatic "contracts" in the form of movements (just as verbal enunciation is an "allocution," "posits another opposite" the speaker and puts contracts between interlocutors into action. (Certeau 1984, 97-8)

No livro *The Sphinx in the City*, Elizabeth Wilson (2001) assinala na mesma direção ao dizer que cidade deve ser entendida como um texto, ou seja, algo que pode ser lido e interpretado. Com diversas camadas de significados, a cidade é, segundo ela, “um artefato, uma obra de arte, criada pela mente e imaginação humana” (10, tradução nossa). Em “Bodies-Cities”, Elizabeth Grosz (1992), por sua vez, faz uma relação entre *corpo*¹¹, conceito que retomaremos novamente neste capítulo a partir da ideia de corporalidade, e *cidade*. A autora define cidade como uma rede complexa e interativa de atividades sociais díspares, processos e relações imaginárias e reais conectadas de forma desintegrada em termos geográficos, cívicos e públicos. A cidade, para Grosz, reúne fluxos econômicos e informacionais, redes de poder, formas de deslocamento, de administração e de organização política, além de relações

¹¹ Por corpo, Grosz (1992) entende que é uma unidade material de estrutura óssea, órgãos, nervos e músculos “à qual é conferida uma organização através da sua inscrição psíquica e social enquanto superfície e matéria-prima” (91, tradução nossa), sendo regulado de modos diferentes de acordo com a cultura e a época. O corpo, segundo a Grosz, apresenta, portanto, uma identidade legível e significativa à medida que é local de inscrição de ideias e significados codificados socialmente, tendo sua produção e desenvolvimento ocorridos a partir de regimes de disciplina e formação para que possa “assumir as tarefas sociais que lhe são exigidas, mas também para que se torne uma parte integrante ou uma posição dentro de uma rede social” (Grosz 1992, 92, tradução nossa).

sociais, que culminam em uma organização de espaço e de lugar parcialmente permanente, mas mutável (Grosz 1992, 92, tradução nossa).

Neste ponto, o que interessa para esta dissertação é a ideia de Grosz que o corpo e a cidade produzem-se mutuamente, sendo a cidade fundamental no processo de produção de corpos, uma vez que “o ambiente construído proporciona o contexto e as coordenadas para a maioria das formas contemporâneas do corpo” (Grosz 1992, 90, tradução nossa). Sob essa perspectiva, a autora contesta a noção de que corpo e cidade possuem simplesmente uma relação casual. Grosz sugere que, por um lado, a cidade, enquanto organização espacial, interfere na constituição do corpo, uma vez que a forma, a estrutura e as normas da mesma afetam os modos pelos quais os sujeitos se enxergam. Por outro lado, o corpo transforma a cidade de modo contínuo de acordo com suas necessidades contemporâneas. Outro ponto fundamental abordado pela autora é que a cidade orienta e organiza as relações sociais à medida em que divide os domínios em privado e público e estrutura o acesso a bens e serviços, construindo os meios em que os corpos se tornam sujeitos.

Ainda no contexto da cidade, David Harvey (2005) no livro *A Produção Capitalista do Espaço*, ao derivar da teoria de produção de espaço de Lefebvre, designa urbanização como um processo social espacialmente fundamentado, “no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas” (170). Para Harvey, esse conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais denominado urbanização produz formas, espaços e sistemas de recursos organizados numa configuração espacial distintiva.

Em outras palavras, Harvey acredita que não é possível separar urbanização de práticas espaciais e ressalta que as mesmas exibem conteúdo de classe, raça e gênero, entre outros, ou seja, hierarquias de poder que proporcionam à cidade qualidades objetivadas e restringem cursos posteriores de ação. Harvey é axiomático quando diz que “a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações” (2005, 170). Ainda assim, ele destaca que tais categorias, inclusive as qualidades objetivadas do urbano, estão sempre em transformação e são cronicamente instáveis.

A partir do entendimento de espaço, cidade e urbanização como categorias em constante construção e conectados com o corpo, assim como esclarecemos

anteriormente, podemos entender a mobilidade humana como um movimento¹² socializado e, portanto, genderizado, assim como faz Tim Cresswell (2006) na obra *On the Move*. De acordo com Cresswell (1999), mobilidade e movimento costumavam ser objeto de estudo de geógrafos, especialmente aqueles que investigam estudos migratórios. Recentemente, no entanto, houve um interesse crescente no estudo entre movimento, poder e significado, compreendendo o movimento humano como um fenômeno social imbuído de significado e poder, e estendendo o tema para os campos da Sociologia, Estudos Urbanos e Estudos Culturais, por exemplo.

Para elucidar o conceito de mobilidade como prática humana que modifica conforme a identidade, Cresswell parte da compreensão que experiências humanas variam de acordo com as categorias em que determinado corpo está inserido, como veremos no próximo item, e das particularidades geográficas e temporais. Em “Gender and Mobility: New Approaches for Informing Sustainability”, Susan Hanson (2010) assinala na mesma direção ao afirmar que “é impossível pensar em mobilidade sem considerar simultaneamente o contexto social, cultural e geográfico” (8, tradução nossa). Ou seja, caminhar pela Paris da Belle Époque é uma experiência diferente de andar por Paris atualmente, assim como é transitar pela megalópole São Paulo dos dias de hoje ou mesmo pelo interior da Índia, uma vez que a cultura e a época são determinantes para a experiência da mobilidade urbana.

Neste sentido, não bastaria estudar apenas o trajeto feito por um indivíduo, por exemplo, da casa para o trabalho, porque o caminho da casa para o trabalho pode ser vivenciado de formas diversas dependendo do indivíduo, das categorias em que ele está inserido e do meio de transporte utilizado. É preciso, portanto, ampliar as investigações para o âmbito das sensações e experiências. Essas práticas, lembra Cresswell (2010), ainda desempenham um papel importante nas teorias culturais e sociais, assim como na filosofia e ficção, sendo parcialmente discursivas.

Um exemplo é o *flâneur* de *The Painter of Modern Life and Other Essays*, de Charles Baudelaire (1995), que será abordado no segundo capítulo, uma figura

¹² De acordo com Cresswell (2006), tanto o conceito de movimento quanto o de mobilidade têm origem na modernidade. No século XVII, mobilidade refere-se à capacidade de movimentação de pessoas, seus corpos, membros e órgãos e é utilizado de modo intercambiável com movimento nas ciências naturais da língua inglesa. No entanto, ainda naquele século, a palavra movimento passou a se referir distintivamente ao processo e à mecânica do movimento, principalmente em termos de máquinas. No geral, segundo Cresswell, o movimento parece referir-se à uma concepção abstracta e científica, enquanto a mobilidade aparece como socializada.

essencial na construção da cidade moderna e que não apresenta contraponto feminino, uma vez que a presença das mulheres na ruas podia apresentar uma conotação pejorativa. Neste sentido, a mobilidade humana pode ser usada “tanto quanto indicativo do passado quanto do presente de discursos, práticas, identidade, questões, conflitos e contestações na compreensão das nuances de gênero” (Cresswell e Uteng 2008, 2, tradução nossa).

Assim como afirma Tim Cresswell (2010) em “Towards a Politics of Mobility”, é fundamental, portanto, discutirmos políticas de mobilidade, ou seja, as formas pelas quais as mobilidades produzem relações sociais que envolvem produção e distribuição de poder e são produzidas por elas. Neste sentido, ele destaca seis aspectos essenciais que devemos considerar: (i) *por que* uma pessoa ou um objeto se move; (ii) qual é a *velocidade* que uma pessoa ou um objeto se move; (iii) em qual *ritmo* uma pessoa ou um objeto se move; (iv) qual é o *trajeto* escolhido; (v) qual é o *sentimento* produzido; e (vi) *quando e como* é concluído.

Afora isso, o conceito de mobilidade implica também a ideia de potencialidade, uma vez que há trajetos que são ou não são feitos devido a fatores restritivos, como sociais, culturais, tecnológicos, infraestruturais, políticos e financeiros (Cresswell e Uteng 2008). Por essa razão, a compreensão de mobilidade como movimento socializado faz do conceito mobilidade interconectado com o gênero (Hanson 2010, Cresswell e Uteng 2008), assim como diferentes com formas de hierarquias de poder, no caso de raça, classe, mobilidade reduzida, entre outros.

Diante do exposto, concordamos com Cresswell quando o mesmo afirma que podemos discutir a prática da mobilidade, como também as narrativas construídas em torno do assunto (2010). Neste sentido, uma narrativa comum é a ideia de mobilidade como liberdade ou progresso. Essa premissa pode ser vista, ao menos no que concerne ao gênero, em *A Wheel Within a Wheel* de Francis E. Willard (1895).

Na obra, Willard aprende a andar de bicicleta aos 55 anos e descreve a bicicleta como uma ferramenta empoderadora, uma vez que a modalidade de transporte proporcionava maior liberdade de ir e vir em uma época que a presença das mulheres não era comum na esfera pública. Willard acredita que a mobilidade em si mesma é empoderadora, com a capacidade de transformar as identidades e subjetividades femininas, sendo, portanto, fundamental para o processo de emancipação feminina. A propósito, e como afirma Hanson (2010), o discurso de Willard exemplifica a perspectiva mais comum pela qual mobilidade molda o gênero,

ou seja, a narrativa de que “mobilidade produz poder e, por causa disso, maior mobilidade é algo bom, especialmente para as mulheres” (9, tradução nossa).

Apesar de frequente no imaginário social, o entendimento que relaciona mobilidade e liberdade e/ou progresso torna-se problemático, em primeiro lugar, porque traz um significado pejorativo para a vivência de pessoas com mobilidade reduzida ao relacionar imobilidade com restrição e/ou atraso. Essa premissa também mostra-se enfraquecida quando há cruzamentos com raça e classe. Melissa Gilbert (1998) em “Race, Space, and Power: The Survival Strategies of Working Poor Women”, por exemplo, afirma que assimilar mobilidade com poder e a falta de mobilidade com ausência de poder é um binário que, novamente, requer nossa atenção por desempenhar uma dualidade simplista e que não condiz com as múltiplas experiências femininas.

No caso do estudo de gênero com intersecção em raça que Gilbert (1998) produziu com mulheres norte-americanas de ascendência africana em Worcester, em Massachusetts, mostra como, naquela específica circunstância, a limitação espacial na vida das entrevistadas pode ser tanto restritiva quanto favorável, na medida em que leva à construção de redes sociais bem desenvolvidas entre mulheres da região, que fornecem suporte no caso da procura de trabalho e no cuidado da casa e dos filhos. Ao examinar o contexto social dessas mulheres, Gilbert, então, conclui que a relação entre poder e espaço não é tão simplista quanto exposta por outros acadêmicos.

Em resumo, mobilidade e restrição espacial podem ser edificantes para algumas mulheres, quanto opressivas para outras, nesse caso elucidando como o próprio conceito de mobilidade depende das experiências dos indivíduos em questão. A propósito, entendemos que não é possível falar de mobilidade urbana sem colocar sob o holofote o conceito de corporalidade dentro das questões de gênero, o que será abordado no próximo tópico.

1.3 Corpos femininos e a noção de mobilidade genderizada

Segundo Tim Cresswell (1999, 2006 e 2010), o conceito de mobilidade, assim como visto no item anterior, é indissociável da corporalidade¹³. Neste sentido, quando

¹³ Vale ressaltar que a compreensão de corporalidade (do inglês, *embodiment*) refere-se, assim como elucida Cresswell (1999), ao processo por meio do qual um corpo conecta-se com representações e significados. A corporalidade, portanto, abrange “as relações sociais e

falamos de práticas aparentemente insignificantes como caminhar, o corpo é um tema central tanto para o sentido cotidiano quanto teórico, uma vez que a mobilidade a pé não é somente um movimento físico rastreável e/ou mapeável, mas também uma prática de corporalidade “que experimentamos de maneiras que não são totalmente consideradas pelas suas dimensões objetivas ou suas dimensões sociais e culturais” (Cresswell 2010, 20, tradução nossa). Vale destacar que a compreensão de mobilidade a pé como prática de corporalidade com significados diversos pode ser estendida para outras formas de mobilidade, a exemplo de conduzir ou mesmo no momento de atravessar fronteiras geográficas, no caso das experiências em filas de imigração das chegadas nos aeroportos:

Sometimes we are tired and moving is painful, sometimes we move with hope and a spring in our step. As we approach immigration at the airport the way our mobility feels depends on who we are and what we can expect when we reach the front of the line. Driving a car is liberating, or nerve wracking, or, increasingly, guilt ridden. [...] Mobility as practiced brings together the internal world of will and habit and the external world of expectation and compulsion. In the end, it is at the level of the body that human mobility is produced, reproduced, and, occasionally, transformed. (Cresswell 2010, 20)

Desta forma, entende-se que o corpo existe enquanto corpo-sujeito e não enquanto corpo-objeto, assim como assinala Maurice Merleau-Ponty (2002) na obra *The Phenomenology of Perception*, escrita ainda em 1945. De acordo com o filósofo, o corpo é distinto de um objeto à medida que é constantemente percebido pelo sujeito, ou seja, é um objeto que nunca abandona o sujeito quando o que define um objeto é que o mesmo “possa ser movido para longe e finalmente desaparecer do campo de visão” (Merleau-Ponty 2002, 103, tradução nossa). O corpo possui, portanto, um estado permanente e sua permanência corresponde não ao mundo em geral, mas à existência do sujeito em questão, fazendo com que o corpo não seja somente percebido como um mero objeto do mundo, mas como “um meio de comunicação com o mundo” (106, tradução nossa).

culturais produzidas através e pelo corpo, ao mesmo tempo em que o corpo é construído por meio dessas forças externas” (176, tradução nossa). Em outras palavras, a corporalidade, assim como o conceito de gênero e de mobilidade, produz poder e é produzido pelo poder resultante das relações sociais.

A propósito, e como afirma Toril Moi (1999) em *What Is a Woman? And Other Essays*, Merleau-Ponty não nega o aspecto objetificado do corpo, uma vez que é possível estudá-lo fisicamente, medi-lo e prever suas reações a antibióticos; ou recusa dados científicos. Por outro lado, ele acredita que “a metodologia científica não produz uma filosofia válida da existência humana” (Moi 1999, 63, tradução nossa). Com essa perspectiva, Merleau-Ponty reposiciona a subjetividade não na mente ou na consciência, conforme dizia a tradição filosófica, mas sim no corpo. Com essa noção em mente, ele compreende corpo e mobilidade enquanto intencionais e integrados à consciência:

Consciousness projects itself into a physical world and has a body, as it projects itself into a cultural world and has its habits: because it cannot be consciousness without playing upon significances given either in the absolute past of nature or in its own personal past, and because any form of lived experience tends towards a certain generality whether that of our habits or that of our ‘bodily functions’. These elucidations enable us clearly to understand motility as basic intentionality. Consciousness is in the first place not a matter of ‘I think that’ but of ‘I can’.

(Merleau-Ponty 2002, 158-9)

Entretanto, Merleau-Ponty (2002) não entra nas questões de gênero, aplicando, desta maneira, a ideia de corpo-sujeito para toda a existência humana. A partir da teoria de Merleau-Ponty, porém, com intersecção em questões de gênero, Iris Marion Young (2005) na obra *On Female Body Experience* entende a ideia de corpo-sujeito como algo inerente à existência humana em geral, mas afirma que, em um nível mais específico, existe um comportamento corporal que é característico da existência feminina. Do ponto de vista de Young, e assim como ilustra Cresswell (1999), uma vez que o corpo é o *locus* da intencionalidade, então, o movimento produzido pelo mesmo revela não apenas um ato de transcendência, mas também um grau de imanência¹⁴, pois apresenta inibições que são resultados da socialização de

¹⁴ Simone de Beauvoir (1997), assim como esclarece Márcia Regina Viana (2010) em “Liberdade e Existência: Os Movimentos do Existir em Simone de Beauvoir”, classifica os movimentos ontológicos em: transcendência, ou seja, “o movimento de superação de um estado inicial” e “o lançamento de si ao novo”; e imanência, estado em que verifica-se “a passividade ontológica, o não exercício da liberdade de constituir-se” e “a ausência do movimento” (Viana 2010, 3). Entende-se que a leitura de Young (2005) sobre os corpos femininos deriva dessa interpretação.

gênero, como veremos a seguir.

Segundo a autora, portanto, o corpo feminino não pode ser designado como *corpo-sujeito*, mas sim *objeto-sujeito*. Young (2005), então, identifica que as mulheres possuem a tendência de sentar, andar, ficar de pé, entre outros movimentos, com os membros mais fechados e sem expandir muito o corpo em atos como o de esticar, dobrar ou inclinar-se, dessa maneira não usando todo o espaço fisicamente disponível para elas. O mesmo comportamento, segundo Young, não acontece no contraponto masculino:

Women generally are not as open with their bodies as are men in their gait and stride. Typically, the masculine stride is longer proportional to a man's body than is the feminine stride to a woman's. The man typically swings his arms in a more open and loose fashion than does a woman and typically has more up and down rhythm in his step. Though we now wear pants more than we used to and consequently do not have to restrict our sitting postures because of dress, women still tend to sit with their legs relatively close together and their arms across their bodies. When simply standing or leaning, men tend to keep their feet farther apart than do women, and we also tend more to keep our hands and arms touching or shielding our bodies. (Young 2005, 32)

Young (2005) também encontrou esse comportamento corporal mais restritivo nas mulheres durante práticas esportivas. Segundo a autora, esportistas amadores do gênero masculino, ao menos no contexto ocidental, praticam esporte com maior mobilidade que seu contraponto feminino, uma vez que há um jeito típico de “jogar como garota”, assim como “balançar como garota”, “correr como garota”, entre outros atos; que têm em comum um movimento que não tende a “alcançar, estender, inclinar-se, esticar-se e seguir em direção à própria intenção” (34, tradução nossa).

A autora destaca ainda que as mulheres praticam a mobilidade, em geral, com hesitação, por um lado, sem autoconfiança na capacidade de realizar tarefas do tipo, e, por outro, com receio de se machucar, deixando a atenção dividida entre o objetivo do movimento a ser realizado pelo corpo e, ao mesmo tempo, salvando o corpo de possíveis danos. Os corpos são, portanto, vivenciados pelo gênero feminino como “um estorvo frágil e não o meio para a realização de nossos objetivos” (Young 2005, 35, tradução nossa). Neste sentido, a construção social e cultural que delimita o lugar

feminino tem início na própria noção de corpo.

Erwin Straus (1952) já havia feito comentários semelhantes aos de Young quando estudava a postura ereta do ser humano no artigo “The Upright Posture” no início da década de 1950. Ao analisar o fenômeno do arremesso, o autor diz que “não é possível ignorar a diferença notável entre as maneiras de arremessar dos dois sexos” (Straus 1952, 552, tradução nossa). Segundo o autor, uma criança do gênero feminino de 5 anos não faz uso do espaço lateral, ou seja, não estica o braço para os lados ou move as pernas, “tudo o que ela faz em preparação para arremessar é levantar o braço direito para a horizontal e dobrar o antebraço para trás”, o que resulta em uma “bola liberada sem força, velocidade ou objetivo preciso” (552-3, tradução nossa). Enquanto um menino da mesma idade, diz Straus (1952), “quando se prepara para jogar, estica o braço direito para o lado e para trás”, ele também “torce, gira e dobra o torso, movendo o pé direito para trás” (553, tradução nossa). No que se refere a uma possível explicação sobre esse fenômeno, Strauss afirma que a diferença é a relação que ambos os gêneros teriam com o mundo:

The little girl has no more difficulty in keeping her equilibrium than the boy. It is true that she is weaker in muscle power; but, therefore, one should expect her to compensate for this lack of strength with added preparatory excursion. Instead, we find her avoiding the turn into lateral space. Maybe the masculine way of throwing corresponds to masculine "eccentricity," while the feminine attitude reveals a deep-seated restraint and an inclination to circle around one's own center. The difference, then, would belong to the area of expression; it would not be a difference of strength and build but of general psychological attitude in relation to the world and to space. (Straus 1952, 553)

Em outras palavras, Straus (1952) acredita, portanto, que o fenômeno do arremesso funciona de modo diferente em crianças do gênero feminino porque existe uma atitude feminina em relação ao mundo e ao espaço. Como essa diferença de gênero é observada por ele ainda em idades primárias, Straus falha ao atribuir esse fenômeno à “manifestação de uma diferença biológica e não adquirida” (552, tradução nossa), ou seja, à esfera do determinismo biológico, dizendo que garotas arremessam de um jeito diferente simplesmente porque são femininas. Essa interpretação é antagônica à argumentação de Young (2005), que, por sua vez,

acredita que os movimentos do gênero feminino podem sim ser um indicativo de feminilidade, porém, não como uma condição natural do feminino, mas como o resultado de estruturas e condições que delimitam os modos de ser mulher.

A propósito, Karin Martin (1998) demonstra em “*Becoming a Gendered Body: Practices of Preschools*” como as crianças do gênero feminino são socializadas com maior restrição desde cedo em um estudo que abrange os movimentos corporais e a espacialidade de garotos e garotas de três a cinco anos em pré-escolas. A autora aponta ainda a participação dos professores e dos pais nesse processo, uma vez que a ideia de corporalidade inclui o vestuário utilizado e instruções dadas sobre o que as garotas e os garotos podem ou não fazer (Martin 1998).

Em “*Gendered Mobilities*”, Mimi Sheller (2008) assinala na mesma direção ao concluir que o corpo masculino costuma ser construído socialmente para ter mais mobilidade, enquanto o feminino vivencia restrições de espaço. O desenvolvimento infantil e as brincadeiras são delineados, segundo Sheller, de maneira que os meninos usufruam de mais movimento, atividades físicas com maior espacialidade e possibilidade de correr riscos, enquanto as meninas são empurradas “para atividades mais sedentárias, com maior limitações de espaço e aversão a riscos” (Sheller 2008, 259, tradução nossa).

Young (2005) argumenta de modo semelhante ao apontar que jovens garotas adquirem hábitos sutis de comportamento corporal feminino que abrangem o caminhar, o sentar e os gestos, ou seja, como elas devem tomar cuidado para não se machucar ou se sujar, entre outros, a partir de agentes de socialização; desenvolvendo, dessa maneira, uma “timidez corporal” que só aumentaria com a idade (43, tradução nossa). Young (2005) ainda ressalta que, uma vez que há diferenças de gênero na mobilidade das mulheres, também existem distinções na espacialidade feminina enquanto consequência das práticas de mobilidade.

No entanto, e como aponta Tim Cresswell e Tanu Priya Uteng (2008) em “*Gendered Mobilities: Towards an Holistic Understanding*”, não interpretamos o trabalho de Young (2005) como uma afirmação de que as mulheres são estáticas enquanto homens são móveis, mas sim que a mobilidade é adotada diferentemente de acordo com o gênero. O argumento mais fundamental no trabalho de Young, assim como aponta Cresswell (1999), é a ideia de que ser mulher, ao menos na sociedade ocidental contemporânea, inclui o desenvolvimento de um espaço imaginário para si mesma que abrange o corpo e que constrói espaços disponíveis para a possibilidade

de movimentos.

Vale ressaltar ainda que, dentro do espectro de gênero, também devemos investigar levando em consideração questões de raça, sexualidade e classe, entre outras. No trabalho feito em conjunto com Cornel West intitulado *Breaking Bad: Insurgent Black Intellectual Life*, hooks (1991) afirma, por exemplo, que mulheres negras são ainda mais objetificadas, uma vez que são consideradas “só corpo sem mente” (154, tradução nossa), sendo frequentemente sexualizadas e relacionadas com natureza e força, o que apresenta influência na corporalidade e na espacialidade dessa determinada categoria de modo distinto de mulheres brancas.

Entretanto, assim como enfatiza Young (2005), as observações sobre movimentos genderizados e espacialidades distintas citadas nesta dissertação não se aplicam a todas as mulheres o tempo todo e de forma homogênea. Não acreditamos que esses movimentos fazem parte de uma essência feminina ou sequer que exista uma essência feminina, tratando-se, portanto, de movimentos resultantes da socialização de gênero. Em outras palavras, entendemos que existe, por sua vez, um estilo específico de comportamento e movimento corporal que é aprendido conforme o crescimento da criança cujo gênero que lhe foi atribuído é o feminino.

De certo modo, os corpos também são diferenciados entre femininos e masculinos a partir de práticas cotidianas. Na obra *Volatile Bodies*, Grosz (1994) nota que, na sociedade contemporânea ocidental, há maneiras voluntárias de fazer tais distinções, a exemplo do uso de maquiagem, salto alto, sutiã, penteados, roupas que acentuam curvas, entre outros; e deixá-los de acordo com os requisitos culturais normativos. No entanto, conforme o nosso entendimento, essas práticas incluem também estratégias¹⁵ de negociações e resistências, no caso de corpos não-normativos que desafiam as noções binárias de masculino e feminino. Grosz é enfática quando diz que corpos não são objetos inertes, naturais, pré-culturais; pelo contrário, deve-se olhar para o corpo enquanto produzido a partir de representações e inscrições culturais. Na mesma direção de Merleau-Ponty (2002), Grosz (1994) argumenta, portanto, que os corpos devem ser entendidos enquanto históricos:

¹⁵ Entende-se estratégia a partir da designação de Bourdieu (1986), que rejeita a ideia de que as ações humanas não possuem nenhum tipo de agencialidade. No entanto, Bourdieu alerta que é possível refutar a ideia de que estratégia é um produto inconsciente sem que, ao mesmo tempo, transforme-a em um produto inerentemente racional, calculado e consciente. A estratégia, segundo Bourdieu, deve ser entendida como um parte de “um sentido prático, de um jogo social particular” (Bourdieu e Lamaison 1986, 112, tradução nossa).

They are not only inscribed, marked, engraved, by social pressures external to them but are the products, the direct effects, of the very social constitution of nature itself. It is not simply that the body is represented in a variety of ways according to historical, social and cultural exigencies while it remains basically the same; these factors actively produce the body as a body of a determinate type. (Grosz 1994, Introdução, xi)

A partir dessas interpretações, podemos entender o corpo enquanto parte da noção de *habitus*¹⁶ de Pierre Bourdieu (1986 e 1990). Com o intuito de conciliar a oposição tradicional entre sujeito e sociedade, Bourdieu refere-se ao termo *habitus* enquanto sistemas de “disposições duráveis e transponíveis” que funcionam como “uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” para a realização de tarefas diversas e cotidianas “graças às transferências analógicas de esquemas” existentes a partir de experiências passadas (Ortiz 1983, 65). Em outras palavras, *habitus* são estruturas predispostas a funcionar como princípios que geram e organizam práticas e representações sociais (Bourdieu 1990).

O *habitus* é, portanto, um produto da história que produz práticas¹⁷ coletivas e individuais que seguem os esquemas gerados na história, garantindo, segundo o teórico, a presença ativa do passado. Entretanto, não devemos entender a noção de *habitus* somente enquanto uma espécie memória sedimentada, mas também enquanto “sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências” (Setton 2002, 65). Neste sentido, a compreensão de *habitus* inscrito no corpo de Bourdieu (1990) é crucial para entendermos o funcionamento da sociedade contemporânea enquanto ainda dividida entre masculinidades e feminilidades em termos espaciais, apesar das transformações sociais de gênero ocorridas nas últimas décadas. Ao compreender *habitus* como a inscrição social no corpo biológico, Bourdieu assinala na mesma direção que Young (2005) ao dizer na obra *The Logic of Practice* que:

¹⁶ Do latim, a palavra *habitus* traduz a noção grega *hexis* usada por Aristóteles para designar “características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem” (Setton 2002, 61).

¹⁷ Neste sentido, as práticas são compreendidas enquanto “produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*” (Ortiz 1983, 65).

Bodily hexis is political mythology realized, embodied, turned into a permanent disposition, a durable way of standing, speaking, walking, and thereby of feeling and thinking. The opposition between male and female is realized in posture, in the gestures and movements of the body, in the form of the opposition between the straight and the bent, between firmness, uprightness and directness (a man faces forward, looking and striking directly at his adversary), and restraint, reserve and flexibility. (Bourdieu 1990, 70)

Por sua vez, Lígia Amâncio (1994) aponta que o senso comum existente sobre os modos de ser homem e de ser mulher na sociedade, e a respectiva hierarquização valorativa, estão presentes nos conteúdos dos estereótipos sexuais¹⁸ e contribuem “tanto para a construção de imagens de si próprio, como para os juízos e para a percepção do comportamento de indivíduos categorizados segundo o sexo” (52). Em outras palavras, por mais que as mulheres atualmente possam estar mais conscientes da restrição espacial imposta pela socialização de gênero, não podemos ignorar que esses modos de saber ser homem e mulher ainda permanecem de modo difuso na socialização de gênero. Neste sentido, a associação do gênero feminino à esfera privada e o gênero masculino à esfera pública aparece enquanto uma dicotomia que atravessa os séculos na civilização ocidental, deixando consequências na sociedade contemporânea, assim como veremos a seguir.

1.4 Considerações Finais

Ainda na primeira metade do século XX, a escritora Virginia Woolf (1978) já questionava a delimitação social e espacial das mulheres na obra *A Room of One's Own*. Apesar das transformações que a sociedade ocidental enfrentou neste quase um

¹⁸ Por estereótipos sexuais, entende-se que os estereótipos não preenchem somente uma função cognitiva, mas que também são modelados por relações sociais. Em outras palavras, os estereótipos sexuais devem ser entendidos como “ideologizações de comportamentos e ações de grupos sociais, homens e mulheres, que se traduzem numa representação subjectiva e socialmente partilhada de uma ordem de relações entre esses grupos” (Macedo e Amaral 2005, 54). Neste sentido, o estereótipo feminino está “associado à passividade, submissão, dependência e expressividade de emoções e de sentimentos para com os outros”, fazendo dos modos de ser mulher uma especificidade em relação ao “modelo de pessoa universal que, ainda, se revê única e exclusivamente no masculino” (Macedo e Amaral 2005, 54-56), assim como abordaremos no próximo capítulo a partir da dicotomia público/privado sob as lentes de gênero

século que nos separa da obra de Woolf, entende-se nesta dissertação que o gênero feminino vivencia os espaços urbanos de maneira distinta do gênero masculino atualmente, ou seja, com maior limitação espacial, como poderemos ver no terceiro capítulo; e que essa realidade é uma consequência da socialização de gênero absorvida pelos indivíduos desde cedo.

Para que possamos nos aprofundarmos nesse tema nos próximos itens, mostrou-se necessário analisarmos, primeiramente, a concepção de gênero enquanto construção social e cultural neste capítulo. Nossa argumentação toma por base a ideia de que os indivíduos nascem em uma cultura já pré-definida com estruturas de gênero, que, por sua vez, trazem consequências para os modos de ser e para as práticas em sociedade.

Vale ressaltar, no entanto, que não entendemos biologia enquanto “destino”, uma vez que a mesma só pode desempenhar opressão quando inserida em relações sociais específicas; também não confiamos em explicações universalistas e a-históricas para o gênero enquanto performance que abrange discursos, qualidades, desejos e até mesmo estilos corporais dependendo da época e local em que ele está inserido. Faz-se necessário levar em consideração ainda as categorias classe, raça e orientação sexual, entre outras, nas investigações acadêmicas para que possamos entender as experiências femininas enquanto construídas socialmente e culturalmente.

Logo após, abordamos o contexto urbano das cidades com as categorias de espaço e cidade enquanto mutáveis e genderizadas, ou seja, enquanto construções sociais e culturais, interligando-se assim com a nossa percepção de gênero. Neste sentido, o conceito de mobilidade enquanto prática humana varia não apenas conforma o local e a época em que está inserido, mas também conforme as categorias que determinado corpo faz parte, uma vez que os corpos aparecem nesta dissertação enquanto sujeitos.

Neste ponto, focamos nos corpos femininos enquanto socializados a partir de práticas e representações que restringem o comportamento corporal feminino, influenciando, desta maneira, o desenvolvimento de um espaço imaginário que limita a espacialidade das mulheres e a respectiva mobilidade. Contudo, destacamos ainda que tais observações não podem ser aplicadas para todas as mulheres de forma homogênea. Nossa intenção é evidenciar o *habitus* existente na noção contemporânea ocidental do corpo feminino, que pode incluir também maneiras voluntárias normativas de diferenciação de gênero, como no caso do uso de salto alto e de sutiã.

Posto que o intuito desta dissertação é abordar as maneiras que as mobilidades e as vivências urbanas são distintas para as mulheres, falaremos no próximo capítulo sobre a associação entre o espaço público com o gênero masculino e o espaço privado com o gênero feminino, uma dicotomia presente no imaginário social do Ocidente desde a Grécia Antiga que permeia as experiências contemporâneas das mulheres no espaço urbano.

2 A MOBILIDADE URBANA NA HISTÓRIA DAS MULHERES

A mobilidade urbana das mulheres distinta e conectada com o espaço privado, abordada no terceiro capítulo, remonta à Grécia Antiga, em decorrência da dicotomia que associa a esfera pública com o masculino e a esfera privada, ou seja, o plano da domesticidade¹⁹, com o feminino²⁰. Neste sentido, Richard Sennett (2003) sugere na obra *Carne e Pedra* que a restrição da mulher ao lar na Grécia Antiga ocorria, de certo modo, em virtude das suposições feitas pelos gregos de características fisiológicas e psicológicas relacionadas às mulheres, o que, por sua vez, justificavam os direitos desiguais e espaços urbanos distintos entre homens e mulheres.

Neste sentido, a compreensão de que os corpos femininos apresentavam temperaturas mais frias do que os masculinos validava, por exemplo, as mulheres não se mostrarem nuas na cidade ou permanecerem confinadas “na penumbra do interior das moradias, como se isso fosse mais adequado a seus corpos do que os espaços à luz do sol” (Sennett 2003, 31). Até mesmo o caminhar dos homens e das mulheres deviam ser distintos na época: “as mulheres deviam caminhar lentamente, hesitantes, e o homem que fizesse o mesmo pareceria efeminado” (Sennett 2003, 44).

¹⁹ De acordo com Macedo e Amaral (2005), a domesticidade é uma ideologia por meio da qual às mulheres é reservado o espaço privado do lar, como uma esfera que a elas pertence em oposição ao acesso ao espaço público, com prerrogativa masculina. Assim como veremos no decorrer deste capítulo, a expansão das relações capitalistas de produção a partir do século XVIII distancia ainda mais o lar do local de trabalho, reestruturando a organização familiar com a noção de homem enquanto chefe de família. A ideologia da domesticidade, assim como afirmam as autoras, aparece retratada na produção do “romance sentimental”, principalmente a partir do século XVIII, com a ascensão da classe burguesa. Para mais informações, vide Macedo e Amaral (2005).

²⁰ Neste sentido, há duas formas de se pensar o público/privado atualmente: (i) a distinção entre Estado e sociedade; e (ii) a distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica, como afirma Okin (2008). Nesta dissertação, compreende-se o privado enquanto vida doméstica e o público enquanto vida vivenciada fora dos limites do lar, com uma concepção física e geográfica que compreende avenidas, ruas, praças, parques, transporte público e lugares comerciais ou de entretenimento acessível a todos, como no caso de shoppings. Embora não abordemos a presença das mulheres na vida política em Portugal, não podemos ignorar a importância do público enquanto político para a gênese da divisão entre as esferas pública e privada na sociedade contemporânea ocidental e as consequências sentidas na vida política contemporânea. A propósito, Soares (2015) afirma na reportagem “Quatro décadas de democracia: 31 mulheres ministras e 467 homens”, veiculada pelo jornal Expresso, que, entre 1974, início do regime democrático, e 2015, foram nomeados para funções governativas 1609 homens e somente 127 mulheres. Neste ponto, vale destacar também a tese de doutorado de Monteiro (2011), em que se conclui que o Estado português concede às questões das mulheres um estatuto essencialmente marginal.

No entanto, mesmo nos determinados períodos da história ocidental em que a exclusão feminina pôde ser sentida com maior facilidade, ela, ainda assim, não existia em termos absolutos. Neste sentido, Louise Bruit Zaidman (1990) sugere em “As Filhas de Pandora – Mulheres e Rituais nas Cidades” que, de Atenas a Esparta, as grandes festas cívicas, tão fundamentais para a vida pública, por um lado, uniam jovens de ambos os gêneros e, por outro lado, denunciavam o comportamento da cidade em relação ao evento enquanto uma dinâmica comum, porém, no plano religioso, “da desigualdade de tratamento entre homens e mulheres” (426). Segundo a autora, o encontro entre os jovens no momento das manifestações em honra dos deuses representava a iniciação daqueles que foram assinalados com o gênero masculino, ou seja, conferindo-lhes “o estatuto de adultos e de cidadãos”; enquanto conduzia “as raparigas ao limiar do casamento” (Zaidman 1990, 424).

Sob a perspectiva de John Scheid (1990) em “‘Estrangeiras’ Indispensáveis – Os Papéis Religiosos das Mulheres em Roma”, a vida religiosa de Roma no plano da cidade também não exclui as mulheres de maneira integral, uma vez que as romanas participavam das práticas religiosas em um lugar bem específico, constituindo “um elemento subordinado, mas indispensável” (493). Em outras palavras, a cidade ocidental antiga, incluindo a grega e a romana, era um clube de homens (Thomas 1990), onde as mulheres desempenhavam um papel coadjuvante²¹.

Apesar da distinção clara entre público e privado ter ficado obscurecida durante a Idade Média, assim como abordado no item a seguir a partir da dicotomia público/privado, as mulheres detinham no período uma posição comumente conectada com a esfera do lar. Além disso, qualquer pessoa do gênero feminino nascida dentro de um casamento legítimo, independentemente das suas origens sociais, era definida pela sua relação com um homem, ou seja, com o pai ou o marido (Hufton 1991). De acordo com Silvana Vecchio (1991) em “A Boa Esposa”, na Idade Média, a casa simbolizava o gênero feminino por excelência na cultura ocidental²². A existência do

²¹ Neste ponto, vale destacar ainda que, no direito romano, a divisão dos gêneros transformou-se em uma questão jurídica e traduziu, de maneira institucional, o estatuto inferior relegado às mulheres enquanto uma consequência da sociedade de domínio masculino. Para mais informações sobre esse tema, vide Yan Thomas (1990).

²² A afirmação de Vecchio, contudo, não significa que as mulheres dessa época permanecessem o dia inteiro trancafiadas em seus lares, uma vez que as atividades domésticas por vezes faziam com que elas tivessem que deixar a casa para a manutenção do lar (Piponnier 1991).

espaço fechado e vigiado onde está a mulher contrapõe-se, segundo a autora, ao espaço externo e aberto em que o homem se move livremente, fazendo com que a ideia de produção seja tarefa do homem e a conservação, da mulher:

Com as suas paredes e suas portas, a casa encarna e representa fisicamente a custódia, circunscreve e isola o interior, preservando-o dos contactos e dos riscos que possam vir do exterior, é lugar e símbolo de estabilidade que exorciza o fantasma do vagatio e dos perigos que esta comporta. Espaço altamente simbólico [...], a casa evoca imediatamente o campo metafórico da segurança e da virtude feminil. Estar em casa, para a mulher casada como para a virgem, quer dizer estar ao abrigo dos perigos, mas também manifestar aquelas virtudes mais aptas para tranquilizar o marido: fidelidade, continência, pudicícia, vergonha. (Vecchio 1991, 170)

Durante o Renascimento e o Iluminismo, as mulheres também aparecem limitadas e associadas com a vida privada. No Renascimento, como aponta Sara Grieco (1991) em “O Corpo, Aparência e Sexualidade”, a espacialidade das mulheres modifica-se com a ideia de que os movimentos e os gestos femininos precisam refletir “a delicadeza e a ternura que se esperava agora das mulheres, em contraste com a potente virilidade masculina” (83).

Uma forma voluntária de fazer distinção entre os gêneros, o vestuário também passa por uma revolução nos séculos XIV e XV, estabelecendo a diferenciação entre as roupas utilizadas pelos homens e pelas mulheres, principalmente para aquelas pertencentes às classes dominantes (Grieco 1991). No Iluminismo, reflete-se sobre a cidadania a partir da compreensão de diferenças femininas na sociedade, conferindo às mulheres papéis sociais relativos ao espaço doméstico, ou seja, de esposa e mãe; e fazendo do homem “a causa final da mulher” (Crampe-Casnabet 1991, 406).

Esse pensamento fica evidente durante o Século das Luzes na obra *Emílio, ou da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau (1979), uma vez que a educação proposta para Sofia existe no sentido de agradar Emílio. Neste ponto, e como sugere Michèle Crampe-Casnabet (1991) em “A Mulher no Pensamento Filosófico do Século XVIII”, a admissão das mulheres ao direito de cidade e à vida pública pode ser entendida como perigosa para a vida em família e a ordem social, uma vez ela teria que

“abandonar a interioridade do lar, esse local privado que lhe é natural” para frequentar “o lugar aberto dos negócios públicos” (Crampe-Casnabet 1991, 400).

Na emergência da modernidade, a separação entre o público e privado originadas na Grécia Antiga encontra-se intensificada no ambiente urbano, em suma, por causa da delimitação de espaços e funções sociais²³. Pode-se observar, deste modo, que a associação entre mulher e privado é uma marca que atravessou os séculos no Ocidente, ora com fronteiras mais definidas, ora com fronteiras mais esbatidas. Entretanto, para este capítulo, abordaremos as experiências urbanas femininas a partir do século XIX, uma vez que o advento do capitalismo, a expansão da industrialização e a urbanização acelerada transformaram a cidade e a experiência urbana.

No intuito de apontar a recorrência da figura feminina associada à esfera privada no decorrer da história e contextualizar as experiências urbanas das mulheres na contemporaneidade, foram selecionados três momentos históricos que consideramos fundamentais para a mobilidade urbana feminina. Ressaltamos, entretanto, que o nosso esforço teórico não é no sentido de esmiuçar os pormenores desses momentos históricos, mas preparar um panorama sociocultural da mobilidade urbana feminina no Ocidente a partir do século XIX para entendermos as experiências das mulheres em Portugal nos dias atuais, nosso objeto de estudo. Contudo, antes mesmo de abordarmos esses períodos em específico, trataremos de conceitualizar a dicotomia público/privado nos Estudos de Gênero, que remonta desde a Grécia Antiga e atravessou séculos e culturas, a partir das teorias de Carole Pateman (1980 e

²³ Neste ponto, lembramos também da *salonnière*, figura feminina importante na cultura urbana europeia entre os séculos XVIII e XIX. Rositha Burwick (1994) afirma no artigo “From Aesthetic Teas to the World of Nobles Reformers: The Berlin Salonière (1789-1848)” que a *salonnière* desempenhava a função de anfitriã ao promover o encontro nomeadamente entre artistas, filósofos e políticos em um determinado espaço, ou seja, o salão, para especulações intelectuais e produção cultural. Neste sentido, e como aponta Steven Kale (2002) no artigo “Women, The Public Sphere, and The Persistence of Salons”, estudiosos compreendem o salão a partir da noção de Jürgen Habermas (1991) de *esfera pública burguesa*, presente na obra *The Structural Transformation of the Public Sphere* e definida enquanto “um fórum no qual pessoas privadas, reunidas em um público, preparavam-se para pressionar a autoridade pública a legitimar-se perante a opinião pública” (Habermas 1991, 25, tradução nossa). O salão localiza-se, portanto, entre a esfera privada e a esfera pública, mantendo “um equilíbrio delicado entre exclusividade e abertura, entre inclusão e exclusão” (Kale 2002, 143, tradução nossa). Tal aspecto híbrido do salão é o que permite que certas *salonnières*, como no caso de Henriette Hertz, percebam a associação do espaço privado com o gênero feminino e, ao mesmo tempo, decodifiquem o salão enquanto “um locus de empoderamento” no papel distinto de “observadora e comentadora das mudanças” (Burwick 1994, 134, tradução nossa).

2012), Sherry Ortner (1972), Simone de Beauvoir (1997), Shulamith Firestone (1970) e Susan Moller Okin (1989 e 2008) .

Os marcos históricos para mobilidade urbana feminina durante os séculos XIX e XX que abordaremos a seguir são: (i) a representação cultural do *flâneur* de Charles Baudelaire (1995), uma figura fundamental nas ruas da cidade moderna ocidental, e a inexistência do seu contraponto feminino como símbolo da restrição espacial feminina, principalmente a partir dos trabalhos de Anne Friedberg (1991), Anke Gleber (1999), Elizabeth Wilson (1991 e 2001), Griselda Pollock (1988) e Janet Wolff (1985, 2006 e 2010); (ii) o papel dos subúrbios de classe média afastados do centro cosmopolita enquanto limitadores para a mobilidade feminina na cultura anglo-americana do século XX com base nos trabalhos de Betty Friedan (1963), Kim England (1993), Richard Sennett (1970), Robert Fishman (1987), Susan Saegert (1980), entre outros; e (iii) a proeminência das mulheres no mercado de trabalho a partir do século XIX, objeto de estudo de Carole Pateman (2012), Françoise Thébaud (1991), Joan Scott (1991), Saskia Sassen (1991), Suzanne Mackenzie (1988), entre outros autores.

2.1 A dicotomia público/privado na concepção de gênero

Apesar de rejeitarmos a ideia de uma única resposta universalista e a-histórica para a desigualdade de gênero, entendemos que a esfera pública conectada com o gênero masculino e a esfera privada conectada com o gênero feminino é uma dicotomia²⁴ que delinea o imaginário social e, conseqüentemente, as experiências femininas no espaço público das cidades²⁵. Neste sentido, entendemos que o pensamento binário é uma constante no pensamento ocidental, posto que a compreensão do sujeito humano apresenta características opostas, assim como mente

²⁴ Em um sentido geral, entende-se, assim como afirma Cresswell (1999), que a esfera privada está comumente associada com estabilidade, permanência e feminilidade; enquanto a esfera pública associa-se com fluidez, mobilidade e masculinidade.

²⁵ De certo modo, como nota Ruddick (1996), a esfera pública, mesmo no seu sentido limitado ao espaço geográfico, é decisiva para a formação e a manutenção de identidades sociais, uma vez que promove encontros e consiste em uma arena para a construção de novas culturas e identidades genderizadas. Em resumo, espaços públicos servem “não apenas como *superfície* para determinados comportamentos habituais, mas tornam-se um *meio ativo* pelo qual identidades são *criadas* ou *contestadas*” (Ruddick 1996, 135, tradução nossa, itálicos da autora).

e corpo, razão e emoção, psicologia e biologia, cultura e natureza, público e privado, homem e mulher. Aparentemente neutro, o pensamento binário posiciona uma hierarquização valorativa, no sentido que, entre dois termos polarizados, existirá um termo considerado privilegiado e um outro, subordinado. Um exemplo é a dicotomia cultura e natureza, analisada de modo recorrente nos Estudos de Gênero.

Sobre o tema, Sherry Ortner (1972) argumenta em “Is Female to Male as Nature Is to Culture?” que a humanidade tenta transcender a existência natural por meio da cultura e empenha-se, inclusive, em “elevant-se e exercer controle, mesmo que mínimo, sobre a natureza” (10, tradução nossa), o que faz com que a natureza, segundo a autora, seja vista como de ordem inferior à cultura. Elizabeth Wilson (1991) assinala em “The Invisible Flâneur” na mesma direção ao afirmar que a ideia de cidade implica na oposição de natureza, vida rural, território selvagem; de modo que “a cidade não pode existir sem sua oposição” (17, tradução nossa).

O pensamento binário também exerce domínio nas categorias de gênero e sexo. Neste sentido, Alsop, Fitzsimons e Lennon (2002) descrevem o que ocorre quando nasce uma criança intersexo, ou seja, um corpo que possui órgãos genitais masculinos e femininos. De acordo com as teóricas, quando não é possível assinalar um sexo/gênero específico, uma intervenção médica trata de “corrigir” esse corpo e molda-o conforme o gênero binário. Em outras palavras, admite-se somente o órgão genital masculino ou o órgão genital feminino no recém-nascido. No entanto, o que há por trás do funcionamento médico comum nesses casos é a necessidade cultural de reforçar e defender o gênero binário tradicional e a classificação clara e organizada entre corpos masculinos e femininos (Alsop, Fitzsimons e Lennon 2002, 31).

No caso das categorias homem e mulher, Simone de Beauvoir (1997) sugere que, no processo de conceitualização de ambos os gêneros, a mulher transformou-se no contraponto do homem, no “conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (1997, 9, tradução nossa). No processo de formação do que é ser mulher, a subjetividade feminina torna-se, então, uma resposta às concepções culturais do que é ser uma mulher. Essa compreensão permite que a mulher seja *o outro* em relação ao homem, ou seja, o outro em comparação ao que é considerado racional e universal (Alsop, Fitzsimons e Lennon 2002).

Na mesma linha de pensamento, Lígia Amâncio (1994) afirma que a ideia de oposição entre cultura/civilização e natureza biológica foi fundamental para a

conceitualização dos gêneros enquanto duais, transformando “o sexo feminino numa outra espécie, numa alteridade estranha ao conhecimento do social, leia-se masculino” (19). Carole Pateman (2012), por sua vez, sugere em “Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado” que, tanto na consciência popular quanto na acadêmica, o feminino sintetiza “natureza, intimidade, emocional, amor, privado, intuição, moralidade, responsabilidade, particular, sujeição”, enquanto o masculino representa “cultura, político, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade” (62).

A propósito, Ortner (1972) sugere que a hierarquia valorativa existente entre os gêneros masculino e feminino, ou seja, o valor inferior atribuído às mulheres e às atividades comumente associadas a elas, deriva da associação entre mulher e natureza. A autora entende que a cultura simboliza a criação e o mundo dos homens enquanto a biologia do corpo feminino coloca as mulheres próximas à natureza, ou seja, para a autora, a fisiologia feminina e a noção de procriação seria determinante para as experiências das mulheres. Neste sentido, outra teórica que também busca dar uma resposta universal à desigualdade de gênero levando em consideração a dualidade entre natureza e cultura é Shulamith Firestone (1970), na obra *The Dialectic of Sex*. Para tanto, Firestone desenvolve uma análise em que a biologia é a origem desse dualismo, uma vez que as mulheres estão confinadas à reprodução, ou seja, a natureza, enquanto os homens criam e controlam a cultura.

Com tais argumentações, entende-se que tanto Firestone quanto Ortner reintroduzem uma forma de pensamento dicotômico entre “macho” e “fêmea” ao focar na reprodução sexual feminina e afirmar que as mulheres sofrem de “uma condição biológica fundamentalmente opressiva” (Firestone 1970, 226, tradução nossa). No entanto, como nota Pateman (2012), a biologia por si mesma não é opressora, ela “só se torna fonte de sujeição ou de criatividade livre para as mulheres porque tem sentido dentro de relações sociais específicas” (64, tradução nossa).

Neste sentido, Sofia Aboim (2012) aponta em “Gênero e Modernidade: a Construção Pública do Privado” para a importância histórica da dicotomia público/privado enquanto processo estruturante da ordem de gênero atual no Ocidente e afirma que, apesar das transformações sociais e do alargamento da cidadania e dos direitos das mulheres ocorridos no último século, essas antigas associações ainda estão presentes nos modos de ser mulher e homem na atualidade e refletem-se na mobilidade urbana das mulheres, como veremos no próximo capítulo:

Apesar de todas as mudanças operadas nas relações de gênero e na organização da família, estas antigas associações prevalecem, em certa medida. A participação pública das mulheres é, afinal, menor que a dos homens, sendo ainda mais verdadeira a associação inversa. Como é sabido, o modelo de repartição igualitária das tarefas de produção e de reprodução está longe de ser prototípico nas sociedades ocidentais contemporâneas. (Aboim 2012, 578)

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt (2007) atribui o início da distinção entre as esferas privada e pública à Grécia Antiga e afirma que a antiga santidade do lar “jamais foi inteiramente esquecida” (39, tradução nossa). No contexto da Grécia Antiga, a esfera pública (ou seja, a esfera da *polis*) era distinta da esfera privada (ou da família), em uma dicotomia em que a primeira consiste em um local de exercício da liberdade, enquanto a segunda aparece associada com a vida doméstica e a manutenção do cotidiano. O abismo entre privado e público, lembra Arendt (2007), ainda está presente na Idade Média, porém, com menor força, uma vez que “o feudalismo valorizava o parentesco, os laços de sangue e aliança” (Aboim 2012, 565).

Na obra *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Jürgen Habermas (1991) argumenta que o desenvolvimento da sociedade civil burguesa, a expansão do capitalismo e o crescimento da democracia culmina na concepção de público enquanto categoria de integração social que separa-se do poder estatal, do mercado, e, certamente, do privado. Todavia, o privado enquanto categoria social não ganha muito a atenção de Habermas, que aparenta estar mais preocupado em “justificar as fundações da esfera pública, enquanto arena onde se cria colectivamente a opinião pública, notando a forma como esta é crucial para a legitimidade do sistema político democrático” (Aboim 2012, 566). Com o advento da modernidade e do Iluminismo enquanto panorama, o privado recebe com a perspectiva de Habermas, portanto, um significado associado genericamente com a família, que, por sua vez, forma os indivíduos para atuar na esfera pública; e permanece “como conceito residual face à importância do público, assim traduzindo a tensão entre cidadania e natureza” (Aboim 2012, 566).

Entretanto, notamos que a divisão público/privado não funciona da mesma maneira quando há o cruzamento com raça. A exemplo disso, Blunt e Rose (1994) aponta que a privacidade do ambiente doméstico não possui o mesmo significado

dentro de comunidades negras, uma vez que a privacidade é muito mais frágil e possui maior intervenção de estado (de formas mais violentas também) em residências e bairros de indivíduos negros do que em lugares codificados como de brancos.

A vivência feminina totalmente conectada com a esfera doméstica compreendida ao longo dos séculos só faz sentido também quando falamos das classes mais altas, uma vez que as mulheres das classes trabalhadoras, independentemente da raça, precisavam labutar “para se sustentar a si próprias, quer fossem solteiras ou casadas” (Hufton 1991, 26). Risério (2015) assinala na mesma direção ao afirmar que, no caso da história urbana das mulheres no Brasil, a dicotomia público/privado funciona de maneira distinta enquanto experiência feminina no contexto urbano. Segundo o teórico, a afirmação de que as mulheres brasileiras viveram isoladas no recinto de suas casas por séculos só faz sentido quando falamos de círculos da elite econômica, social e política do Brasil:

Se a regra, para as mulheres ricas, era a indolência, a inatividade propiciada pelas mucamas ou pelos escravos, a regra, para as mulheres pobres, andava bem longe disso. Elas eram obrigadas a batalhar, quando escravas, para tentar comprar a própria alforria e, já libertas, para se sustentar e à sua família. [...] Ali (na sociedade escravista brasileira), as brancas ricas, com raríssimas exceções, viviam praticamente enclausuradas. As mulheres do povo, ao contrário, viviam na rua. Gastavam suas energias ao ar livre. Frequentavam mercados e chafarizes. (Risério 2015, 215)

Mesmo que a associação feita entre masculino e público e feminino e privado possa ser vista atualmente como uma ideologia e não como uma realidade, uma vez que a sociedade sofreu inúmeros revezes neste sentido²⁶ e as experiências com as mulheres negras vão de encontro com essa concepção, o conceito de esferas separadas

²⁶ Neste ponto, lembramos do artigo “O Fascínio e a Voragem de Moloc: A percepção da grande cidade na ficção de Marieluise FleiBer” de Luisa Afonso Soares (2005) que aborda o momento em que a Mulher dos Anos Vinte sai à rua, percorrendo o espaço público devido ao trabalho em lojas, escritórios e grandes armazéns ou mesmo para passear e olhar vitrines que as grandes cidades passam a oferecer enquanto reflexo da modernidade em Paris. Esse novo tipo de mulher, dinâmica e arrojada, veste-se de modo funcional durante o dia, de acordo com os novos tempos, e, à noite, cultiva o glamour, vestindo “cetim, tafetá ou chifons” (Soares 2005, 8). No entanto, como argumenta Soares (2005), o colapso político, econômico e social decorrente do crash bolsista de 1929 desfaz os chamados Anos Dourados e “retira de novo a mulher do espaço público” (9).

continua a ser entendido enquanto presente na construção da subjetividade feminina em relação ao espaço público, como poderemos ver no terceiro capítulo.

Vale ressaltar que entendemos que os feminismos ²⁷ contribuíram para desconstruir a tradicional visão das esferas privada e pública enquanto neutras e questionar tal separação enquanto criadora de desigualdades sociais. Neste sentido, cunhou-se o slogan feminista “o privado é político” no fim dos anos 1960 e início de 1970 enquanto questionamento dessa tradicional divisão de esferas na sociedade no âmbito de gênero, dessa maneira, fazendo de assuntos privados, como no caso da violência doméstica, algo de interesse público.

No artigo “Gênero, o Público e o Privado”, Susan Moller Okin (2008) explica que o bordão elucidava em seu interior que o que acontece na vida privada ou pessoal também funciona sob o entendimento de hierarquias de poder e que os dois domínios, o público e o privado, não podem ser interpretados de forma isolada. Do mesmo modo, Carole Pateman (2012) em “Críticas Feministas à Dicotomia” sugere que a popularidade do slogan na época decorre da posição complexa das mulheres na sociedade contemporânea, uma vez que a experiência cotidiana das mulheres confirma a separação entre o privado ou pessoal e o público ou político e, ao mesmo tempo, “negue-a e afirme a conexão integral entre as duas esferas” (71, tradução nossa). Sob a perspectiva de Pateman (2012), portanto, a divisão entre público/privado é uma mistificação ideológica da realidade.

A propósito, Pateman (1980 e 2012) argumenta que a noção de cidadania no Ocidente foi fabricada a partir da referência masculina, ou seja, do modelo considerado universal. Em outras palavras, a autora nota que os critérios que regem a sociedade civil são derivados da concepção liberal de indivíduo ²⁸ e sugere que o privado foi desprezado na construção política da sociedade ocidental (Pateman 2012). Segundo a teórica, as esferas foram de tal modo entendidas enquanto divididas, que, em quase toda a teoria política, “conceitua-se e se discute o mundo público, ou a

²⁷ Nesta dissertação, consideram-se os movimentos político-sociais em torno da igualdade da mulher na sociedade contemporânea no plural (feminismos) e não no singular (feminismo), por entendermos que existem diversas vertentes do movimento.

²⁸ Pateman (2012) refere-se à concepção de indivíduo enquanto “o dono da propriedade em sua pessoa” (60, tradução nossa). Em outras palavras, o indivíduo é enxergado distanciado de “suas relações marcadas como familiares e das relações com seus semelhantes homens”. Apesar de ser um indivíduo “privado”, ele precisa de “uma esfera em que possa exercer seus direitos e oportunidades, ir em busca seus interesses (privados) e proteger e aumentar sua propriedade” (Pateman 2012, 60, tradução nossa).

sociedade civil, abstraída ou separada da esfera privada doméstica” (Pateman 2012, 59, tradução nossa).

Deste modo, Susan Okin (1989) conclui no livro *Justice, Gender, and the Family* que a dicotomia público/privado é uma construção enganosa e que essas esferas não devem entendidas enquanto separadas por quatro motivos principais. (i) A ideia de poder, comumente ligada à esfera pública, é central para a vida doméstica; (ii) A esfera doméstica é criada e influenciada por decisões políticas; (iii) A família é política porque é o local em que nós formamos nossa identidade de gênero e definimos inicialmente os comportamentos que são aceitáveis ou não na sociedade. (iv) A divisão do trabalho doméstico proveniente dessa dicotomia produz obstáculos práticos na vida das mulheres.

Neste sentido, entendemos que a associação do gênero feminino à esfera privada e o gênero masculino à esfera pública trata-se de uma dicotomia que atravessou os séculos na civilização ocidental e deixou consequências, mesmo que parciais, na mobilidade feminina urbana em diversos períodos da sociedade ocidental, assim como veremos nos três itens a seguir.

2.2 Um olhar de gênero sobre a figura do *flâneur*

Recorrente nas obras do poeta Charles Baudelaire (1995), o *flâneur* é uma figura literária fundamental das ruas do século XIX. Em *The Painter of Modern Life and Other Essays*, Baudelaire define o *flâneur* enquanto um indivíduo cuja paixão e profissão é pertencer à multidão, uma vez que ela “é seu elemento, assim como é o ar para os pássaros e a água para os peixes” (9, tradução nossa). De acordo com Elizabeth Wilson (2001) em “The Invisible Flâneur”, o conceito de *flâneur* era amplamente conhecido na Paris de meados do século XIX, mas um folhetim originado em 1806 consiste em uma das primeiras referências a esse indivíduo. Nele, retrata-se um dia na vida de um homem intitulado M. Bonhomme com características semelhantes ao *flâneur*. Segundo a descrição do folhetim, M. Bonhomme passaria as horas a olhar o espetáculo urbano, observando as novas edificações de Paris, além das vitrines das lojas. Ele também gasta boa parte do tempo em cafés e restaurantes frequentados com assiduidade por atores, escritores, jornalistas e pintores, no entanto, em uma posição de observação e isolamento associada ao *flâneur* (Wilson 2001).

Em *The Writer of Modern Life*, Walter Benjamin (2006) examina a figura do *flâneur* a partir do trabalho de Baudelaire e conclui que o *flâneur* constitui um herói moderno e um investigador da cidade à medida que a rua torna-se uma habitação para o *flâneur*. Ao tentar decifrar a vida urbana através da observação do cotidiano público, o *flâneur* sente-se em casa tanto quanto “um cidadão entre quatro paredes” (Benjamin 2006, 68, tradução nossa). Em seus escritos, Baudelaire (1995) deixa explícita a relação intrínseca do *flâneur* com o espaço público ao ressaltar que o mesmo consegue andar por todos os lados por estar incógnito:

For the perfect flâneur, for the passionate spectator, it is an immense joy to set up house in the heart of the multitude, amid the ebb and flow of movement, in the midst of the fugitive and the infinite. To be away from home and yet to feel oneself everywhere at home; to see the world, to be at the centre of the world, and yet to remain hidden from the world - impartial natures which the tongue can but clumsily define. The spectator is a prince who everywhere rejoices in his incognito. The lover of life makes the whole world his family. (Baudelaire 1995, 9)

Neste ponto, entendemos que a existência do *flâneur* somente foi possível a partir da criação de *boulevards* em Paris, um espaço que resultou da reforma urbana promovida por Georges-Eugène Haussmann²⁹ e criou um novo arquétipo de espaços modernos onde “pedestres podiam passear anonimamente, vendo os cenários das novas lojas, olhando para outros transeuntes, regozijando-se do cotidiano” (Cresswell 1999, 178, tradução nossa). Wilson (2001) assinala na mesma direção ao dizer que a proliferação de espaços públicos³⁰ foi responsável pela criação do *flâneur*, uma figura designada por ela enquanto “quase mitológica ou alegórica” e que representa para a modernidade “o que talvez seja a resposta mais característica de todas as formas de vida totalmente novas que pareciam estar a desenvolver” (75, tradução nossa).

²⁹ De acordo com Wilson (2001), Napoleão III deixou a cargo de Haussmann a promoção de melhorias urbanas em Paris em 1853. Haussmann, então, implementou novas ruas e boulevards por Paris, “conectando leste a oeste e norte a sul” e criando “um sistema circulatório e respiratório para o tráfego e o movimento modernos” (Wilson 2001, 53, tradução nossa).

³⁰ Entende-se que, dentro do espectro de espaço público na modernidade, assim como afirma Wilson (2001), os cafés, os terraços e, mais tardiamente, os grandes armazéns e o hotel desempenham um papel importante, uma vez que essas categorias configuram entre o público e o privado, permitindo acesso quase irrestrito dentro de uma atmosfera mais intimista.

Diante do exposto, entendemos que o *flâneur* desvincula-se da esfera privada e destina suas horas a observar a vida na esfera pública. Neste sentido, compreendemos o motivo da versão feminina do *flâneur*, ou seja, a *flâneuse*, ter sua existência comumente contestada. Se para andar pela cidade com o objetivo de experimentá-la no século XIX é necessário ser uma pessoa “cuja experiência sintetiza a natureza fragmentada e anônima da vida na cidade moderna”, conforme argumenta Wolff (2006, 19), devemos recordar que, para passar despercebido pelas ruas da cidade daquela época, faz-se necessário ser homem, uma vez que as mulheres eram vistas com suspeita quando perambulavam pela rua desacompanhadas, ganhando a fama moralista de “não-respeitável”.

Em *Streetwalking the Metropolis: Women, City, and Modernity*, Deborah Parsons (2000) assinala na mesma direção ao afirmar que as oportunidades e atividades inseridas no contexto do *flâneur* eram predominantemente “privilégios de um homem de posses” e que “o ‘artista da vida moderna’ era necessariamente um homem burguês” (Parsons 2000, 4, tradução nossa). Por sua vez, Raymonds Williams (1973) sugere em *The Country and the City* que “a percepção das novas qualidades da cidade moderna foram associadas, desde o início, com o homem andando, como se estivesse sozinho, pelas ruas” (233, tradução nossa).

Segundo Cresswell (1999), as mulheres da época apenas se aventuravam sozinhas pela cidade em determinados locais ou espaços definidos espacialmente para elas, o que permite fazer uma clara associação entre modernidade e mobilidade enquanto características masculinas. Jules Michelet (1860) descreve no ensaio intitulado *La Femme* os miríades obstáculos enfrentados pelas mulheres solteiras ao transitar pelo espaço público. Neste sentido, a autora afirma que a mulher raramente pode sair à noite, pois “poderia ser confundida com uma prostituta” (Michelet 1860, 34, tradução nossa). Michelet (1860) relata ainda que uma mulher não ousaria entrar desacompanhada em um restaurante, caso contrário “ela se tornaria uma sensação” e teria todos os olhos fixados nela, além de que ela ouviria “presunções ousadas, depreciativas” (34, tradução nossa).

Ao descrever como a imoralidade no espaço público apresentava significações diferentes para os gêneros feminino e masculino, Richard Sennett (1977) afirma na obra *The Fall of the Public Man* que, enquanto uma mulher “respeitável” causaria escândalo ao jantar em um restaurante com um grupo de homens sem a presença do marido no século XIX; um jantar de um homem burguês com uma mulher de uma

classe mais baixa seria propositadamente ignorado por quem estivesse no recinto. Segundo o teórico, podemos reconhecer que, neste sentido, o direito de aproveitar a privacidade que a multidão proporciona “era usufruída de modo desigual por ambos os sexos” (Sennett 1977, 217, tradução nossa). Contudo, assim como aponta Spain (2014), não era necessário placas ou qualquer tipo de sinalização para demarcar quais eram os espaços masculinos e quais eram os femininos, pois com a ideologia de esferas separadas por gênero codificada nos espaços públicos da cidade “era simplesmente entendido quem pertencia aonde” (584, tradução nossa).

Para transitar livremente pelas ruas de Paris, a escritora George Sand costumava, então, vestir-se com roupas masculinas, uma atitude que, em sua opinião, garantia-lhe uma certa invisibilidade na multidão que costumava ser negada à maioria das mulheres de classe média:

With those little iron-shod heels, I was solid on the pavement. I flew from one end of Paris to the other. It seemed to me that I could go round the world. And then, my clothes feared nothing. I ran out in every kind of weather, I came home at every sort of hour, I sat in the pit at the theater. No one paid attention to me, and no one guessed at my disguise [...] No one knew me, no one looked at me, no one found fault with me; I was an atom lost in that immense crowd. (George Sand apud Gleber 1999, 173)

A propósito, Griselda Pollock (1988) em *Vision and Difference* entende que inexistência da mulher na prática de *flânerie* na cidade moderna é uma condição cultural da época, uma vez que o *flâneur* “funciona dentro da matriz da ideologia burguesa por meio da qual os espaços sociais da cidade foram reconstruídos pela sobreposição da ideologia de esferas separadas” (94, tradução nossa). Para a teórica, portanto, as mulheres da época não possuíam “o direito de olhar, encarar, examinar ou assistir” (100, tradução nossa).

Se por um lado percebemos mulheres que existem enquanto objeto do olhar masculino no trabalho de Baudelaire, Pollock (1988) mostra, por meio de testemunhos de mulheres da época, que havia um forte desejo por mobilidade que pode ser encontrado em diversos textos da época, como no caso da artista Marie Bashkirtseff, que relata “esperar ansiosamente pela liberdade de sair sozinha, de ir e vir, [...] de andar por igrejas e museus, de andar pelas ruas antigas à noite”, afirmando

que “essa é liberdade sem a qual não se pode se tornar um verdadeiro artista” (Bashkirtseff apud Pollock 1988, 98, tradução nossa).

No discurso da modernidade, a figura da mulher nas ruas aparece, de certo modo, com as trabalhadoras do sexo (Wolff 2006). No entanto, Susan Buck-Morss (1986) em “The Flâneur, The Sandwichman, and the Whore: The Politics of Loitering” sugere que se, por um lado, a figura do *flâneur* incorpora a percepção característica da subjetividade moderna, por outro lado, a “figura da prostituta é uma alegoria [...] do mundo dos objetos” (120, tradução nossa), aparecendo enquanto *commodity* à medida que sua mobilidade une liberdade e restrição. Neste sentido, Judith Walkowitz (1991) afirma em “Sexualidades Perigosas” que, na segunda metade do século XIX, a polícia europeia era pressionada pela sociedade a tirar as trabalhadores do sexo do espaço público, de modo a “libertar espaço para as mulheres respeitáveis” e controlar “o espetáculo público do vício” (412). Na Paris de Baudelaire, assim como afirma Walkowitz, essas mulheres foram proibidas de aparecer nas ruas de maneira “provocadora” antes do anoitecer.

Ressaltamos ainda que no caso das mulheres da classe trabalhadora, sejam solteiras ou casadas, elas estavam presentes nas ruas da cidade moderna, entretanto, nunca tornavam-se propriamente *flâneuses*³¹. Em vez disso, elas vivenciavam as ruas enquanto “um espaço de transição a caminho de fins funcionais” (Gleber 1999, 175, tradução nossa), não sendo permitido perder-se no espetáculo do cotidiano, assim como fazia o *flâneur*. Conforme aponta Wolff (1985), outros tipos de mulheres aparecem nos textos de Baudelaire, a exemplo da viúva, da idosa, da lésbica e da transeunte desconhecida; porém, todas desempenhando somente a função de objeto do olhar masculino. Ao que se refere, destacamos a seguir um trecho de Baudelaire (1995), no qual ele discorre sobre a figura da mulher na modernidade:

Woman, in a word, for the artist in general, and Monsieur G in particular, is far more than just the female of Man. Rather she is a divinity, a star, which presides at all the conceptions of the brain of man; a glittering conglomeration of all the graces of Nature, condensed into a single being; the object of the keenest admiration and curiosity that the picture of life can offer its contemplator. She is kind of idol, stupid

³¹ Neste ponto, ressaltamos que no final do século XIX nas cidades da América do Norte, que eram fortemente influenciadas pela maneira que as metrópoles europeias estavam se desenvolvendo; não apenas as mulheres brancas e negras, mas também os homens negros não possuíam direito de passear pelas ruas livremente (Wilson 1991).

perhaps, but dazzling and bewitching, who holds wills and destinies suspended on her glance [...] Everything that adorns woman, everything that serves to show off her beauty, is part of herself, and those artists who have made a particular study of this enigmatic being dote no less on all the details of the *mundus muliebris* than on Woman herself [...] What poet, in sitting down to paint the pleasure caused by the sight of a beautiful woman, would venture to separate her from her costume? (Baudelaire 1995, 30-1, *itálico do autor*)

Se para alguns autores a existência da *flâneuse* não era possível, sob ponto de vista de Philip Gordon Mackintosh e Glen Nordcliff (2006) em “Flânerie on Bicycles: Acquiescence to Women in Public in the 1890s”, a *flâneuse* esteve presente na modernidade no fim do século XIX com o advento da bicicleta, pelo menos ao que se refere à sociedade burguesa, uma vez que, na época, o meio de transporte era essencialmente destinado para as elites. Os teóricos sugerem ainda que houve uma parte da alta sociedade que discordava da prática do ciclismo por mulheres e acreditava que a bicicleta poderia causar males à saúde feminina. No entanto, vale ressaltar que as mulheres não utilizavam a bicicleta “como uma expressão de resistência à moral pública”, mas sim por causa da “sofisticação tecnológica da própria bicicleta”, da “popularidade do esporte entre homens e mulheres de elite” e da concepção do ciclismo na sociedade enquanto dispositivo associado à elite (Mackintosh e Nordcliff 2006, 18, tradução nossa).

Vale ressaltar que, segundo Vitor Melo e André Schetino (2009) em “A Bicicleta, o Ciclismo e as Mulheres na Transição dos Séculos XIX e XX”, o hábito do ciclismo auxiliou a pôr um fim no uso do espartilho, já que a peça dificultava ou até impossibilitava a ação. Deste modo, vemos uma revolução no vestuário, com as mulheres usando, de forma mais frequente, calções e outras roupas esportivas, criando nelas “um gosto por trajes com que pudessem sentar, caminhar ou recostar-se facilmente” (Melo e Schetino 2009, 115).

No artigo “Les Flâneurs du Mal(l): Cinema and the Postmodern Condition”, Anne Friedberg (1991) também contesta a suposta invisibilidade da mulher no panorama da cidade moderna ao argumentar a existência da *flâneuse* não perambulando pelas ruas, mas pelos grandes armazéns. Segundo ela, os grandes armazéns passaram a ser um marco nas cidades modernas em meados do século XIX, com a abertura da Le Bon Marché, em Paris, e a Macy’s, em Nova Iorque; e podiam

ser “a última tentativa do flâneur, mas eram a primeira da flâneuse”³² (Friedberg 1991, 421, tradução nossa). De todo modo, faz-se necessário ressaltar que esses espaços não são propriamente públicos, uma vez que são delimitados e existem para um propósito específico (Wolff 2006). No livro *The Art of Walking*, Anke Gieber (1999) resalta que ir às compras não equipara-se ao modo abrangente de percepção de *flâneur*, que passeia pela cidade sem objetivos, propósitos ou horários.

Sobre o tema, Wilson (2001) critica a ênfase excessiva no discurso de falta de agencialidade feminina na modernidade como um fator que agrava a ideologia que associa mulheres à esfera privada. Neste sentido, Wilson afirma que o surgimento de restaurantes e salões de chás com espaços destinados às mulheres em Londres já no final do século XIX transformou as experiências da vida pública de mulheres da classe média. Entendemos que, neste ponto, os trabalhos de Wilson (2011) e de outros estudiosos (Friedberg 1991, Mackintosh e Nordcliff 2006 e Parsons 2000) que procuram contestar a inexistência da *flâneuse* na modernidade assinalam na mesma direção de Sennett (2003), que enxerga a cidade enquanto “um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem” (24, *itálico* do autor), mas, ao mesmo tempo, entende o espaço de um modo menos pessimista, ao passo que a cidade é, para Sennett, um espaço aberto para transformações sociais e resistências.

Lauren Elkin (2016) propõe no livro *Flâneuse: Women Walk the City in Paris, New York, Tokyo, Venice and London* que analisemos, portanto, a figura do *flâneur* sob a luz de uma abordagem contemporânea, uma vez que o motivo da *flâneuse* não estar presente no discurso da modernidade, na opinião da autora, é porque o termo foi codificado a partir das condições sociais e culturais subalternas das mulheres no século XIX. Em uma tentativa de trazer uma nova perspectiva para as investigações na área das experiências urbanas femininas, Elkin sugere redefinir o conceito *flâneur/flânerie*, ao invés de tentar encaixar as mulheres dentro de um conceito que ela entende enquanto genderizado:

[...] what kinds of spaces women had access to, and which they were barred from, is an important question [...] But surely there have always been plenty of women in

³² Friedberg (1991) refere-se à afirmação de Walter Benjamin (1969) em “Paris: Capital of Nineteenth Century” de que “a loja de departamento era a última tentativa do flâneur” (170, tradução nossa).

cities, and plenty of women writing about cities, chronicling their lives, telling stories [...] The joy of walking in the city belongs to men and women alike. To suggest that there couldn't be a female version of the flâneur is to limit the ways women have interacted with the city to the ways men have interacted with the city. We can talk about social mores and restrictions but we cannot rule out the fact that women were there; we must try to understand what walking in the city meant to them. Perhaps the answer is not to attempt to make a woman fit a masculine concept, but to redefine the concept itself. (Elkin 2016, capítulo 1, parágrafo 21)

Neste sentido, lembramos dos passeios de Lucy Snowe, a heroína de *Villette*, escrito por Charlotte Brontë (1993), enquanto uma narrativa que insere a mulher no contexto do espaço urbano sem restrições pela Londres do século XIX:

Having breakfasted, out I went. Elation and pleasure were in my heart: to walk alone in London seemed of itself an adventure. [...] Prodigious was the amount of life I lived that morning. Finding myself before St. Paul's, I went in; I mounted to the dome: I saw thence London, with its river, and its bridges, and its churches; I saw antique Westminster, and the green Temple Gardens, with sun upon them, and a glad, blue sky, of early spring above; and between them and it, not too dense, a cloud of haze. Descending, I went wandering whither chance might lead, in a still ecstasy of freedom and enjoyment; and I got—I know not how—I got into the heart of city life. I saw and felt London at last [...] To do this, and to do it utterly alone, gave me, perhaps an irrational, but a real pleasure. (Brontë 1993, 53)

Apesar de compreendemos ser fundamental analisar a mobilidade urbana por lentes mais inclusivas que não reforçam a ideologia das esferas separadas por gênero, seguimos a compreensão de Gleber (1999) de que o movimento das mulheres no espaço público apresenta seu fluxo constantemente ameaçado na história. A propósito, Elkin (2016) afirma que “do Teerã a Nova Iorque, de Melbourne a Mumbai, uma mulher ainda não consegue andar pela cidade da mesma maneira que um homem” (epílogo, parágrafo 7, tradução nossa). No século XX, vemos a mobilidade urbana das mulheres ser influenciada novamente pela mistificação ideológica que associa o feminino ao privado, desta vez pela expansão do subúrbio da classe média na cultura anglo-americana, assim como abordado a seguir.

2.3 A presença feminina nos subúrbios de classe média

Embora o termo possa significar qualquer povoado nas margens de uma cidade, seguimos a noção de subúrbio elaborada por Robert Fishman (1987) em *Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*, uma vez que o conceito conecta-se diretamente com a ideologia que associa a mulher à esfera privada. Na obra, Fishman apresenta “o subúrbio da classe média privilegiada” (5, tradução nossa) enquanto um dispositivo que reforça a dicotomia entre casa e trabalho, intitulado-o de *bourgeois utopia*. Segundo o autor, esse tipo de subúrbio é “uma criação cultural, uma escolha consciente que representa o ideal de família baseado na estrutura econômica e nos valores culturais da burguesia anglo-americana” (Fishman 1987, 8, tradução nossa). Sobre o tema, o autor afirma que:

From its origins, the suburban world of leisure, family life, and union with nature was based on the principle of exclusion. Work was excluded from the family residence; middle-class villas were segregated from working-class housing; the greenery of suburbia stood in contrast to a gray, polluted urban environment. Middle-class women were especially affected by the new suburban dichotomy of work and family life. The new environment supposedly exalted their role in the family, but it also segregated them from the world of power and productivity. (Fishman 1987, 4)

Apesar de não haver um consenso quanto ao surgimento dos subúrbios na cultura anglo-americana (Harris e Larkham 2004)³³, Fishman sugere que essa noção de subúrbio conectada com a classe média desponta somente no final do século XVIII, pois, na cidade pré-moderna, a renda e a posição social dos indivíduos diminuía à medida que se deslocava do centro para a periferia. Em outras palavras, pensar em zonas marginais da cidade enquanto um local residencial para pessoas de recursos era “literalmente impensável na estrutura urbana da cidade pré-moderna” (Fishman 1987, 7, tradução nossa).

³³ Richard Harris e Peter Larkham (2004) contrariam a afirmação comum de que os subúrbios são um fenômeno surgido após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, os autores afirmam que, ao entender o subúrbio enquanto “um local fora da urbe”, é possível encontrar subúrbios medievais na Europa Ocidental, como no caso das cidades de Ludlow e Worcester, na Inglaterra. A urbe, na interpretação de Harris e Larkham, não significa necessariamente uma cidade, “mas um núcleo pré-urbano, por vezes fortificado, por vezes um castelo” (Harris e Larkham 2004, 4, tradução nossa).

Vale ressaltar ainda que o subúrbio na condição de junção atraente entre a cidade e o campo não apresenta destaque nos países europeus (exceto na Inglaterra) e está relegado às classes sociais mais baixas ao passo que os centros das cidades são mais atrativas para as elites sociais (Harris e Larkam 2004). Neste sentido, Elizabeth Wilson (1991) aponta na obra *The Sphinx in The City* que, enquanto a modernidade europeia imaginava uma arquitetura adequada às transformações tecnológicas, a América do Norte e a Inglaterra viravam as costas ao futuro. De acordo com a autora, a resposta aos caos da vida urbana foi apresentada, deste modo, a partir da redução do tamanho e densidade dessas cidades, “de alguma forma, restaurando o relacionamento dos moradores da cidade com o campo” (Wilson 1991, 100, tradução nossa).

Em *The Uses of Disorder – Personal Identity and City Life*, Richard Sennett (1970) argumenta que, na sequência da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, os moradores da cidade pertencentes à classe média começaram um movimento contra-urbano tanto na Europa quanto na América do Norte nunca antes testemunhado na história das cidades. Sennett afirma que as causas dessa intensa procura pelo subúrbio costumavam ser entendidas como uma consequência da deslocação da população na guerra ou enquanto motivação econômica. No entanto, segundo o autor, essas explicações são insuficientes, posto que não esclarecem a persistência desse fenômeno no decorrer do tempo.

Além disso, Sennett (1970) afirma que as famílias que escolheram mudar-se para o subúrbio o fizeram mesmo quando os custos de habitação na cidade e no subúrbio eram semelhantes ou, então, quando o custo de vida no subúrbio era mais alto que na cidade. Após discorrer sobre esses acontecimentos, o autor conclui que os indivíduos que procuram os subúrbios sentem que os laços familiares são mais próximos no subúrbio do que na cidade, além de que esse modo de vida garante que o estranho, o desconhecido e o inesperado estejam, de certa forma, minimizados:

The closeness is not so much a material one – after all, families in city apartments are extremely close physically. Rather [...] it is the simplification of the social environment in the suburbs that accounts for the belief that close family life will be more possible there than in the confusion of city [...] The desire of people beyond the line of economic scarcity is to live in a functionally separated, internally homogeneous environment. (Sennett 1970, 70)

Em relação ao tema, Sennett sugere ainda que o receio do urbano pode ser encontrado tanto nos subúrbios de classe média pós-industriais quanto nos primórdios da cidade industrial, fazendo com que no subúrbio “a família torne-se um refúgio no qual os pais tentam proteger suas crianças, e si mesmos, da cidade” (1979, 72, tradução nossa). Neste sentido, vale ressaltar que esses subúrbios são entendidos como predominantemente brancos e heterossexuais (Strong-Boag *et al.* 2004).

Sob a perspectiva de Richard Harris e Peter Larkham (2004) em “Suburban Formation, Form and Function”, com a expansão do subúrbio no século XX, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e na Inglaterra, as investigações em torno do tema passaram a abordar as práticas sociais e culturais envolvidas no modo de vida suburbano da classe média. Um aspecto comumente tratado em relação ao subúrbio é o modo em que a cultura – neste ponto, especificamente a ideologia do privado – influencia no processo de desenvolvimento urbano (Harris e Larkham 2004).

A propósito, os autores sugerem que o subúrbio é visto como um refúgio privado, apresentando divisões mais nítidas entre a esfera privada e a esfera pública do século XX ao passo que enfatiza a domesticidade e as atividades familiares genderizadas. Em outras palavras, nesse tipo de subúrbio, os homens conseguiam deslocar-se com maior liberdade entre a esfera privada do lar e a esfera pública do trabalho e da política, “enquanto as mulheres administravam (...) a esfera doméstica” (Harris e Larkham 2004, 10, tradução nossa). Embora ambos os gêneros compreendam a casa suburbana enquanto uma concretização da busca pela privacidade, os homens, de acordo com Harris e Larkham, experienciam diariamente a vida pública e, após o período, retiram-se para suas casas suburbanas. Já as mulheres vivenciam menos os contrastes entre os dois mundos posto que possuem mais responsabilidades no lar.

Em “Changing Suburbs, Changing Women: Geographic Perspectives on Suburban Women and Suburbanization”, Kim England (1993) assinala na mesma direção ao afirmar que o fenômeno dos subúrbios pós-Segunda Guerra é baseado na noção de esferas dicotômicas, ou seja, a esfera privada e a esfera pública sendo associadas com os gêneros feminino e masculino, respectivamente. Segundo a autora, no caso dos Estados Unidos, os subúrbios residenciais contribuíram largamente para a busca de privacidade longe da cidade e sua conexão com o ideal de família nas décadas de 1950 e 1960, consolidando os papéis sociais dos gêneros enquanto

estritamente segregados. O próprio design da casa suburbana, segundo England, dificultava o trabalho doméstico comumente associado ao gênero feminino:

In fact the modernist-inspired designs and layouts often maximized the domestic work of individual women. Large windows, open-plan settings, fireplaces, and galley kitchens added to the visibility of housework, enforcing high standards of cleanliness and neatness. Essentially the design of suburban communities and houses reinforced the notion that women's place was in the home doing "housework" and raising children. (England 1993, 26, 175)

Em compensação, os homens costumavam ser associados com as áreas de lazer da casa, com os espaços ao ar livre ou até mesmo com os locais do lar com maior privacidade, como o escritório, uma vez que “a tarefa deles era se recuperar do trabalho assalariado” (Strong-Boag *et al.*, 2004, tradução nossa). Neste cenário, as mulheres enfrentavam uma maior limitação espacial também fora de casa, posto que, além da compreensão cultural de que as tarefas domésticas são predominantemente de responsabilidade feminina, havia uma escassez de meios de transporte público que ligam o subúrbio à cidade (Strong-Boag *et al.*, 2004). Já os automóveis, em expansão no século XX devido à produção automotiva em alta escala, aparecem inicialmente mais conectados com o gênero masculino, ocasionando a baixa mobilidade e o isolamento das mulheres suburbanas da época (Strong-Boag *et al.*, 2004).

A propósito, Susan Saegert (1980) sugere no artigo “Masculine Cities and Feminine Suburbs: Polarized Ideas, Contradictory Realities” que o subúrbio enquanto antítese da cidade, assim como a assimetria entre homens e mulheres, são entendidas de tal maneira porque “são símbolos que a cultura ocidental construiu como oposições polares” (96, tradução nossa). Por um lado, Saegert (1980) associa a vida na cidade e os homens ao sugerir que ambos são compreendidos enquanto “agressivos, assertivos, definidores de eventos mundiais importantes, intelectuais, poderosos, ativos e, às vezes, perigosos” (97, tradução nossa). Por outro lado, os subúrbios e as mulheres compartilham o ideal de “domesticidade, repouso, proximidade à natureza, falta de seriedade e sensatez; e segurança” (Saegert 1980, 97, tradução nossa). À época, assim como aponta Saegert (1980), até mesmo pesquisadores ajudavam a reforçar estereótipos de gênero no espaço da cidade ao afirmar que era lógica a associação do masculino com o urbano e do feminino com o suburbano:

Not only to the gender of the daytime population does suburbia owe its essential femininity, but also to the domesticity which is its very *raison d'être*, and to its corresponding alienation from the “serious” work which has always taken place within the masculine province of the city (...) The suburbs, in this sense, conform to the Freudian conception of femininity: passive, intellectually void, instinctually distractive. (Barry Schwartz apud Saegert 1980, 586)

Neste ponto, lembramos de *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan (1963), uma das primeiras obras a ressaltar o aspecto ideológico do subúrbio fortemente conectado com as mulheres e a vida privada. A pesquisa de Friedan sobre o que ela mesma intitula como “o problema que não possui nome” aponta que os modos de ser femininos associados com a família e maternidade apresentam vínculos fortes no subúrbio dos anos 1960 nos Estados Unidos:

The problem lay buried, unspoken, for many years in the minds of American women. It was a strange stirring, a sense of dissatisfaction, a yearning that women suffered in the middle of the twentieth century in the United States. Each suburban wife struggled with it alone. As she made the beds, shopped for groceries, matched slipcover material, ate peanut butter sandwiches with her children, chauffeured Cub Scouts and Brownies, lay beside her husband at night—she was afraid to ask even of herself the silent question—“Is this all?” (Friedan 1963, 11)

Embora fosse uma época de avanço tecnológico, Wilson (1991) afirma que a mecanização das casas suburbanas não liberavam necessariamente as mulheres para o mercado de trabalho, criando, na realidade, mais tarefas domésticas. Nancy Cott (1991) assinala na mesma direção em “A Mulher Moderna. O Estilo Americano dos Anos Vinte” ao afirmar que “os aparelhos domésticos destinados a ‘poupar trabalho’ eram mais eficazes na elevação dos padrões de limpeza e de ordem [...] do que propriamente na diminuição do número de horas de trabalho doméstico” (107).

Segundo a autora, quando as donas de casa conseguiam ganhar tempo nas tarefas de casa com o auxílio desses novos produtos, elas reaplicavam o cuidado na educação dos filhos, nas compras ou nos cuidados de casa. Isso porque, após a década de 1920, as expectativas em torno da saúde e do bem estar da família eram maiores, uma vez que “especialistas em economia doméstica e publicitários proclamavam que

se uma dona de casa cuidasse convenientemente do seu lar contribuiria para o conforto, o ajustamento e a eficiência dos seus entes queridos” (Cott 1991, 107).

No entanto, e como afirmam Strong-Boag *et al.* (2004), com as transformações sociais da segunda metade do século XX, as mulheres suburbanas emergiram como atores urbanos ativos, renegociando seus papéis sociais e modos de ser dentro das famílias e no mercado de trabalho. England (1993) assinala na mesma direção ao sugerir que as mulheres suburbanas não são apenas vítimas das estruturas espaciais, podendo “ativamente criar estratégias e redes de apoio na vizinhança que adequem-se melhor às mudanças de papéis sociais e responsabilidades familiares” (40, tradução nossa).

Apesar disso, England afirma que os subúrbios de classe média ainda representam a manifestação concreta das antigas ideias sobre feminilidade e que continuam, ao menos parcialmente, restringindo as experiências das mulheres na contemporaneidade. Neste sentido, o trabalho doméstico enquanto uma responsabilidade majoritariamente feminina continua a desenvolver um papel fundamental nas experiências das mulheres na esfera pública, mesmo com a consolidação feminina no mercado de trabalho, como abordado no próximo tópico.

2.4 As mulheres no mercado de trabalho

Um fator importante para as alterações nas divisões claras entre o público e o privado é a entrada gradual das mulheres no mercado de trabalho, principalmente a partir do século XIX, como veremos neste item. Em “Da Destinação ao Destino. História Filosófica da Diferença Entre os Sexos”, Geneviève Fraisse (1991) argumenta que, com a proeminência das mulheres no mercado de trabalho a partir do século XIX, iniciou-se o processo de emancipação feminina no Ocidente e o subsequente dismantelamento das esferas segregadas que delimitam o espaço privado familiar enquanto associado à mulher (Fraisse 1991).

A propósito, Joan Scott (1991) afirma em “A Mulher Trabalhadora” que, embora a figura da mulher trabalhadora apresente maior destaque a partir do século XIX, ela existia muito antes do advento do capitalismo, “ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América” (443). Neste ponto, Scott esclarece que a notoriedade

da mulher trabalhadora no século XIX ocorre, portanto, em virtude do debate sobre as suas atividades assalariadas e as consequências para a sociedade:

A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema (...) que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado (...) a maior parte das facções intervenientes nos debates sobre a mulher trabalhadora enquadrava os seus argumentos em termos de uma oposição assumida entre lar e trabalho, entre maternidade e salário, entre feminilidade e produtividade. (Scott 1991, 444)

De acordo com Scott (1991), os debates sobre o papel da mulher no mercado de trabalho surgem à medida que a produção feminina é transferida, no decorrer da industrialização, do lar para a fábrica. Se no período pré-industrial havia uma convicção de que as mulheres conseguiam combinar trabalho e domesticidade com êxito, a mudança do local de trabalho no século XIX parece desestabilizar a compreensão de que é possível combinar atividade produtiva e cuidados domésticos. Deste modo, segundo Scott, desponta a premissa de que as mulheres só poderiam trabalhar durante curtos períodos e deveriam deixar o emprego remunerado após o casamento, voltando apenas no caso dos maridos não conseguirem sustentar a família.

Como consequência, as mulheres ficavam limitadas a empregos não especializados e com baixos salários³⁴, um “reflexo da prioridade das suas obrigações domésticas e maternais sobre qualquer identificação profissional a longo prazo” (Scott 1991, 444), posto que o trabalho assalariado e as responsabilidades domésticas faziam parte de esferas espacialmente diferentes e genderizadas. Em outras palavras, a ideologia da esfera privada do lar comumente associada com as mulheres explicava, ao menos em parte, as menores oportunidades e salários das mulheres que entravam para a esfera pública do trabalho, ao passo que o trabalho reprodutor da mulher era entendido como primário e atividade produtiva, como secundária.

Neste sentido, Aboim (2012) afirma que o advento do capitalismo em conjunto com a expansão das cidades industriais associa de maneira evidente o

³⁴ De acordo com Scott (1991), os salários dos homens eram entendidos como fundamentais para as famílias, enquanto os salários das mulheres tinham a função de suplementares, “quer compensando faltas, quer proporcionando dinheiro para além do que era necessário para a sobrevivência básica” (456). Neste sentido, os baixos salários das mulheres “tanto causavam como demonstravam o ‘facto’ de que as mulheres eram menos produtivas do que os homens” (Scott 1991, 457).

masculino à vida pública e do feminino à vida privada. A autora nota como, na passagem para a sociedade industrial, as mulheres foram afastadas das atividades produtivas progressivamente e, do mesmo modo, tiveram seus espaços e funções sociais delimitadas: por um lado, o conceito de privado permaneceu associado ao feminino, por outro lado, a esfera pública (ou seja, a esfera da produção industrial e da cidadania política) ficou conectada com o masculino, outorgando aos homens a posição de chefe de família.

Pateman (2012) assinala na mesma direção ao sugerir que, com o desenvolvimento do capitalismo, as mulheres foram direcionadas para empregos com estatuto inferior ou mantidas fora da vida econômica da família, empurradas, dessa maneira, para “seu lugar natural” (61, tradução nossa). Por um lado, segundo Pateman (2012), vemos a crença de que a *natureza da mulher* faz com que ela se sujeite ao homem, o que delimita seu lugar na esfera doméstica. Por outro lado, o homem apresenta o poder de habitar as duas esferas e, inclusive, tomar decisões que concerne a elas.

A propósito, Scott (1991) sugere que o gênero do indivíduo era levado em consideração na divisão de trabalho do século XIX. Neste caso, o trabalho associado às mulheres era definido, portanto, como “trabalho de mulher”, ou seja, adequado às capacidades físicas entendidas enquanto inatas ao gênero feminino. Em outras palavras, “tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência e perseverança eram consideradas femininas, enquanto força muscular, velocidade e habilidade significavam masculinidade” (Scott 1991, 460). Neste ponto, seguimos a compreensão de Scott quando ela sugere que a existência de uma divisão de trabalho e de esferas separadas por gênero como fatos originados na natureza não se deve “a desenvolvimentos históricos inevitáveis, nem à ‘natureza’, mas a processos discursivos” (Scott 1991, 446). Ressaltamos ainda que, embora o trabalho assalariado fosse o primeiro passo para a autonomia das mulheres, o processo ocorreu adicionando ao cotidiano feminino a função de “produtoras para lá da sua função de reprodutoras” (Fraisse 1991, 79).

No século XX, a Primeira Guerra Mundial proporcionou às mulheres “uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes” (Thébaud 1991, 49), posto que, com a ausência de mão de obra, o trabalho feminino passou a ser mais valorizado e houve uma abertura de novas oportunidades profissionais para as

mulheres³⁵. No entanto, e como aponta Françoise Thébaud (1991) na obra “A Grande Guerra. O Triunfo Da Divisão Sexual”, as mulheres são vistas apenas como substitutas e, quando acaba a guerra, elas são convidadas a regressar ao lar e às tarefas femininas, não sem antes experienciar “a conquista de uma liberdade de *atitudes* e de *movimento*, aprendida na solidão e no exercício das responsabilidades” (Thébaud 1991, 83, *itálico nosso*). Neste sentido, o advento da pílula contraceptiva na década de 1960 marca um ponto de virada na história das mulheres no Ocidente, pois, ao exercer controle sobre a fertilidade, as mulheres romperam a associação com uma vida inteira destinada à criação de filhos (Mackenzie 1988).

Sob a perspectiva de Nadine Lefaucheur (1991) em “Maternidade, Família, Estado”, as taxas de empregabilidade feminina cresceram no decorrer do século XX, porém, com uma contínua vinculação da criação dos filhos e dos cuidados domésticos ao gênero feminino. Pateman (2012), por sua vez, afirma que, apesar de muitas mulheres pertencentes à classe trabalhadora marcarem presença no mundo público do emprego remunerado desde muito antes, o capitalismo pós-guerra apresentou um número crescente de mulheres trabalhadoras casadas, mas ainda com uma forte divisão de gênero entre o lar e o trabalho. Rose-Marie Lagrave (1991) assinala na mesma direção ao afirmar em “Uma Emancipação Sob Tutela. Educação e Trabalho das Mulheres no século XX” que o período escreveu “a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salariado, mas eivada de uma desigualdade de possibilidades escolares e de não miscibilidade das profissões” (507).

Embora não possamos deixar de lado especificidades sócio-econômico-culturais de cada região, Strong-Boag *et al.* (2004) sugerem que as transformações nas experiências cotidianas das mulheres apresentam um caráter transnacional. Neste sentido, as autoras afirmam que, apesar da maternidade e da domesticidade manterem-se como temas centrais no cotidiano feminino, “a vida das mulheres foi cada vez mais marcada pela educação formal, pelo emprego remunerado, pela maior

³⁵ De acordo com Thébaud (1991), vê-se por toda a Europa mulheres conquistando lugares “nos bastiões da alta educação, como a Sorbonne ou Oxford” (50) e ficando mais visíveis no espaço público ao entrar no ramo de serviços, no caso de cafés, hotéis, comércios, bancos, entre outros. Já nos Estados Unidos, a deslocação de empregos no período também leva em consideração a raça, além do gênero. Neste sentido, as mulheres brancas “ocupam os lugares deixados pelos homens brancos na indústria pesada, nos escritórios ou nos transportes”, enquanto isso, as mulheres negras “até então trabalhadoras agrícolas ou empregadas domésticas, substituem mulheres brancas ou homens negros nos sectores femininos mal pagos ou nos trabalhos mais duros” (Thébaud 1991, 54).

escolha ocupacional e pela expectativa de relações de gênero igualitárias” (Strong-Boag *et al.* 2004, 171-2, tradução nossa). Entretanto, vale ressaltar que nem todas as mulheres compartilharam igualmente dessas transformações, uma vez que grupos considerados minorias sociais, como no caso de mulheres negras, transgêneros ou com mobilidade reduzida, por exemplo, são mais desprovidos de recursos e oportunidades na sociedade (Strong-Boag *et al.* 2004).

Do mesmo modo que as mulheres passaram a ter seus direitos legitimados na esfera pública, a imagem social do homem enquanto provedor e figura de autoridade também perde a força, desmantelando parcialmente a dicotomia público/privado na sociedade (Aboim 2012). No entanto, e assim conforme argumenta Okin (2008), deve-se levar em consideração os pressupostos das práticas e teorias do passado em que as mulheres era vistas como “naturalmente inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (307). Em outras palavras, apesar dos avanços no Ocidente, a conexão entre homem e “ocupações da esfera da vida econômica e política” e mulheres enquanto responsáveis pela “ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução” trazem consequências práticas para a vida das mulheres atualmente (Okin 2008, 308).

Em “Feminist Geographies of the ‘City’: Multiple Voices, Multiple Meanings”, Valerie Preston e Ebru Ustundag (2005) afirmam que a cidade é um objeto de estudo bastante utilizado em pesquisas que utilizam lentes de gênero para entender o panorama urbano. Neste sentido, com a proeminência das mulheres no mercado do trabalho, pode-se perceber transformações tanto na mobilidade urbana das mulheres, quanto no cotidiano das cidades. Mackenzie (1988) aponta três grandes consequências que podem ser notadas no panorama urbano como decorrência da proeminência feminina no mercado de trabalho do Ocidente: (i) a mudança no tamanho da família e nas relações familiares, resultando em um número menor de filhos por família e no envelhecimento populacional; (ii) a criação de novos espaços urbanos, como creches e postos de saúde voltados para a população feminina; e, por fim, (iii) o surgimento de relações qualitativamente diferentes entre a esfera pública e a esfera privada.

Em *The Global City: New York, London, Tokyo*, Saskia Sassen (1991) argumenta que as mulheres constituem uma grande e crescente proporção na força de trabalho nas metrópoles, principalmente nos empregos temporários ou em regime de tempo parcial, o que pode resultar da necessidade de conciliar a atividade produtiva

com os cuidados domésticos. Neste ponto, concordamos com Pedulla e Thébaud (2005), que, embora as mulheres tenham entrado no mercado de trabalho em massa, os homens não aumentaram na mesma relação as horas gastas com cuidados domésticos não remunerados³⁶.

Okin (1989), por sua vez, sugere que, na divisão genderizada entre trabalho e lar, as mulheres casadas, especialmente aquelas que têm filhos, são as que experienciam mais impactos tanto na esfera pública quanto na esfera privada em virtude da acumulação das funções de produção e reprodução. Neste sentido, a autora ressalta que os homens só conseguem transitar entre as duas esferas com facilidade porque as atividades domésticas são compreendidas como dever feminino. Okin (2008) e Pateman (2012) afirmam que, embora transformações inegáveis tenham ocorrido nas últimas décadas, as mulheres ainda estão concentradas em empregos mal remunerados, desprivilegiados e sem ocupar cargos de chefia.

A propósito, Pedulla e Thébaud (2005) argumentam a representação feminina em cargos de gestão tem aumentado, porém, as mulheres (especialmente quando possuem filhos) continuam a ser menos propensas do que os homens a seguir carreiras mais competitivas e que exigem uma longa jornada diária. Mesmo quando elas seguem essas carreiras, “são mais inclinadas a abandonar suas carreiras no meio do caminho, seja para estar em casa em tempo integral ou para mudar para uma ocupação em regime de tempo parcial” (Pedulla e Thébaud 2005, 118, tradução nossa). Esse fenômeno, segundo as autoras, é compreendido pela sociedade como um reflexo das preferências de gênero no mercado de trabalho, como se os homens preferissem ambientes de trabalho mais competitivos e as mulheres valorizassem o conforto do lar e da família, o que não é necessariamente uma realidade. Neste sentido, Okin argumenta que o mercado de trabalho enquanto parte da esfera pública foi construído sobre a afirmação da superioridade masculina e pressupõe, portanto, a responsabilidade feminina pela esfera doméstica:

Tenham ou não papéis não-domésticos, espera-se muito mais delas, em geral, em seus papéis de mães e de responsáveis pela família, do que se espera dos homens em seus papéis familiares. Isso é evidenciado pelo fato de que homens que têm sucesso

³⁶ Os dados inseridos neste item têm caráter transnacional no Ocidente. No terceiro capítulo, abordaremos a presença feminina na esfera pública do mercado de trabalho com ênfase em Portugal.

na vida pública são frequentemente desculpados por negligenciar suas famílias, enquanto as mulheres, na mesma situação, não o são. De fato, uma referência completamente diferente do que constitui “negligência em relação à família” é geralmente aplicada à mulher, assim como “ser mãe” significa algo inteiramente diferente de “ser pai”. (Okin 2008, 320)

Por um lado, entendemos a análise de Okin com uma ênfase excessiva na mulher enquanto esposa e mãe. Por outro lado, compreendemos que, apesar das mudanças positivas das mulheres no mercado de trabalho, o trabalho doméstico ainda recai predominantemente nas mulheres, assim como abordado no terceiro capítulo.

A propósito, a pesquisa *Women in The Workplace* (McKinsey 2017) mostra que 54% das mulheres fazem todas ou a maior parte das tarefas domésticas. Neste sentido, a desigualdade é ainda mais significativa no caso de mulheres com filhos. Em outras palavras, mulheres que possuem parceiro e crianças são 5,5 vezes mais propensas do que seus contrapontos masculinos a fazer tudo ou a maior parte do trabalho doméstico. O panorama contemporâneo ainda fortemente conectado com a esfera privada não se altera nem quando as mulheres são as responsáveis pela maior parte do sustento da família, posto que mulheres trabalhadoras que se responsabilizam por mais do que 50% do orçamento familiar são 3,5 vezes mais propensas a fazer todas ou, pelo menos, a maior parte das tarefas domésticas. Ainda de acordo com o relatório, o trabalho reprodutivo recair sobre as mulheres pode atenuar as aspirações profissionais das mesmas. Em outras palavras, mulheres com parceiros e filhos têm significativamente menos aspirações a cargos de liderança do que homens com a mesma estrutura familiar. Além disso, mulheres que fazem a maioria do trabalho doméstico são menos prováveis a aspirar a cargos de alto escalão do que mulheres que compartilham responsabilidades de forma igualitária com um parceiro.

A propósito, o trabalho doméstico, pouco valorizado na cultura ocidental, ainda faz com que as mulheres associadas com tais responsabilidades tenham “menos tempo e energia para dedicar-se a outras tarefas e atividades” (Young 2005, 22, tradução nossa), assim como argumentaremos a seguir.

2.5 Considerações Finais

A força do pensamento binário e dicotômico é uma constante no pensamento

ocidental e as associações entre as categorias cultura e masculino, natureza e feminino, público e masculino, e privado e feminino. O foco dessa dissertação, entretanto, encontra-se na divisão entre público/privado e a associação com homens e mulheres, respectivamente. Essa dicotomia remonta à Grécia Antiga, permanecendo em vigência de maneira obscurecida durante o feudalismo e perpassando o Renascimento e o Iluminismo até chegar à modernidade, onde encontra-se intensificada. Nesse sentido, lembramos que essa dicotomia possui importância histórica na ordem de gênero atual, uma vez que a noção de cidadania no Ocidente foi estruturada a partir da referência masculina, entendida como universal.

Neste capítulo, portanto, selecionamos três momentos que consideramos importantes para a mobilidade urbana feminina durante o século XIX até meados do século XX: (i) o surgimento do *flâneur* e a contestação de uma figura equivalente no feminino, uma vez que a presença das mulheres no espaço público era observada com desconfiança; (ii) o subúrbio pós-guerra da classe média anglo-americana que isolou as mulheres do contexto da cidade; e (iii) a proeminência do gênero feminino no mercado de trabalho auxiliando a desestabilizar a ideologia das esferas separadas por gênero. Entendemos, neste sentido, que esse breve panorama é fundamental para compreendermos a recorrência da ideologia das esferas separadas por gênero na história do Ocidente e fomentar a análise contemporânea da mobilidade urbana feminina em Portugal elaborada no terceiro capítulo.

Em relação ao *flâneur*, o primeiro item analisado neste capítulo, destacamos que a figura literária das ruas da Paris do século XIX esteve diretamente conectada com a esfera pública da cidade moderna, o que fez com que a existência de um contraponto feminino seja contestada com frequência. À época, as mulheres possuíam mobilidade mais restrita e, mesmo quando frequentavam o espaço público da cidade, no caso das mulheres trabalhadoras, vivenciavam as ruas como um meio para chegar a um destino específico. Embora alguns autores entendam que a *flâneuse* aparece no momento em que surgiram a bicicleta ou os grandes armazéns, outros sugerem que não era possível haver um contraponto feminino em virtude da condição cultural da mulheres na época. Neste sentido, entendemos que o resgate de histórias que possam contrariar a suposta inexistência da *flâneuse* pode ser positivo para desestabilizar a ideologia de que as mulheres pertencem à esfera privada.

Despontando com maior intensidade no fim da Segunda Guerra Mundial na Inglaterra e na América do Norte, o subúrbio de classe média surge enquanto uma

resposta aos caos da vida urbana nas metrópoles do século XX ao enfatizar o ideal de família e de privacidade. Nesses locais, a domesticidade apresenta um aspecto genderizado, ou seja, mais conectado com as mulheres do que com os homens. Neste sentido, apontamos que havia uma escassez de transporte público que ligava o subúrbio à cidade, que a massificação do automóvel afetou inicialmente o gênero masculino e que as responsabilidades familiares eram associadas com as mulheres. Um marco cultural, neste sentido, é o lançamento do livro *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan (1963), que aponta a forte conexão entre feminilidade e a esfera privada nos subúrbios americanos. Com as transformações sociais de gênero na última metade do século XX, entretanto, as mulheres suburbanas passaram a ser compreendidas enquanto atores ativos capazes de negociar estratégias entre o subúrbio e a cidade.

Por fim, a proeminência do gênero feminino no mercado de trabalho a partir do século XIX ajudou a reconfigurar a cidade e a mobilidade urbana feminina no Ocidente, assim como a diluir as fronteiras das associações entre a esfera pública e as mulheres e a esfera privada e os homens. Neste ponto, vale ressaltar que, no século XIX, a ideologia das esferas separadas por gênero resultava, de certo modo, em menores oportunidades e salários para as mulheres que entravam para a esfera pública do trabalho, uma vez que a reprodução era considerada a atividade primária do gênero feminino. No decorrer do século XX, as taxas de empregabilidade feminina cresceram de modo constante, porém, com a contínua vinculação da criação dos filhos e dos cuidados domésticos ao gênero feminino.

Neste sentido, entendemos que, embora a divisão público/privado encontra-se com fronteiras esbatidas na sociedade contemporânea ocidental, as experiências femininas são distintas ainda hoje no contexto urbano do Ocidente, posto que as mulheres apresentam menos tempo e energia para vivenciar a cidade, assim como veremos no próximo capítulo especificamente em relação a Portugal.

3 A MOBILIDADE URBANA DAS MULHERES EM PORTUGAL

No capítulo anterior, selecionamos três marcos históricos para a mobilidade urbana das mulheres no Ocidente nos séculos XIX e XX, no intuito de apontar a recorrência da ideologia que associa as mulheres à esfera privada e produz consequências na mobilidade urbana feminina atualmente. Embora apresente suas fronteiras esbatidas atualmente em decorrência dos avanços sociais ocorridos, as delimitações genderizadas da esfera pública e da esfera privada são entendidas nesta dissertação como ainda presentes, mesmo que parcialmente, nas experiências femininas contemporâneas de mobilidade urbana.

Este capítulo, portanto, tratará das experiências contemporâneas das mulheres no contexto urbano português, especificamente dois cenários encontrados na literatura relacionada ao tema: (i) a mobilidade urbana feminina influenciada pelas atividades de produção e reprodução, uma vez que as mulheres passaram a ter forte proeminência no mercado de trabalho, mas ainda são comumente associadas com as tarefas domésticas e os cuidados familiares, e (ii) o assédio nas ruas enquanto limitador da presença feminina no espaço público.

No que se refere à mobilidade urbana feminina, as investigações realizadas em Portugal nos últimos anos centram-se principalmente nos trajetos realizados entre o trabalho e a casa. Isso ocorre porque, assim como afirma Robin Law (1999) em “Beyond ‘Women and Transport’: Towards New Geographies of Gender and Daily Mobility”, o trajeto entre a casa e o trabalho é a atividade humana que mais conecta a distinção feita entre o espaço privado e o espaço público:

It is the actual and metaphoric link between the spheres and spaces of production and reproduction, work and home. Serious attention to the work-trip unsettles the neat binary of separate spheres, and forces us to recognize the messy interwoven reality of daily life. The topic of the work-trip has thus served as a way of dissolving conceptual boundaries. (571)

Entendemos que as experiências femininas no espaço público também encontram-se demarcadas em grande parte pela prática do assédio nas ruas, motivo pelo qual destinaremos parte da nossa argumentação neste capítulo. Neste sentido, a rua enquanto uma metonímia do espaço público apresenta, conforme argumenta

Raewyn Connell (1987), as mesmas estruturas de gênero encontradas na organização da família, que relega às mulheres o trabalho reprodutivo associado com a esfera privada, afastando-as da esfera pública. Deste modo, entendemos que a prática cultural do assédio recorda ao gênero feminino que o mesmo não é bem-vindo na esfera pública. Apesar desse cenário conflituoso, acreditamos que a rua não pode ser entendida de maneira tão sedimentada quanto outras instituições, como no caso da família, uma vez que a mesma abre espaço para diversidade e transformações.

Vale destacar que, assim como sugere Wilson (1991), as experiências femininas no contexto urbano variam de acordo com a classe social em que elas estão inseridas, posto que há menor acesso às necessidades humanas básicas, como segurança e transporte público, que facilitam o cotidiano nas cidades. As vivências das mulheres no dia a dia da cidade também podem ser modificadas por cruzamentos de gênero com raça, orientação sexual, mobilidade reduzida, entre outros. No entanto, defendemos que, embora apresentem especificidades, os dois tópicos abordados neste capítulo apresentam-se de modo transversal nas vidas das mulheres em Portugal.

3.1 As mulheres entre o trabalho e a família

A associação parcial do gênero feminino à esfera privada mesmo após as transformações sociais das últimas décadas, conforme argumentado no segundo capítulo, implica em hábitos distintos de deslocação entre homens e mulheres no contexto urbano ocidental (Goddard *et al.* 2006). Neste sentido, Margarida Queirós e Nuno Marques da Costa (2012) sugerem em “Knowledge on Gender Dimensions of Transportation in Portugal” que as diferenças de gênero encontradas na mobilidade urbana no Ocidente estão relacionadas com os usos dos tempos³⁷ por homens e mulheres. Em outras palavras, a tradicional associação entre mulher e esfera pública modifica a mobilidade urbana do gênero feminino no cotidiano português, posto que as mulheres continuam a ser responsáveis por maior parte das tarefas domésticas e

³⁷ De acordo com Heloísa Perista (2002), o tempo enquanto instrumento analítico potencializa um novo olhar nas investigações que tratam de perceber como homens e mulheres ocupam-se nas várias esferas da vida. Neste ponto, concordamos com a autora que o tempo é “resultado de uma construção social, constituída por e constitutiva de relações sociais” e apresenta um significado social longe da neutralidade, pois nele reside “uma forma de quantificar, mas também de qualificar - de atribuir valor - as actividades humanas” (447).

dos cuidados familiares – ou seja, temas relacionados com a esfera privada – mesmo quando estão em empregos de tempo integral³⁸.

No artigo “Género e Trabalho Não Pago: Os Tempos das Mulheres e os Tempos dos Homens”, Heloísa Perista (2012) analisa a forma em que mulheres encontram-se confrontadas com tempos mais complexos à medida que “vivem uma forte combinação de trabalho pago e não pago, bem como uma divisão pouco clara entre trabalho doméstico e de prestação de cuidados, tempo de lazer e tempo pessoal” (Perista 2012, 452). Segundo a autora, o cotidiano feminino apresenta-se frequentemente de maneira mais estruturada e fragmentada do que o masculino, com atividades múltiplas e sobrepostas, devido à necessidade de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo³⁹.

A propósito, entendemos que as mulheres são associadas às tarefas domésticas e de cuidados quando ainda crianças por meio da socialização de gênero. No artigo “Children’s Daily Activities: Age Variations Between 8 and 12 Years Old Across 16 Countries”, Gwyther Rees (2017) afirma que existem diferenças relevantes entre os tempos que as crianças gastam em tarefas domésticas e responsabilidades de cuidado familiar em países de baixa renda e em países de alta renda. No entanto, um padrão é consistente entre os mesmos: “As garotas dedicam mais tempo ao trabalho

³⁸ Neste ponto, devemos nos atentar também ao conceito de trabalho emocional. Embora o termo possa ser entendido como a necessidade de adequar as emoções ou os sentimentos próprios enquanto apropriados ao setor organizacional, assim como argumenta Arlie Hochschild (1985) na obra *The Managed Heart*, o conceito a que referimos advém do artigo “Why Emotion Work Matters: Sex, Gender, and the Division of Household Labour” de Rebecca Erickson (2005) e trata do trabalho emocional de uma pessoa perante terceiros. Neste sentido, o conceito de trabalho emocional “se refere às atividades relacionadas aos cuidados em relação ao bem-estar alheio e o fornecimento de suporte emocional” e conecta-se ao gênero feminino, uma vez que tais ações são entendidas como parte “das tendências ‘naturais’ ou ‘femininas’ das mulheres e baseadas nas suposições culturais sobre o amor e as relações familiares” (Erickson 2005, 338, tradução nossa). Neste sentido, a existência de um “segundo turno”, ou seja, a expressão cunhada por Arlie Hochschild (2003) em *The Second Shift* para descrever as horas de trabalho doméstico não remunerado que as mulheres experienciam quando chegam em casa do trabalho, na dia a dia das mulheres em emprego a tempo integral toma uma proporção ainda maior, posto que “encorajar, mostrar apreço, escutar atentamente o outro e expressar empatia com os sentimentos alheios” de modo contínuo requer tempo, esforço e habilidade (Erickson 2005, 339, tradução nossa).

³⁹ Neste ponto, entendemos que as esferas da produção capitalista e da reprodução (trabalho doméstico não pago) são, novamente, uma dicotomia, sendo separadas entre os homens e as mulheres, respectivamente, assim como argumentam Elsa Galerand e Danièle Kergoat (2017) no artigo “The Subversive Potential of Women’s Relation to Work”. Central para a sociedade contemporânea, a divisão sexual do trabalho do jeito que é apresentada atualmente agrava a desigualdade de gênero.

doméstico, lição de casa e leitura por prazer, enquanto os garotos passam mais tempo praticando esportes e usando computadores” (Rees 2017, 117-8, tradução nossa).

A título de exemplo, citamos o estudo “Gender and Urban Activity Patterns in Uppsala” realizado na cidade de Upsália, na Suécia, por Susan Hanson e Perri Hanson (1980), que, ao analisar a frequência de pausas feitas entre o trajeto do trabalho para casa, concluiu que as mulheres trabalhadoras ainda detinham as tradicionais responsabilidades familiares:

Women surpassed men in numbers of visits to the supermarket, the small grocery store, the grocery section and other areas of the department store, the dry cleaner, the drug store, and schools. Evidently shopping for food and other items and taking the children to school were still considered responsibilities of women. The men, on the other hand, made noticeably more stops at restaurants, gas stations, recreational places, and places of employment. Trips to banks and post offices appear to be shared almost equally by both sexes. These data support further the findings of time-budget studies in which employed women were found to do more shopping, especially the convenience type, than did working men, while the men were found to spend more time in leisure activities than did the working women. (296)

Muda-se a década, analisa-se outro país europeu, mas o padrão de mobilidade urbana continua o mesmo entre homens e mulheres, como poderemos ver ainda neste item sobre a atual mobilidade urbana pelas lentes de gênero em Portugal. Assim como aponta Goddard *et al.* em “Voyage of the SS Minivan – Women’s Travel Behavior in Traditional and Suburban Neighborhoods”, nota-se que as mulheres, à nível transnacional, tendem a ser mais responsáveis pela manutenção da casa e da família, mesmo quando estão em empregos a tempo inteiro, influenciando seus deslocamentos pela cidade.

De países membros da União Europeia a países em desenvolvimento, as mulheres ocidentais costumam utilizar com maior assiduidade o transporte público, fazem mais trajetos durante o dia a dia e optam por trabalhar mais perto de casa, posto que precisam estar mais perto da casa ou da escola dos filhos para ministrar a rotina familiar (Queirós e Costa 2012). Em outras palavras, a mobilidade urbana feminina ocorre atualmente como uma consequência da antiga associação do gênero feminino com a esfera privada. Neste sentido, diversos estudos apontam para uma restrição

espacial no gênero feminino no que se refere ao trajeto trabalho-casa, principalmente nas investigações realizadas na Europa e nos Estados Unidos, o que pode implicar de modo negativo em suas carreiras (Hanson e Pratt 1995, Rutherford e Wekerle 1988).

Ressaltamos que esse padrão de mobilidade feminina mais restrito no Ocidente não é apenas encontrado em mulheres com filhos, como também em mulheres casadas sem filhos. Neste sentido, Randall Crane (2007) argumenta no artigo “Is There a Quiet Revolution in Women’s Travel? Revisiting the Gender Gap in Commuting” que o mesmo não pode ser dito de homens casados sem filhos e que o matrimônio é um divisor de águas no cotidiano feminino:

One explanation is that marriage leaves the average woman with additional family responsibilities, encouraging greater proximity between work and home, while doing just the opposite for men. Another is that married women are more likely to work part-time than single women. Long commutes are less justified for part-time work for a number of reasons, including lower hourly pay and transportation costs making up a larger share of work-related expenses. To repeat, this holds regardless of income, race, or presence of children. (309)

Em “Gender and The Analysis of Social Policy”, Ruth Lister (2000) sugere que a compreensão de que o trabalho reprodutivo cabe ao gênero feminino produz um ciclo na rotina familiar que resulta na divisão desigual de tarefas dentro do lar. Neste sentido, entende-se que a desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho em relação à remuneração base mensal em contrapartida com os salários mais altos dos homens⁴⁰ reproduzem a figura masculina enquanto chefe de família abordada no capítulo anterior.

A desigualdade de gênero no âmbito da mobilidade urbana também pode ser percebida na utilização de transporte motorizado individual documentada de modo transversal nas cidades ocidentais (Queirós e Costa 2012, Crane 2007, Hanson 2010, Polk 2004, Goddard *et al.* 2006 e Hjorthol 2008). Recordamos que o uso de

⁴⁰ Neste ponto, destacamos que as remunerações médias de base no caso português são superiores nos homens, uma vez que os mesmos ganham 990,05 € enquanto as mulheres recebem 824,99 € por mês, isto é uma discrepância de 16,7% (CIG 2017). De acordo com o mesmo relatório, a diferença entre os salários dos homens e das mulheres aumenta conforme o nível de qualificação. A título de exemplo, o *gap* salarial de remuneração base aumenta para 26,4% nos cargos mais altos.

automóveis e motocicletas por uma maioria do gênero masculino não apresenta apenas motivações econômicas, mas também culturais, o que resulta em desigualdade de gênero⁴¹. Segundo Christensen et al. (2007), essa discrepância pode resultar das percepções de gênero diante de cada modalidade de transporte. Em outras palavras, as mulheres tendem a ser mais favoráveis ao transporte público e percebem o carro somente em termos funcionais, ao passo que os homens veem o automóvel enquanto um meio identitário para alcançar a liberdade nas dimensões de espaço e tempo.

Embora acompanhe o panorama ocidental citado acima, o caso português apresenta particularidades. Tais especificidades, assim como sugere Virgínia Ferreira (1999) em “Os Paradoxos da Situação das Mulheres em Portugal”, são indissociáveis do panorama político-social em que as mulheres encontravam-se até a década de 1970, isto é, “uma sociedade regulada por uma ordem jurídica que fazia do trabalho doméstico uma obrigação das mulheres” (216). A propósito, Sofia Aboim (2013) sugere que as mudanças no panorama de gênero em Portugal começaram a despontar timidamente nos anos 1960, no momento em que a mão de obra até então maioritariamente masculina ficou escassa em decorrência das guerras coloniais e da emigração massiva dos homens.

Com efeito, o 25 de Abril de 1974 agilizou o processo em curso e abriu “novos campos de possibilidade, começando pelo reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres” (Aboim 2013, 574). Segundo a autora, o processo de democratização no pós-25 de Abril, portanto, acelerou mudanças culturais no país, alargando os direitos das mulheres ao passo que concedeu materialidade jurídica à igualdade entre os gêneros, ausente durante o Estado Novo⁴², e impulsionando a proeminência das mulheres no mercado de trabalho.

⁴¹ Entende-se nessa dissertação que a problemática da associação do gênero masculino com automóveis parte da compreensão de que tais veículos de transporte são símbolos de prosperidade social. De acordo com Polk (2004) em “Integration of Gender Equality into Transport Policy and Practice in Sweden”, o uso de carros é comumente conectado com poder, sucesso e estatuto social elevado, representando não somente um modo de transporte, mas um objeto de desejo associado com liberdade e sucesso.

⁴² De acordo com Aboim (2013), a Constituição de antes do 25 de Abril legitimava a desigualdade ao distinguir os papéis sociais dos homens e das mulheres. Em 1976, entretanto, o texto legal reconhece a igualdade entre os gêneros, garantindo às mulheres direitos de cidadania antes vedados, como o direito de voto, de ter um passaporte e de liberdade de circulação. Para exemplificar a mudança, Aboim (2013, 574) apresenta o artigo 1674º do Código Civil de 1966 promulgado durante o Estado Novo em que lê-se “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida

No artigo “Processos de Uma Modernidade Inacabada. Mudanças Estruturais e Mobilidade Social”, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (1998) também sugerem que o período em questão resultou em mudanças estruturais para Portugal. Em outras palavras, os autores afirmam que as transformações espaciais, demográficas e socioprofissionais ocorridas na sociedade portuguesa alteraram a configuração do país⁴³. A propósito, Aboim (2013) afirma que Portugal apresenta um panorama expressivo de mulheres no mercado de trabalho com empregos a tempo inteiro, fração que tem crescido desde a década de 70. No entanto, as transformações ocorridas com a proeminência do emprego feminino não foram suficientes para eliminar uma realidade genderizada no que concerne às experiências existentes entre a esfera pública e a esfera privada:

No que respeita à divisão do trabalho, a esfera profissional tem, em comparação com a doméstica, revelado maior permeabilidade ao ideal de divisão igualitária entre homens e mulheres. No seio da vida privada, os paradoxos são maiores, oscilando-se entre ideais de igualdade, frequentemente longínquos e de difícil concretização, e as normas situadas, que servem de referência pessoal na organização da vida quotidiana. Além disso, a progressiva “conquista” feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de oportunidades e recompensas, nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado. Aí, elas continuam a ter a primazia, apesar, é certo, de uma crescente participação masculina nos labores da produção doméstica e parental (...) Protagonistas incontestáveis da

conjugal comum...”. Já o Código Civil de 1976 trata de afirmar a igualdade entre os gêneros, como no artigo 1671º em que lê-se “O casamento baseia-se na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (Aboim 2013, 574).

⁴³ Em termos espaciais, Machado e Firmino da Costa (1998) ressaltam a caracterização de uma tripla evolução, ou seja, “concentração da população no litoral, crescimento urbano e despovoamento do interior do país” (18). Neste ponto, os autores destacam que a litoralização foi um processo ininterrupto no período entre 1960 e 1991, em que os distritos transmontanos, beirões e alentejanos apresentam população diminuída ao passo que a região de Lisboa e Vale do Tejo e a Área Metropolitana do Porto registraram aumento de habitantes. O crescimento da urbanização, de acordo com Firmino e Costa, também concentra-se nestas áreas citadas. Já em relação aos processos demográficos, destaca-se os números de natalidade e envelhecimento mais próximos da média europeia. Por último, as transformações socioprofissionais percebidas em Portugal decorrem principalmente do crescimento acelerado da escolarização e da entrada em larga escala das mulheres na vida profissional. Tais mudanças de fundo desenvolvem-se em associação estreita com outros processos de mudança social, “ao nível do estatuto social das mulheres, das relações familiares e dos estilos de vida” (28).

mudança, são ainda sobretudo as mulheres a ver divididos e fragmentados o seu papel e a sua identidade, entre a casa e os filhos e o direito à participação na esfera pública. (Aboim 2013, 575-6)

Sobre o panorama atual, Aboim sugere que as mulheres ainda vivem uma posição ambivalente na sociedade portuguesa, posto que os ideais de democracia e liberdade transferidos para a esfera privada no pós-25 de Abril misturam-se atualmente com “códigos de uma ordem de género que simbolicamente se nutre da antinomia entre público/masculino e privado/feminino” (2013, 579). Neste sentido, Ligia Amâncio (1994) sugere que a entrada das mulheres em atividades públicas até há pouco tempo reservada aos homens ocasionou acertos nas definições dos papéis de género. Entretanto, “esses ajustamentos são mais notórios na esfera pública do que na privada, onde continua a não existir uma partilha generalizada das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças” (72).

Por sua vez, Virgínia Ferreira (1999) argumenta que o processo acelerado da feminização do trabalho em Portugal decorrente da instauração e da consolidação da democracia no país não eliminou a associação entre as mulheres e a esfera da reprodução ocorrida na sociedade portuguesa. Perista (2002) assinala na mesma direção ao afirmar que tem ocorrido em Portugal uma progressiva aproximação entre os padrões femininos e masculinos no mercado de trabalho, porém, essa evolução na sociedade portuguesa “não tem sido acompanhada por uma aproximação, em termos equivalentes, da participação dos homens no trabalho doméstico e na prestação de cuidados à família” (452).

Embora as experiências das mulheres no contexto urbano ocorram de modo distinto de acordo com raça, classe, idade, orientação sexual, religião, mobilidade reduzida, entre outros, a mobilidade urbana das mulheres em Portugal apresenta panoramas semelhantes aos encontrados em outras cidades ocidentais. Por exemplo, apesar de as mulheres, principalmente as mais jovens, já estarem em paridade com os homens no que se refere ao acesso à carta de condução em Portugal, o número de pessoas do género feminino que possui e dirige um automóvel ou motocicleta ainda é menor do que o do género masculino (Queirós e Costa 2012).

Neste sentido, enquanto o carro representa 50,9% das deslocações diárias dos homens em Portugal, para as mulheres o veículo é o meio de transporte usado por menos que a metade, ou seja, 40,7% das viagens feitas diariamente (Queirós e Costa

2012). Ainda de acordo com os autores, mesmo quando analisamos o uso de transporte público por ambos os gêneros, é possível encontrar discrepâncias, posto que os homens tendem a utilizar o transporte público para viagens da casa para o trabalho ou vice-versa e as mulheres usam o serviço para atividades relacionadas aos cuidados familiares, além do tradicional trajeto casa-trabalho (Queirós e Costa 2012).

A pesquisa *Gênero e Mobilidade. Desigualdade no Espaço-Tempo*, promovida pelo IGOT/CEG Universidade de Lisboa (2016), sustenta a argumentação dos pesquisadores citados neste capítulo sobre as mobilidades urbanas distintas relacionadas com usos dos tempos de acordo com o gênero em relação a Portugal. Isto é, durante a investigação concluiu-se que as mulheres residentes na Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo possuem um padrão de mobilidade mais complexo em comparação aos homens enquanto resultado das desigualdades de gênero presentes na sociedade portuguesa. No estudo, as mulheres apareceram realizando um número médio de viagens por dia e por semana superior ao dos homens, uma vez que elas possuem maior diversificação de tarefas distribuídas entre a esfera pública e a esfera privada (Quadro 1) enquanto reflexo das responsabilidades familiares.

	Mulheres	Homens
Número médio de viagens por dia	5,5	5,1
Número médio de viagens por semana	27,5	25,5

Quadro 1. Número média de viagens por dia e por semana de acordo com o gênero (IGOT/CEG 2016)

Sabe-se também que, em função da acumulação de tarefas produtivas e reprodutivas, as mulheres apresentam deslocações menores no que concerne à distância (Quadro 2). Em suma, o estudo conclui que o número médio de viagens realizadas por dia pelas mulheres é de 5,5, a distância média de cada percurso é de 5,9 km e a duração média de cada jornada é de 12 minutos. Em comparação, os homens apresentaram um número médio de viagens por dia de 5,1, uma distância média de cada percurso de 9 km e uma duração média de cada jornada de 18 minutos (IGOT/CEG 2016).

	Mulheres	Homens
Distância média de cada percurso diário (Km)	5,9	9
Distância média percorrida por semana (Km)	32	45

Quadro 2. Distâncias médias de cada percurso diário e das viagens por semana para mulheres e homens (IGOT/CEG 2016).

Via de regra, as distâncias percorridas cotidianamente em cidades ocidentais estão em crescimento e o aumento dos percursos em quilômetros são ainda maiores no caso das mulheres, o que faz com que a disparidade de gênero na mobilidade urbana torne-se lentamente menos expressiva com o passar dos anos (Crane 2007). No entanto, ressaltamos que a constatação de que atualmente as mulheres percorrem distâncias mais longas entre a casa e o trabalho não deve ser necessariamente entendido como um fator de igualdade de gênero no caso do trabalho reprodutivo ainda estar associado com o gênero feminino, posto que significaria apenas mais cansaço e não necessariamente maior liberdade para percorrer a cidade.

No que concerne aos motivos de viagem, os dados recolhidos na investigação do IGOT/CEG (2016) mostram que tanto mulheres quanto homens deslocam-se rotineiramente de forma semelhante em Portugal por motivos de trabalho e regresso para a casa. No entanto, conforme observado na Figura 1, as mulheres deslocam-se mais por motivos dedicados ao trabalho de cuidado (i.e. cuidados com a família, compras e serviços de mote doméstico), enquanto os homens viajam mais por motivos relacionados com atividades sociais (i.e. lazer, desporto e alimentação).

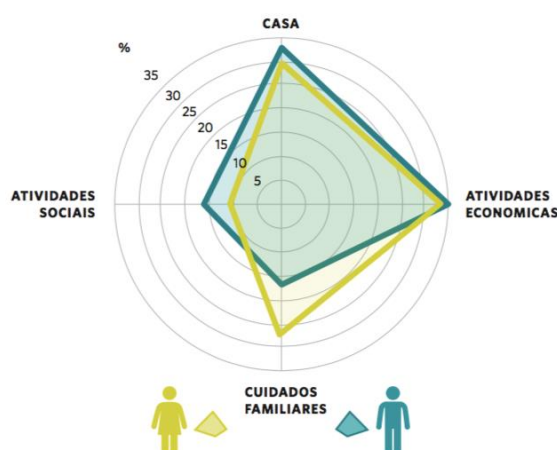


Figura 1. Motivos de viagem (%) de acordo com o gênero.

Especialmente expressivas são as disparidades de gênero no que concerne aos tempos de uso por semana em relação a cuidados familiares, viagens e atividades sociais e econômicas (Figura 2). Em outras palavras, o estudo mostra que as mulheres dedicam aos cuidados familiares aproximadamente três horas, enquanto os homens gastam praticamente metade desse tempo. Por outro lado, os homens apresentam maior tempo dedicado às atividades sociais, ou seja, 7h45 por semana, enquanto isso, as mulheres gastam somente 6h15 (IGOT/CEG 2016).

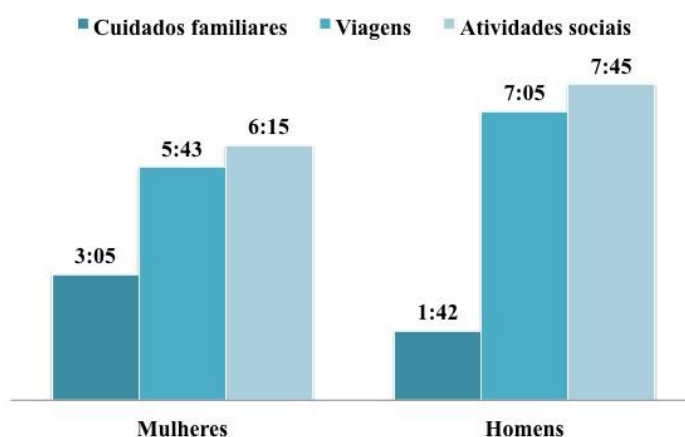


Figura 2. Tempo gasto (hh:mm) por semana em cuidados familiares, viagens e atividades sociais de acordo com o gênero (IGOT/CEG 2016).

Como citado anteriormente, entendemos nesta dissertação que essa dinâmica resulta da compreensão cultural de que o trabalho reprodutivo ainda é responsabilidade do gênero feminino. Afinal, se as responsabilidades sobre a casa e a família recaem sobre o gênero feminino, as mulheres disponibilizarão de menos horas no cotidiano para as atividades sociais e profissionais. Essa dupla jornada das mulheres, portanto, leva “a uma compressão dos seus tempos e/ou à supressão de alguns dos mesmos, como sejam o tempo de lazer ou o tempo para si próprias” (Perista 2012, 453).

Neste sentido, ainda de acordo com o relatório, as mulheres apresentam maior dinamismo com a realização de múltiplas tarefas cotidianas que abrangem tanto a esfera pública quanto a esfera privada, ilustrando o funcionamento vigente dos tradicionais papéis de gênero na família em Portugal (IGOT/CEG 2016). Se por um lado, são os homens que se deslocam em número superior diretamente da casa para o trabalho e do trabalho para a casa, por outro lado, são as mulheres que mais

despontam realizando atividades relacionadas com o trabalho reprodutivo antes do trabalho, durante o intervalo de almoço e depois do expediente (Figura 3).

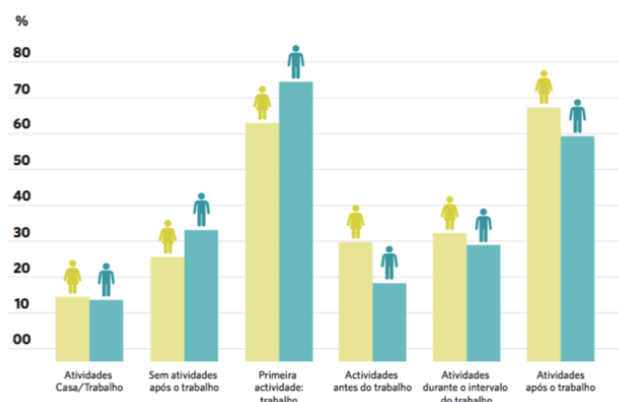


Figura 3. Percentual de mulheres e homens que realizam atividades antes, durante e depois do trabalho em Portugal (IGOT/CEG 2016)

De acordo com o relatório *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*, elaborado pelo CESIS/CITE (2016), as participações de mulheres e de homens no trabalho reprodutivo apresentam assimetrias expressivas, apesar das transformações sociais das últimas décadas no panorama português. Neste sentido, podemos observar que as mulheres gastam 8h35 com o trabalho pago e 4h17 com o trabalho não pago (Figura 4)⁴⁴.

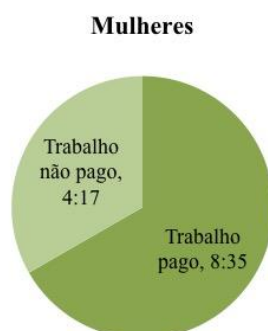


Figura 4. Tempo (hh:mm) médio diário de trabalho (pago e não pago) para mulheres com atividade profissional (CESIS/CITE 2016)

⁴⁴ Os termos trabalho pago e trabalho não pago utilizados no relatório *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* correspondem respectivamente à noção de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo usado nesta dissertação. Neste sentido, de acordo com CESIS/CITE (2016), o trabalho pago são as “atividades profissionais remuneradas exercidas no contexto do mercado de trabalho” (3) e trabalho não pago são as “tarefas e responsabilidades exercidas no contexto dos agregados domésticos, sem qualquer contrapartida monetária” (8), ou seja, as tarefas domésticas e o trabalho de cuidado.

Por sua vez, os homens despendem com 9h02 de trabalho pago e 2h37 destinadas ao trabalho não pago, ou seja, quase metade do tempo gasto por mulheres na mesma atividade (Figura 5).

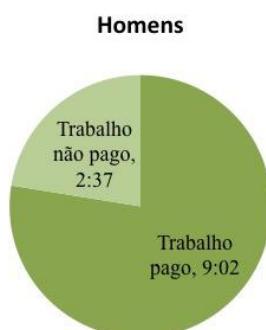


Figura 5. Tempo médio (hh:mm) diário de trabalho (pago e não pago) para homens com atividade profissional (CESIS/CITE 2016)

Neste ponto, ressaltamos ainda a partilha desigual das tarefas domésticas entre os gêneros, o que contribui para uma rotina mais atribulada do gênero feminino. De acordo com a Figura 6, observa-se que as mulheres dedicam mais minutos no dia a dia para o preparo de refeições e cuidados das roupas. A disparidade mais significativa aparece na atividade de limpeza da casa, com as mulheres gastando 53 minutos e os homens, somente 27 (CESIS/CITE).

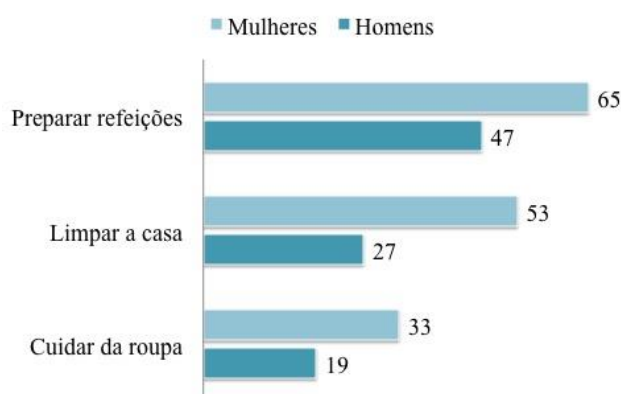


Figura 6. Tempo médio (minutos) diário de realização de tarefas domésticas rotineiras por gênero (CESIS/CITE 2016)

No que se refere a outras atividades domésticas, observa-se que fazer compras é uma tarefa realizada com maior frequência por mulheres, embora esse tipo de atividade apresente menor disparidade de gênero: 74% das mulheres, e 59% dos

homens, dizem fazer compras pelo menos uma vez por semana (CESIS/CITE 2016). Ainda de acordo com a investigação, atividades que tratam de serviços comerciais e/ou administrativos, a exemplo do pagamento de contas, são realizadas por 12% dos homens, face a 9,9% das mulheres, pelo menos uma vez por semana. No caso das reparações em casa, a presença masculina é predominante, uma vez que 92% das mulheres dizem nunca o fazer, face a 50% dos homens que dão a mesma resposta, o que demonstra novamente a validação contemporânea dos tradicionais papéis de gênero na sociedade portuguesa.

No estudo, a prestação de cuidados a crianças apresenta o mesmo padrão citado anteriormente, ou seja, as mulheres aparecem novamente como as maiores responsáveis pela atividade de procedência reprodutiva (Figura 7). Enquanto as mulheres despontam com 3h06, os homens dedicam aproximadamente uma hora a menos por dia (CESIS/CITE 2016).

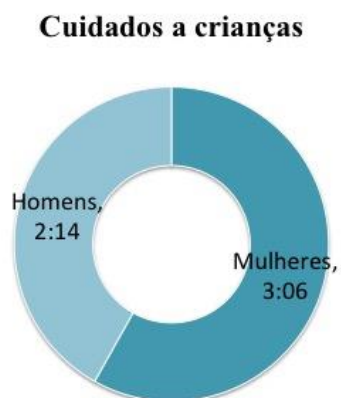


Figura 7. Tempo médio (hh:mm) diário de realização de cuidados com crianças por gênero (CESIS/CITE 2016)

Também são as mulheres que vivenciam uma maior interpenetração da vida familiar na vida profissional ao pensar mais frequentemente sobre as tarefas domésticas que têm de realizar quando ainda estão no local de trabalho (CESIS/CITE 2016). Apesar do progresso das últimas décadas, o nível de participação masculina nos afazeres domésticos e nos trabalhos de cuidado não assegura a partilha equilibrada de tempos entre os gêneros. Diante do exposto, conclui-se, portanto, que a entrada progressiva das mulheres na esfera pública de Portugal não foi acompanhada na mesma medida pela admissão dos homens na esfera privada.

3.2 O assédio sexual nos espaços públicos de Portugal

As conquistas femininas do último século, como a proeminência do gênero feminino no mercado de trabalho, melhoraram indiscutivelmente a vida das mulheres. Atualmente, as mulheres do Ocidente não são impedidas de caminhar pelas ruas nem são vistas com suspeita quando presentes no espaço público em contraponto da discutível existência da flâneuse, abordada no capítulo anterior. No entanto, entendemos nesta dissertação que as mulheres convivem com o assédio sexual nas ruas em seus cotidianos, o que pode atrapalhar a inserção feminina no espaço público por completo sem que sejam necessárias regras pré-determinadas pela sociedade assim como antigamente (Law 1999, Koskella 1999 e Merry 2009).

Sobre o tema, Cynthia Grant Bowman (1993) sugere no artigo “Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women” que toda forma de assédio, por mais aparentemente “inofensiva” que seja, evoca e reforça o medo do estupro:

It does so by reminding women that they are vulnerable to attack and by demonstrating that any man may choose to invade a woman's personal space, physically or psychologically, if he feels like it. Thus, street harassment forms part of a whole spectrum of means by which men objectify women and assert coercive power over them, one which is even more invidious because it is so pervasive and appears, deceptively, to be trivial. (540)

Em “Sexual Harassment and Masculinity: The Power and Meaning of Girl Watching”, Beth Quinn (2012) assinala na mesma direção ao enfatizar que não são apenas as violências de gênero consideradas graves que causam medo nas mulheres. Mesmo ofensas “menores” recordam as mulheres de sua vulnerabilidade, impedindo a inclusão feminina em sua totalidade no domínio público. Neste sentido, Koskela (1999) afirma que a experiência de violência física gera o medo da violência, mas que uma tentativa de violência física, mesmo que mal sucedida, também apresenta o mesmo efeito. Segundo a autora, transgressões consideradas menores pela sociedade, como o assédio nas ruas, “podem causar medo de um ataque mais sério, lembrando as mulheres (...) da possibilidade de vitimização” (Koskela 1999, 116, tradução nossa).

A propósito, Koskela (1999) afirma que experienciar qualquer tipo de violência de gênero no espaço público pode ocasionar nas mulheres uma sensação de

que o espaço público é uma arena perigosa e que deve ser negociada de modo cotidiano. Essa perspectiva do espaço público faz com que as mulheres vivenciem o espaço público “como um radar” (Koskela 1999, 116, tradução nossa), constantemente alertas e examinando os locais de modo contínuo para encontrar sinais de perigo.

Embora utilizemos a expressão “assédio nas ruas” para abordar essas experiências das mulheres no contexto urbano, ressaltamos que a prática ocorre em outras formas de espaço público, como parques e meios de transporte⁴⁵. De acordo com Sally Eagle Merry (2009) em *Gender Violence: A Cultural Perspective*, a compreensão de violência de gênero enquanto transgressão dos direitos humanos ocorreu no fim da década de 1980. No entanto, o termo compreendia somente atributos físicos, como agressão, estupro e assassinato. No início do século XXI, o conceito ficou mais amplo e passou a abranger também o assédio sexual no trabalho e o assédio sexual em vias públicas, isto é, o assédio nas ruas.

Assim como argumenta Bowman (1993), entendemos que o termo assédio nas ruas compreende atos não solicitados feitos por um agente desconhecido, geralmente do gênero masculino, e que levam em consideração a aparência física ou a presença de alguém, usualmente do gênero feminino, no espaço público. A prática inclui tanto condutas verbais quanto não-verbais, como olhares maliciosos, assobios, gestos, piscadelas, apertos e passadas de mão. A ação trata-se de violência de gênero posto que o agente não tem a intenção de iniciar um diálogo com a vítima (Bowman 1993).

A propósito, entende-se que a prática apresenta caráter transnacional na sociedade contemporânea, mas varia localmente conforme a cultura e as desigualdades sociais (Merry 2009). Neste ponto, destacamos o estudo realizado por Quinn (2002), em que se desmonta a natureza supostamente elogiosa do assédio, uma vez que os homens analisados não esperavam que as mulheres retornassem seus olhares ou frases e ficavam surpresos quando elas contestam o assédio:

⁴⁵ Segundo o Parlamento Europeu (2018), os perpetradores aproveitam-se da qualidade de anonimato do espaço público para praticar assédio. Neste sentido, o assediador se beneficiaria tanto de lugares isolados ou escuro quanto de locais lotados, como no caso do transporte público, em que é possível usufruir da ambiguidade da situação de pouco espaço disponível para encostar na vítima como se fosse sem querer ou, então, sem que os presentes percebam o que está a acontecer e possam intervir.

When a woman looks back, when she asks, “What are you looking at?” she speaks as a subject, and her status as mere object is disturbed. (...) The confronted man may be baffled by her response. When she catches them looking, when she complains, the targeted woman speaks as a subject. The men, however, understand her primarily as an object, and objects do not object. (398)

De acordo com Clara Sottomayor (2016) no artigo “Assédio Sexual nas Ruas e no Trabalho: Uma Questão de Direitos Humanos”, o assédio nas ruas apresenta características específicas e de caráter transversal: a maioria das vítimas é do gênero feminino e os assediadores são do gênero masculino, o assediador e a vítima não se conhecem e os locais onde ocorrem são vias públicas, como ruas, parques ou transporte público. Bowman (1993) assinala na mesma direção ao afirmar que o alvo dos assédios sexuais são “as mulheres entre a idade em que o corpo começa a se desenvolver até o ponto indeterminado que ela não é mais lida como um ser sexual porque está ‘muito velha’” (531)⁴⁶.

Deste modo, ao fazermos a leitura do espaço público enquanto um local de reprodução cultural, assim como visto no primeiro capítulo, no qual o gênero feminino esteve ao longo da história associado com o espaço privado, conforme abordado no segundo capítulo, entende-se a relevância e a consequência do assédio nas ruas. Em outras palavras, o desfecho do assédio nas ruas é a restrição da participação ou da mobilidade da mulher na esfera pública, posto que recorda ao gênero feminino de que ele não é bem-vindo nas vias públicas (Koskela, 1999), assim como argumenta Bowman (1993):

The remarks women hear from harassers on the street carry the implicit (and sometimes explicit) message that women do not belong in public, where they draw attention by their mere appearance, but rather in the private sphere, at home. (...) Street harassment in modern cities keeps women in their place, reinforces the private-public split, and maintains a hierarchy of gender in everyday life (541)

⁴⁶ A propósito, Janet Wolff (2010) sugere que para as mulheres apenas seria possível percorrer o espaço público urbano com liberdade quando mais velhas, ou seja, quando seus corpos não fossem mais sexualizados na sociedade. Neste sentido, a invisibilidade social das mulheres mais velhas encontra reparação no ato de andar pelas cidades, posto que “se elas não são vistas, (...) estão livres para percorrer e, dentro de limites, participar de atividades que, em outros casos, seriam fiscalizadas” (Wolff 2010, 13, tradução nossa).

Neste sentido, destacamos que a relevância desse tema relaciona-se com a conexão entre espaço público e direitos humanos. Segundo Fenster (2005a e 2005b), o espaço público está associado aos direitos humanos à medida que, para praticar ações cotidianas, como ir ao trabalho, às compras, ao médico e levar os filhos para a escola, as mulheres precisam negociar o direito de ir e vir. A propósito, ressaltamos que o gênero feminino não pode ter a circulação proibida, uma vez que dispor de mobilidade é uma condição necessária para exercer participação ativa na sociedade e se movimentar “onde e quando quiser ou precisar é entendido com um direito básico na sociedade democrática” (Hjorthol 2008, 193, tradução nossa).

Apesar da existência escassa de pesquisas quantitativas e/ou qualitativas que auxiliem a dimensionar o problema na sociedade portuguesa, a síntese dos resultados do *Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género no Concelho de Lisboa*, promovido por ONVG/CIGS.NOVA (2017)⁴⁷, pode servir como início para um debate atualizado nos estudos pós-graduados de Portugal. Afinal, na investigação, podemos observar como as reações ao assédio nas ruas são distintas de acordo com o gênero da pessoa entrevistada. Segundo o relatório preliminar, enquanto os homens em Portugal percebem a ação enquanto um elogio e/ou acharam graça, as mulheres sentem-se ofendidas ou incomodadas.

A propósito, Bowman (1993) sugere que, apesar das mulheres geralmente incomodarem-se com a prática do assédio nas ruas, a reação mais comum perante ao assediador é a indiferença. Ou seja, as mulheres costumam demonstrar apatia durante a ocorrência por temerem agressões físicas ou por terem medo de chamar ainda mais atenção ou de ser desagradável, entre outras reações:

In other circumstances, they are simply annoyed and do not want to reward the harasser with a response, or they are embarrassed to have been treated in such a degrading manner. They freeze; they put on a blank face; they try to pretend that nothing is happening. When women take these evasive actions in an effort to mask feelings of invasion, anger, humiliation, and fear, they suffer a psychological beating in the form of emotional distress and feelings of disempowerment. (537)

⁴⁷ Somente é possível ter acesso aos dados preliminares da *Primeiro Inquérito Municipal à Violência Doméstica e de Género no Concelho de Lisboa*. Até a presente data da escrita deste capítulo, em junho de 2018, a pesquisa inteira ainda estava em vias de ser publicada.

Assim como o assédio sexual ocorrido no ambiente de trabalho⁴⁸, o assédio sexual sucedido nas ruas pode fazer com que as mulheres sintam-se impotentes e enraivecidas perante a situação (Bowman 1993). Neste sentido, Carol Gardner (1980) defende em “*Passing By: Street Remarks, Address Rights, and the Urban Female*” que uma resposta agressiva por parte das mulheres em direção aos homens pode escalar para agressões verbais por parte dos assediadores, posto que “retaliação não é considerado um comportamento tipicamente feminino” (346, tradução nossa). Ainda de acordo com a autora, as mulheres costumam evitar lugares ou atividades específicas que elas suspeitam ter maior risco de sofrer assédios sexuais no espaço público.

Outro ponto a ser destacado na pesquisa realizada pelo ONVG/CIGS.NOVA (2017) é como o impacto da violência de gênero aparece com maior proeminência nas vivências femininas do que nas masculinas ao analisarmos o contexto de Lisboa. De acordo com o relatório preliminar, 52,8% das mulheres sentem que episódios de violência “afetaram muito ou razoavelmente as suas vidas”, enquanto apenas 32% dos homens disseram ter experienciado o mesmo nível de impacto.

Em relação ao tema, Anastasia Loukaitou-Sideris (2005) ressalta em “*Is It Safe to Walk Here? Design and Policy Responses to Women’s Fear of Victimization in Public Places*” que a insegurança no espaço público é mais proeminente no gênero feminino do que no gênero masculino. Isso ocorre, conforme enfatiza a autora, porque as mulheres não têm medo apenas de crimes violentos sem a componente de gênero, como no caso de assaltos. Em outras palavras, as mulheres que percorrem o espaço público temem não apenas episódios de furtos e/ou roubos, como também assédios sexuais⁴⁹. Sobre o tópico, Rachel Pain (1991) enfatiza no artigo “*Whither Women’s Fear? Perceptions of Sexual Violence in Public and Private Space*” que:

Similar analyses can be applied to certain other groups, such as fear of racial

⁴⁸ Segundo o relatório *Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho em Portugal*, produzido pelo CITE (2016), as mulheres são as mais acometidas por assédio no ambiente de trabalho. De acordo com a pesquisa, 14,4% das mulheres já sofreu alguma vez assédio sexual no local de trabalho, face a somente 8,6% de homens que passaram pela mesma experiência.

⁴⁹ A vivência no espaço público apresenta-se particularmente desafiante para as mulheres transgênero. Além de experienciar os mesmos assédios e importunações enfrentados por indivíduos homossexuais, as mulheres transgênero enfrentam o que Doan (2010) intitula de “tirania de espaços genderizados”, a exemplo da utilização de banheiros públicos femininos, entre outros espaços urbanos.

violence and fear of homophobic violence amongst homosexuals and lesbians. Clearly, neither 'women's fear' nor 'men's fear' exist in a vacuum, as the effects of class, age, race and sexuality and other factors cut through both. Amongst all the factors which have been noted to increase fear of crime, however, being female has the largest effect. (417)

Apesar de nem todas as mulheres vivenciarem exatamente a mesma experiência de insegurança no espaço público, Pain (1991) argumenta que o receio vivido pelas mulheres no espaço público é distinto dos homens. Neste sentido, circular pelo espaço público à noite torna-se uma ação vivida com maior insegurança especificamente pelas mulheres na sociedade portuguesa, especialmente se elas já passaram por algum episódio de violência de gênero anteriormente (ONVG/CIGS.NOVA 2017).

Esse panorama pode ser explicado pela construção cultural em torno da noite, compreendida no Ocidente como mais assustadora do que o dia⁵⁰. Segundo Gill Valentine (1989) em “The Geography of Women's Fear”, enquanto, durante o dia, as mulheres identificam lugares isolados como alarmantes, à noite, elas receiam todos os tipos de espaços públicos. Em outras palavras, a noite reduz a visibilidade, o que aumenta o medo das mulheres de sofrer algum tipo de ataque, diminuindo o número de mulheres no contexto urbano no período noturno e, deste modo, intensificando a experiência negativa no espaço público.

Entende-se, portanto, que para ocupar espaços públicos nas cidades do Ocidente, as mulheres recorrem para estratégias de defesa, como analisar o que vão vestir e quais os lugares que vão frequentar, assim como abordado anteriormente, além de evitar lugares isolados ou escuros à noite (Gardner 1980 e Spain 2014). Outros mecanismos utilizados com frequência para percorrer o espaço público das cidades são adotar um caminhar e um semblante mais firme (Gardner 1980). Mulheres que não seguem essas “medidas de precaução” encontram-se abertas à culpabilização, “uma vez que a responsabilidade pela prevenção da violência sexual recai sobre a mulher” (Fileborn 2015, 3, tradução nossa).

No entanto, associar espaço público com perigo no caso das mulheres é um paradoxo, uma vez que a violência de gênero ocorre geralmente no espaço privado (Figura 8). Novamente, o panorama encontrado em Portugal reflete os mesmos

⁵⁰ Vide Gill Valentine (1989), Rachel Pain (1997) e Bianca Fileborn (2015).

resultados encontrados em pesquisas realizadas em outros países do Ocidente (Spain 2014).

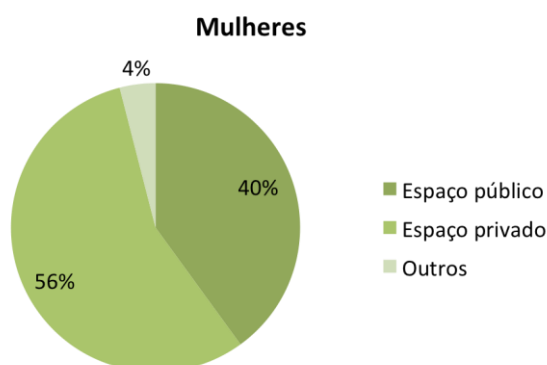


Figura 8. Locais onde as mulheres vivenciam violência (ONVG/CICS.NOVA, 2017).

A mesma afirmação não corresponde à realidade do gênero masculino, posto que eles vivenciam atos de violência em maior quantidade no espaço público e não no privado (Figura 9). O panorama constatado pela investigação em Lisboa é o mesmo encontrado em outras cidades ocidentais (Koskella 1999, Spain 2014 e Valentine 1989).

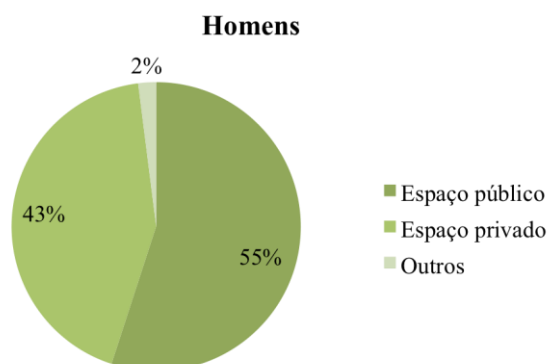


Figura 9. Locais onde os homens vivenciaram violência (ONVG/CICS.NOVA, 2017).

A propósito, Rachel Pain (1997) sugere que a maior parte das ocorrências de violência de gênero contra mulheres está localizada na vida doméstica e são cometidas por homens que conhecem bem a vítima. Embora a quantidade de mulheres entrevistadas que tenham vivenciado violências por parte de desconhecidos seja minoria, ainda assim, quando perguntadas sobre medo de futuros ataques, “a maior

parte das mulheres localiza a preocupação no espaço público” (Pain 1997, 302, tradução nossa). No caso de Portugal, por exemplo, as vítimas de violência em geral são do gênero feminino (81,9%), porém, 59% dos autores dos crimes são parceiros ou ex-parceiros e não meros desconhecidos (APAV 2017).

Neste ponto, recordamos o estudo “The Fear of Rape: A Study in Social Control”, de Margareth Gordon e Stephanie Riger (1981), em que nota-se a disparidade de gênero no acesso ao espaço público. Enquanto 78% dos homens responderam que “nunca” evitavam atividades cotidianas no espaço público por medo ou insegurança, apenas 32% das mulheres assinalaram a mesma resposta. Já 34% das mulheres que participaram da investigação replicaram que evitam tais tarefas no espaço público “com bastante frequência” ou “quase o tempo todo”.

Para Valentine (1989), a percepção do espaço público enquanto arena de perigo pelas mulheres ocorre porque “o comportamento de qualquer desconhecido encontrado no espaço público é potencialmente imprevisível e incontrolável” (386, tradução nossa). Por sua vez, Pain (1997) argumenta que essa compreensão paradoxal da segurança feminina no espaço público pode ocorrer por falta de informação sobre violência doméstica, posto que convicções contraditórias sobre risco pessoal e violência são alcançadas “pelo distanciamento da violência do *self*, tanto geograficamente quanto socialmente” (306, tradução nossa). Em outras palavras, Pain sugere que as pessoas costumam dissociar crimes do ambiente doméstico, realocando a falta de segurança no espaço público e não no espaço privado⁵¹.

Quando há uma maior presença das mulheres no espaço público, conforme argumenta Koskela (1999), as ruas e os parques transformam-se em locais aparentemente mais seguros para o gênero feminino. Neste sentido, Quinn (2002) argumenta que quando mulheres permanecem dentro de casa por medo de ataques sexuais acabam por reproduzir, mesmo que de forma inconsciente, a dominação

⁵¹ Neste ponto, destacamos a pesquisa realizada por Rachel Pain (1997) que sugere que o conhecimento sobre a violência na sociedade não é aplicado a si mesmo. Segundo a autora, quando as entrevistadas foram questionadas sobre quem, de maneira geral, seria um provável agressor no caso de um estupro, pouco menos da metade sugeriu “um desconhecido”. No entanto, quando perguntadas quem seria o agressor mais provável se elas próprias fossem vítima de um estupro, essa proporção sobe para 70,2% dos entrevistadas. Neste sentido, quanto mais escolarizadas as mulheres entrevistadas eram, maior o paradoxo sobre segurança pessoal. Em outras palavras, quanto maior a escolarização e a classe social, mais as mulheres afirmavam que provavelmente os criminosos deviam conhecer suas vítimas. Porém, quando perguntadas novamente sobre o provável perpetrador do crime se elas próprias fossem vítima, as entrevistadas continuavam a responder “um desconhecido”.

masculina do espaço público. Posto que o espaço não é apenas um meio para a interação social, mas também produzido por essas interações, assim como sugere Koskela (1999), as decisões de não sair à noite ou evitar certos lugares produzem e reproduzem um tipo de espaço urbano distinto.

Neste sentido, Spain (2014) afirma que argumentos que atribuem a culpa da violência de gênero no espaço público às próprias mulheres assediadas, seja por questionar a presença delas em um local e/ou horário considerado perigoso ou seja pôr em causa o tipo de vestuário utilizado pela vítima durante a ocorrência (vide Beiner 2005), intensificam a sensação de vulnerabilidade feminina e a limitação na mobilidade urbana das mulheres. Tais imposições cautelosas sobre locais, horários e vestuários adequados ao espaço público, sejam elas posicionadas por terceiros ou pelas próprias mulheres, limitam a mobilidade feminina e “contribuem para a sub-representação das mulheres em determinadas contextos, reforçando assim a sensação de medo e risco das mulheres que se encontram nesses contextos” (Law 1999, 570, tradução nossa).

A faixa etária também tem um importante aspecto no que se refere aos assédios no espaço público. De acordo com Carol Gardner (1980), as mulheres mais novas são as mais propícias a afligir-se com a prática. Desde cedo, as garotas são orientadas a assumir a responsabilidade pela prevenção de violência sexual regulando seus corpos e adotando estratégias para percorrer o espaço público sem serem notadas (Fileborn 2015). Em *Wanderlust: A History of Walking*, Rebecca Solnit (2000) relata suas primeiras experiências de medo no espaço público quando ainda adolescente:

I was, for example, followed near Fisherman's Wharf one afternoon by a well-dressed man who murmured a long stream of vile sexual proposals to me; when I turned around and told him off, he recoiled in genuine shock at my profanity, told me I had no right to speak to him like that, and threatened to kill me. (...) It was the most devastating discovery of my life that I had no real right to life, liberty, and pursuit of happiness out-of-doors, that the world was full of strangers who seemed to hate me and wish to harm me for no reason other than my gender, (...) and that hardly anyone else considered it a public issue rather than a private problem. I was advised to stay indoors at night, to wear baggy clothes, to cover or cut my hair, to try to look like a man, to move to someplace more expensive, to take taxis, to buy a car, to move in groups, to get a man to escort me – all modern versions of Greek walls and Assyrian veils, all asserting it was my responsibility to control my own

and men's behavior rather than society's to ensure my freedom. (capítulo 14, parágrafo 14)

De acordo com Bowman (1993), o assédio nas ruas representa uma experiência confusa e vergonhosa para uma garota e trata-se de um processo de fragilização, posto que implica sexualidade com vulnerabilidade e fomenta a falta de agencialidade ao banalizar a prática como parte do cotidiano feminino. Valentine (1989) assinala na mesma direção ao argumentar que más experiências no que se refere ao assédio nas ruas associam-se ao contexto geográfico onde ocorreram, “reforçando ou desenvolvendo a geografia de medo da jovem” (386, tradução nossa). Esses mapas mentais dos lugares que são seguros (privados) e dos lugares que são inseguros (públicos) também são ampliados ao deparar-se com experiências e conselhos de amigos e familiares, assim como reportagens mediáticas (Valentine 1989).

A propósito, Sottomayor (2016) acrescenta que o assédio sexual no contexto da adolescência provoca nas garotas medo ou estresse ao sair à rua, impedindo a realização com tranquilidade e segurança da vivência do espaço urbano. Segundo a autora, quando desempenham as tarefas cotidianas com um medo mesmo que parcial, as adolescentes pertencentes ao gênero feminino deixam de experimentar sensações de liberdade e de autonomia, fundamentais para o desenvolvimento humano.

O impedimento em ocupar os espaços públicos com liberdade ocasiona “uma menor participação das mulheres nos espaços públicos, na política, na vida cívica, bem com um fenômeno de agorafobia ou medo de falar em público”, posto que a prática faz com que “as mulheres tenham mais dificuldade em ter um pensamento independente, assumir riscos intelectuais” (Sottomayor 2016, 88), além de impedir que as mulheres transitem pelo espaço público com sentido de pertença. Neste sentido, entendemos que, assim como defende a autora, o assédio sexual ao gerar constrangimentos na vida pública das mulheres perpetua “o estatuto socialmente inferior destas e sua independência” (Sottomayor 2016, 88).

Na pesquisa “Violence Against Women: an EU-Wide Survey”, realizada pela FRA – European Union Agency for Fundamental Rights (2015), 55% das mulheres pesquisadas entre 18 e 39 anos de idade sofreram algum tipo de assédio sexual alguma vez na vida. Na maior parte dos casos em que as entrevistadas podiam assinalar mais de uma opção, os perpetradores eram “uma pessoa desconhecida”

(68%), seguidos de “uma pessoa conhecida” (35%) e “uma pessoa do trabalho” (32%), assim como colegas, supervisores ou clientes.

De acordo com Sottomayor (2016), embora não exista em Portugal uma lei propriamente para punir ou sancionar assédio nas ruas, uma alteração feita em 2015 ao Código Penal (Lei 83/2015, de 5 de agosto) incluiu dentro do crime de importunação sexual as propostas de teor sexual. Isto é, determinadas formas de assédio sexual verbal ocorridas no espaço público passam a ser punidas com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias. Entretanto, e assim como sugere a autora, se não houver contato físico de natureza sexual, ato de exibicionismo ou formulação de proposta de teor sexual, os assédios continuam a não ser punidos.

Neste sentido, ressaltamos que, entre o período de 2015 e 2017, foram instaurados aproximadamente 2.300 inquéritos no que se refere ao crime de importunação sexual em Portugal, porém, sem nenhuma condenação em curso (Pereira 2018). Outro dado relevante para o cenário é que, de acordo com o relatório da APAV (2017), apenas 0,2% dos crimes e outras formas de violência registradas em Portugal refere-se à importunação sexual (APAV 2017).

Defendemos nesta dissertação que esses números não ilustram o panorama vivido pelas mulheres atualmente no país. Ou seja, entende-se que a maior parte das vezes que as mulheres vivenciam assédio nas ruas, ou mesmo outras formas de violência de gênero, elas não recorrem às forças policiais ou entidades específicas (Sottomayor 2016). No caso de Lisboa, 62,3% das mulheres entrevistadas relataram “não fazerem nada” quando são vítimas de um ato de violência de gênero (ONVG/CICS.NOVA, 2017). Neste sentido, o relatório preliminar conclui que as principais razões para as mulheres não tomarem atitudes no que refere-se à violência de gênero são a desvalorização da gravidade da situação, não acreditarem que entidades possam ajudá-las, sentirem culpa/vergonha/embaraço pela situação, entre outros.

Por fim, a compreensão de que o assédio nas ruas é algo inerente ao cotidiano feminino também dificulta a tentativa de analisar o cenário português. Neste sentido, o estudo “Bullying and Sexual Harassment at the Workplace, in Public Spaces, and in Political Life in the EU”, do Parlamento Europeu (2018), propõe que a perspectiva endêmica do problema está refletida na naturalização do assédio, com as mulheres a perceber o assédio como parte inerente de suas vidas.

3.3 Considerações finais

Neste capítulo, abordamos duas experiências contemporâneas das mulheres no contexto urbano português que se apresentam enquanto transversais no cotidiano feminino, apesar das especificidades que as categorias de raça, classe, orientação sexual, entre outras, possam ocasionar: (i) a mobilidade urbana feminina influenciada pelas atividades de produção e reprodução, uma vez que as mulheres passaram a ter forte proeminência no mercado de trabalho, mas ainda são comumente associadas com as tarefas domésticas e os cuidados familiares, e (ii) o assédio nas ruas enquanto limitador da presença feminina no espaço público.

Por um lado, defendemos que a associação parcial do gênero feminino à esfera privada implica hábitos distintos de deslocação entre homens e mulheres no Ocidente. Neste sentido, o contexto português apresenta particularidades, posto que antes do 25 de Abril havia uma ordem jurídica que relacionava o trabalho doméstico como uma obrigação das mulheres. Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas e a proeminência do emprego feminino atualmente, compreende-se que a entrada dos homens na esfera privada ainda não ocorre de maneira igualitária, o que torna o cotidiano das mulheres nas cidades mais complexo e segmentado, uma vez que o gênero feminino vê-se dividido com mais frequência entre as responsabilidades familiares e o mercado de trabalho.

Por fim, abordamos a questão do assédio sexual nas ruas no contexto português. Ao percorrer os espaços públicos das cidades, as mulheres recorrem para estratégias de defesa e negociação, como analisar, antes mesmo de sair à rua, o vestuário e os lugares por onde vão transitar, além de evitar lugares isolados ou escuros à noite. Embora a escassa quantidade de pesquisas que tornem possível examinar o panorama português com exatidão, defendemos que o assédio sexual no espaço público, assim como o silêncio que o envolve a partir de uma compreensão social que banaliza a ação apesar de seus malefícios, impede a participação igualitária das mulheres nas cidades.

CONCLUSÃO

A partir da compreensão do conceito de espaço enquanto um meio para as interações sociais e, ao mesmo tempo, produzido por esses encontros cotidianos com bagagem histórica, foi possível analisar ao longo desta dissertação as experiências urbanas das mulheres enquanto distintas de um modo mais restritivo em Portugal. Para tanto, buscamos evidenciar como os padrões de mobilidade urbana e as experiências nas cidades são afetados pela dicotomia que conecta o gênero feminino à esfera privada e o gênero masculino à esfera masculina em dois tópicos principais: (i) o trabalho reprodutivo de cuidados domésticos e familiares sendo visto enquanto uma tarefa predominantemente feminina, mesmo quando as mulheres trabalham em tempo integral; e (ii) o assédio nas ruas como determinante para a sensação de medo e insegurança quando as mulheres percorrem os espaços públicos das cidades, principalmente nos períodos noturnos.

Neste sentido, o *primeiro capítulo* trouxe embasamento teórico em torno dos conceitos de gênero, espaço, cidade como construções sociais e culturais, pontos fundamentais para o desenvolvimento dos capítulos seguintes, bem como para o entendimento de que as experiências urbanas devem ser analisadas também pelas lentes de gênero. Relacionadas entre si, as categorias de mobilidade e corporalidade são interligadas com o gênero, uma vez que modificam-se a partir das especificidades de um corpo, da socialização de gênero, de representações culturais, de discursos e de imaginários sociais, entre outros.

Na história da mobilidade urbana, o uso do espaço público por parte do gênero feminino foi marcado por limitações que fizeram com que as mulheres vivenciassem o contexto urbano ocidental de maneira mais cautelosa do que os homens. Por isso, no *segundo capítulo*, discorreremos sobre três períodos marcantes nos séculos XIX e XX: (i) o surgimento e a relevância da figura masculina do *flâneur* de Charles Baudelaire (1995) na cidade moderna quando estudiosos afirmam que não existiu um contraponto feminino equivalente; (ii) os subúrbios de classe média no pós-Segunda Guerra da cultura anglo-americana que intensificaram a associação das mulheres com o plano doméstico; e (iii) a proeminência das mulheres no mercado de trabalho no século XX, e como esse cenário marca fortemente o cotidiano feminino entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

Existente desde a Grécia Antiga, a ideologia das esferas separadas que associa

a esfera pública aos homens e relega às mulheres a esfera privada da domesticidade abordada especificamente no *segundo capítulo* traduz-se em uma partilha desigual da sociedade nos dias atuais, mesmo que indubitavelmente elas tenham ganhado maior mobilidade no século XXI. É neste ponto que entramos no *terceiro capítulo*, a partir de uma abordagem sobre os padrões de mobilidade urbana feminina marcados pela sobrecarga do trabalho reprodutivo em meio ao trabalho produtivo.

Conforme visto anteriormente, os avanços sociais ocorridos em Portugal desde a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a instalação da democracia que colocou em pé de igualdade as mulheres e os homens perante a lei portuguesa não foram capazes de eliminar por completo as desigualdades de gênero no país. Neste ponto, ressaltamos que as mulheres, em sua maioria, ainda encontram-se associadas com as responsabilidades familiares, como o cuidado da casa e dos filhos, mesmo quando estão a trabalhar a tempo integral.

Embora as experiências femininas nas cidades mudem conforme a raça, classe, orientação sexual, entre outros, as vivências das mulheres apresentam-se de modo transversal modificada pela domesticidade, posto que o trabalho reprodutivo altera o cotidiano feminino, gerando um padrão de mobilidade urbana mais complexo – ou seja, as mulheres fazem viagens menores e mais dispersas durante o dia à medida que precisam conciliar o trabalho com as tarefas domésticas e os cuidados familiares – e significativamente restrito. A propósito, argumentamos que, para as mulheres participarem plenamente da esfera pública, faz-se necessário que os homens dividam as tarefas domésticas de forma equivalente, uma vez que a entrada progressiva do gênero feminino na vida pública não teve reflexo equivalente na admissão do gênero masculino à esfera privada.

A seguir, concentramo-nos na prática do assédio nos espaços públicos, outro ponto de restrição da mobilidade urbana das mulheres em Portugal – e que também decorre da ideologia das esferas separadas. O assédio nas ruas modifica as experiências nas cidades, posto que a prática evoca o medo de violências consideradas mais graves, como o estupro, e recorda o gênero feminino que não está seguro e/ou é bem-vindo na esfera pública. Em outras palavras, o assédio nas ruas influencia na maneira que as mulheres vivenciam as vias públicas ao realocar a insegurança a respeito da violência de gênero paradoxalmente no espaço público.

Embora uma recente alteração de lei no Código Civil torne possível enquadrar a prática como delito, o assédio ocorrido em espaços públicos é percebido pela

sociedade, por vezes, como uma simples parte do cotidiano feminino. Neste sentido, a inexistência de condenações pelo crime de importunação sexual entre o período de 2015 a 2017, embora tenham sido abertos mais de 15 inquéritos por semana, vai ao encontro do nosso argumento. De certo, a lacuna de pesquisas em torno do assédio nas ruas em Portugal não ajuda a visibilizar o assunto enquanto um problema contemporâneo e marcante para a sociedade.

A respeito disso, entendemos que a normalização em torno do trabalho reprodutivo enquanto tarefa “natural” do gênero feminino e do assédio nas ruas como parte do cotidiano das mulheres refletem-se na pouca quantidade de material existente em Portugal disponível para a realização desta dissertação. Com isso em mente, ressaltamos a urgência na produção de futuras pesquisas quantitativas – mesmo que em uma abordagem mais ampla e holística – no intuito de avaliar as práticas e os valores da sociedade e da cultura em Portugal que ainda impedem a participação igualitária das mulheres na esfera pública da sociedade contemporânea. Diante do exposto, destacamos ainda a necessidade de pesquisas qualitativas que levem em consideração as práticas urbanas, as narrativas e as experiências que rondam a mobilidade feminina no país atualmente.

REFERÊNCIAS

- Aboim, Sofia. 2012. “Gênero e Modernidade: a Construção Pública do Privado.” *Estudos Feministas* 20(1).
- Alsop, Rachel, Annette Fitzsimons e Kathleen Lennon. 2002. *Theorizing Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Amâncio, Lígia. 1994. *Masculino E Feminino. A Construção Social Da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- APAV. 2017. *Estatísticas APAV – Relatório Anual 2016*.
- Arendt, Hannah. 2007. *A Condição Humana*. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro.
- Baudelaire, Charles. 1995. *The Painter of Modern Life*. Londres: Phaidon Press.
- Beauvoir, Simone de. 1997. *The Second Sex*. Londres: Vintage.
- Beiner, Theresa. 2005. “Sexy Dressing Revisited: Does Target Dress Play a Part in Sexual Harassment Cases”. *Duke Journal of Gender Law & Policy* 14(125).
- Benjamin, Walter. 1969. “Paris: Capital of Nineteenth Century.” *Perspecta* 12.
- _____. 2006. *The Writer of Modern Life: Essays on Charles Baudelaire*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bhattacharyya, Rituparna. 2014. “Understanding the Spatialities of Sexual Assault against Indian Women in India.” *Gender, Place & Culture* 63.
- Blunt, Alison, e Gillian Rose. 1994. “Introduction: Women’s Colonial and Postcolonial Geographies.” In *Writing Women and Space: Colonial and Postcolonial Geographies*, 1–27. Nova Iorque: The Guilford Press.
- Bordo, Susan. 1990. “Feminism, Postmodernism, and Gender-Scepticism”. In *Feminism/Postmodernism*, editado por Linda J. Nicholson. Nova Iorque: Routledge.
- Bourdieu, Pierre. 1990. *The Logic of Practice*. Redwood: Stanford University Press.
- Bourdieu, Pierre, e Pierre Lamaison. 1986. “From Rules to Strategies: An Interview with Pierre Bourdieu.” *Cultural Anthropology* 1(1).
- Bowman, Cynthia Grant. 1993. “Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women.” *Harvard Law Review* 106(3).

- Brontë, Charlotte. 1993. *Villette*. Hertfordshire: Wordsworth.
- Buck-Morss, Susan. 1986. "The Flâneur, the Sandwichman and the Whore: The Politics of Loitering." *New German Critique* 39.
- Burwick, Roswitha. "From Aesthetic Teas to the World of Nobles Reformers: The Berlin Salonière (1780-1848)." *Pacific Coast Philology* 29(2).
- Butler, Judith. 1988. "Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory." *Theatre Journal* 40(4).
- _____. 1999. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge.
- Certeau, Michel de. 1984. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press.
- CESIS/CITE. 2016. *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos para Intervenção Social e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Christensen, Hilda Rømer; Helle Poulsen e Helene Hjorth. 2007. *Gender Mainstreaming European Transport Research and Policies*. Copenhagen: The Coordination for Gender Studies, University of Copenhagen.
- CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. 2017. *Igualdade de Género em Portugal – Indicadores-Chave 2017*.
- CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. 2016. *Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho em Portugal*.
- Connell, Raewyn. 1987. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Cott, Nancy. 1991. "A Mulher Moderna. O Estilo Americano Dos Anos Vinte." In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 5: O Século XX*, editado por Françoise Thébaud, 95–113. Porto: Edições Afrontamento.
- Crampe-Casnabet, Michèle. 1991. "A Mulher No Pensamento Filosófico Do Século XVIII." In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 3: Do Renascimento À Idade Moderna*, editado por Georges Duby and Michelle Perrot, 369–407. Porto: Edições Afrontamento.
- Crane, Randall. 2007. "Is There a Quiet Revolution in Women's Travel? Revisiting the Gender Gap in Commuting." *Journal of the American Planning Association* 73(3).
- Cresswell, Tim. 1999. "Embodiment, Power and the Politics of Mobility: The Case of Female Tramps and Hobos." *Transactions of the Institute of British Geographers* 24(2).

_____. 2006. *On the Move*. Nova Iorque: Routledge.

_____. 2010. "Towards a Politics of Mobility." *Environment and Planning D: Society and Space* 28.

Cresswell, Tim, e Tanu Priya Uteng. 2008. "Gendered Mobilities: Towards an Holistic Understanding." In *Gendered Mobilities*, editado por Tim Cresswell e Tanu Priya Uteng, 1–12. Farnham: Ashgate Publishing Ltd.

Doan, Petra. 2010. "The Tyranny of Gendered Places – Reflections from Beyond the Gender Dichotomy." *Gender, Place & Culture* 17(5).

Elkin, Lauren. 2016. *Flâneuse: Women Walk the City in Paris, New York, Tokyo, Venice and London*. Ebook. Londres: Chatto & Windus, edição iBooks.

England, Kim. 1993. "Changing Suburbs, Changing Women: Geographic Perspectives on Suburban Women and Suburbanization." *Frontiers: a Journal of Women Studies* 14(1).

Erickson, Rebeca. 2005. "Why Emotion Work Matters: Sex, Gender, and the Division of Household Labour". *Journal of Marriage and Family* 67(2).

Fenster, Tovi. 2005a . "Gender and the City: The Different Formations of Belonging." *A Companion to Feminist Geography*, editado por Lise Nelson e Joni Seager. Oxford: Wiley-Blackwell.

_____. 2005b. "The Right to the City and Gendered Everyday Life." *Journal of Gender Studies* 14(3).

Ferreira, Virginia. 1999. "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52.

Fileborn, Bianca. 2015. "Doing gender, doing safety? Young adults' production of safety on a night out." *Gender, Place & Culture* 23(8).

Firestone, Shulamith. 1970. *The Dialectic of Sex*. Nova Iorque: William Morro and Company.

Fishman, Robert. 1987. *Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*. Nova Iorque: Basic Books.

Foucault, Michel. 1987. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

_____. 1999. *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. 2000. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

FRA – European Union Agency for Fundamental Rights. 2015. *Violence Against Women: EU-Wide Survey*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

Fraisse, Geneviève. 1991. “Da Destinação Ao Destino. História Filosófica Da Diferença Entre Os Sexos.” In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 4: O Século XIX*, editado por Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, 59–95. Edições Afrontamento.

Fraser, Nancy. 1995. “Pragmatism, Feminism, and the Linguistic Turn.” In *Feminist Contentions. A Philosophical Exchange*, editado por Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell e Nancy Fraser, 157–71. Nova Iorque: Routledge.

Friedan, Betty. 1963. *The Feminine Mystique*. Nova Iorque: Dell Publishing.

Friedberg, Anne. 1991. “Les Flâneurs du Mal(l): Cinema and the Postmodern Condition.” *PMLA* 106(3).

Galerand, Elsa e Danièle Kergoat. 2017. “The Subversive Potential of Women’s Relation to Work.” *Critical Horizons*, 18(1).

Gardner, Carol Brooks. 1980. “Passing By: Street Remarks, Address Rights, and the Urban Female.” *Sociological Inquiry*, 50(3–4).

Gilbert, Melissa. 1988. “‘Race’, Space, and Power: The Survival Strategies of Working Poor Women.” *Annals of the Association of American Geographers* 88(4).

Gleber, Anke. 1999. *The Art of Taking a Walk*. Princeton: Princeton University Press.

Goddard, Tara, Susan Handy, Xinyt Cao e Patricia Mokhtarian. 2006. “Voyage of the SS Minivan - Women’s Travel Behavior in Traditional and Suburban Neighborhoods.” *Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board*.

Gordon, Margaret, e Stephanie Riger. 1981. “The Fear of Rape: A Study in Social Control.” *Journal of Social Issues* 37(4).

Grieco, Sara F. Matthews. 1991. “O Corpo, Aparência E Sexualidade.” In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 3: Do Renascimento À Idade Moderna*, editado por Georges Duby and Michelle Perrot, 71–119. Porto: Edições Afrontamento.

Grosz, Elizabeth. 1992. “Bodies-Cities.” In *Sexuality and Space*, editado por Beatriz Colombina, 241–53. Nova Iorque: Princeton Architectural Press.

_____. 1994. *Volatile Bodies. Toward a Corporeal Feminism*. Bloomington: Indiana Press University.

Habermas, Jürgen. 1991. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press.

Hall, Stuart. 1997. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: SAGE Publications.

_____. 2006. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Hanson, Susan. 2010. "Gender and Mobility: New Approaches for Informing Sustainability." *Gender, Place & Culture* 17 (1).

Hanson, Susan, e Geraldine Pratt. 1995. *Gender, Work, and Space*. Londres: Psychology Press.

Hanson, Susan, e Perri Hanson. 1980. "Gender and Urban Activity Patterns in Uppsala, Sweden." *Geographical Review* 70(3).

Harris, Richard e Peter J. Larkham. 2004. "Suburban Foundation, Form and Function". In *Changing Suburbs: Foundation, Form and Function*, editado por Peter Harris e Peter J. Larkham: 1-31. Routledge: Nova Iorque.

Harvey, David. 2003. "Debates and Developments - The Right to the City." *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(3).

_____. 2005. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

_____. 2013. *Rebel Cities - From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso.

Hjorthol, Randi. 2008. "Daily Mobility of Men and Women – A Barometer of Gender Equality?". In *Gendered Mobilities*, editado por Tanu Priya Uteng e Tim Cresswell. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

Hochschild, Arlie. 1983. *The Managed Heart – The Commercialization of Human Feelings*. Berkeley: University of California Press.

_____. 2003. *The Second Shift*. Nova Iorque: Penguin Books.

hooks, Bell. 1990. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Boston: South End Press.

hooks, Bell, e Cornel West. 1991. *Breaking Bad: Insurgent Black Intellectual Life*. Boston: South End Press.

Hufton, Olwen. 1991. "Mulheres, trabalho e família". In *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 3: Do Renascimento à Idade Moderna*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 24–68. Porto: Edições Afrontamento.

IGOT/CEG – Universidade de Lisboa^[1]. 2016. *Género e Mobilidade. Desigualdade no Espaço-Tempo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos^[2] e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Kale, Steven. 2002. "Women, the Public Sphere, and the Persistence of Salons." *French Historical Studies* 25(1).

Koskela, Hille. 1999. “‘Gendered Exclusions’: Women’s Fear of Violence and Changing Relations to Space.” *Geografiska Annaler* 81(2).

Lagrange, Rose-Marie. 1991. “Uma Emancipação Sob Tutela. Educação E Trabalho Das Mulheres No Século XX.” In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 5: O Século XX*, editado por Françoise Thébaud, 505–43. Porto: Edições Afrontamento.

Law, Robin. 1999. “Beyond ‘women and transport’: towards new geographies of gender and daily mobility.” *Progress in Human Geography* 23(4).

Lefaucheur, Nadine. 1991. “Maternidade, Família, Estado.” In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 5: O Século XX*, editado por Françoise Thébaud, 503. Porto: Edições Afrontamento.

Lefebvre, Henri. 1976. “Reflections on the Politics of Space.” *Antipode* 8 (2).

_____. 2008. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.

_____. 2012. *O Direito À Cidade*. Edição por. Lisboa: Estúdio.

Lister, Ruth. 2000. “Gender and The Analysis of Social Policy.” In *Rethinking Social Policy*, organizado por Gail Lewis, Sharon Gewirtz e John Clarke. Londres: Sage Publications.

Loukaitou-Sideris, Anastasia. 2005. “Is It Safe to Walk Here? Design and Policy Responses to Women’s Fear of Victimization in Public Places.” In *Conference Proceedings 35: Research on Women’s Issues in Transportation, Vol. 2, Technical Papers*, Transportation Research Board of the National Academies: Washington, D.C.

Macedo, Ana Gabriela, e Ana Luísa Amaral. 2005. *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento.

Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa. 1998. “Processos de uma Modernidade Inacabada. Mudanças Estruturais e Mobilidade Social.” In *Portugal, que Modernidade?* organizado por José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa 17– 44. Oeiras: Celta Editora.

Mackenzie, Suzanne. 1988. “Balancing Our Space and Time: The Impact of Women’s Organisation on the British City, 1920-1980.” In *Women in Cities: Gender and the Urban Environment*, editado por Jo Little, Linda Peake e Pat Richardson, 41-60. Hampshire: Macmillan Education.

Mackintosh, Phillip Gordon, e Glen Norcliffe. 2006. “Flânerie on Bicycles: Acquiescence to Women in Public in the 1890s.” *The Canadian Geographer* 1.

Martin, Emily. 1991. “The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles.” *Signs* 16(3).

Martin, Karin. 1998. “Becoming a Gendered Body: Practices of Preschools.” *American Sociological Review* 63(4).

- McKinsey e LeanIn.Org . 2017. Women in the Workplace. Disponível em: <<https://womenintheworkplace.com>>. Acesso em maio de 2010.
- Melo, Vitor Andrade de, e André Schetino. 2009. “A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX.” *Revista Estudos Feministas* 17(1).
- Merleau-Ponty, Maurice. 2002. *Phenomenology of Perception*. Londres: Routledge.
- Merry, Sally Engle. 2009. *Gender Violence: A Cultural Perspective*. Oxford: Willey-Blackwell.
- Michelet, Jules. 1860. *La Femme*. Paris: Librairie L. Hachette et Cie.
- Moi, Toril. 1999. *What Is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press.
- Monteiro, Rosa. 2011. “Feminismo de Estado em Portugal: Mecanismos, Estratégias, Políticas e Metamorfoses.” Tese de doutorado, Universidade de Coimbra.
- Okin, Susan Moller. 1989. *Justice, Gender, and the Family*. Nova York: Basic Books.
- _____. 2008. “Gênero, o Público e o Privado.” *Estudos Feministas* 16 (2).
- ONVG/CICS.NOVA. (2017). *Primeiro Inquérito Municipal à Violência doméstica e de Género no Concelho de Lisboa – Síntese de Resultados*.
- Ortiz, Renato. 1983. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- Ortner, Sherry. 1972. “Is Female to Male as Nature Is to Culture?” *Feminist Studies* 1(2).
- Pain, Rachel. 1997. “Whither women’s fear? Perceptions of sexual violence in public and private space.” *International Review of Victimology*, 4.
- Park, Robert. 1967. *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Parlamento Europeu. 2018. “Bullying and Sexual Harassment at the Workplace, in Public Spaces, and in Political Life in the EU.” Disponível em <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/604949/IPOL_STU\(2018\)604949_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/604949/IPOL_STU(2018)604949_EN.pdf)>. Acesso em junho de 2018.
- Parsons, Deborah. 2000. *Streetwalking the Metropolis: Women, City, and Modernity*. Oxford: Oxford University Press.
- Pateman, Carole. 1980. “‘The Disorder of Women’: Women, Love, and the Sense of Justice.” *Ethics* 91(1).

_____. 2012. “Críticas Feministas À Dicotomia Público/privado.” In *Teoria Política E Feminismo: Abordagens Brasileiras*, editado por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, 55–79. Vinhedo: Horizonte.

Pedulla, David, e Sarah Thébaud. 2015. “Can We Finish the Revolution? Gender, Work-Family Ideals, and Institutional Constraint.” *American Sociological Review* 80(1).

Pereira, Filipa Matias. 2018. Desde que piropo é crime, há centenas de queixas contra zero reclamações. *Notícias ao Minuto*. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/pais/958920/desde-que-piropo-e-crime-ha-centenas-de-queixas-contra-zero-condenacoes>>. Acesso em março de 2018.

Pereira, Maria do Mar. 2012. *Fazendo Género No Recreio. A Negociação Do Género Em Espaço Escolar*. Lisboa: ICS - Instituto de Ciências Sociais.

Perista, Heloísa. 2002. “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens.” *Análise Social* 37(163).

Piponnier, Françoise. 1991. “O universo feminino: espaços e objetos”. In *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 2: A Idade Média*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 441–459. Porto: Edições Afrontamento.

Pollock, Griselda. 1988. *Vision and Difference: Feminism, Femininity and the Histories of Art*. Nova Iorque: Routledge.

Polk, Merritt. 2005. Integration of gender equality into transport policy and practice in Sweden. *Research on Women's Issues in Transportation*. Chicago: Transportation Research Board.

Preston, Valerie, e Ebru Ustundag. 2005. “Feminist Geographies of the ‘City’: Multiple Voices,^[11] Multiple Meanings”. In *A Companion to Feminist Geography*, editado por Lise Nelson e Joni Seager, 211-227. Oxford: Blackwell Publishing.

Queirós, Margarida, e Nuno Marques da Costa. 2012. “Knowledge on Gender Dimensions of Transportation in Portugal.” *Dialogue and Universalism* 3(1).

Quinn, Beth. 2012. “Sexual Harassment and Masculinity: The Power and Meaning of Girl Watching.” *Gender and Society*, 16(3).

Rahman, Momin, e Stevi Jackson. 2010. *Gender and Sexuality: Sociological Approaches*. Cambridge: Polity Press.

Rees, Gwyther. 2017. “Children’s daily activities: age variations between 8 and 12 years old across 16 countries.” *Journal of International and Comparative Social Policy* 33(2).

Risério, Antonio. 2015. *Mulher, Casa E Cidade*. São Paulo: Editora 34.

- Rousseau, Jean-Jacques. 1979. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Difel.
- Rubin, Gayle. 1975. "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy of Sex.'" In *Towards an Anthropology of Women*, edited by Rayna R. Reiter, 157–210. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Ruddick, Susan. 1996. "Constructing Difference in Public Spaces: Race, Class, and Gender as Interlocking Systems." *Urban Geography* 17(2).
- Rutherford, Brent; e Gerda Wekerle. 1988. "Captive Rider, Captive Labor: Spatial Constraints and Women's Employment." *Urban Geography* 9(2).
- Saegert, Susan. 1980. "Masculine Cities and Feminine Suburbs: Polarized Ideas, Contradictory Realities." *Signs* 5 (3).
- Sassen, Saskia. 1991. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Oxford: Princeton University Press.
- Scheid, John. 1990. "'Estrangeiras' indispensáveis. Os Papéis Religioso Das Mulheres Em Roma." In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 1: A Antiguidade*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 465–509. Porto: Edições Afrontamento.
- Schmid, Christian. 2012. A Teoria Da Produção Do Espaço de Henri Lefebvre: Em Direção a Uma Dialética Tridimensional. *GEOUSP - Espaço E Tempo* 32.
- Scott, Joan Wallach. 1991. "A Mulher Trabalhadora." In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 4: O Século XIX*, editado por Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, 443–75. Porto: Edições Afrontamento.
- _____. 1999. *Gender and The Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Sennett, Richard. 1970. *The Uses of Disorder - Personal Identity and City Life*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- _____. 1977. *The Fall of the Public Man*. Londres: Penguin Books.
- _____. 2003. *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Setton, Maria da Graça Jacintho. 2002. "A Teoria Do Habitus Em Pierre Bourdieu: Uma Leitura Contemporânea." *Revista Brasileira de Educação* 20.
- Sheller, Mimi. 2008. "Gendered Mobilities: Epilogue." In *Gendered Mobilities*, editado por Tanu Prys Uteng and Tim Cresswell, 257–65. Burlington: Ashgate Publishing Ltd.
- Shields, Rob. 2005. *Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics*. Londres: Taylor & Francis.

Soares, Luisa Afonso. 2005. “Afirmção e Subversão na ficção narrativa de Vicky Baum e Marieluise Fleisser”. In *Actas do Colóquio “Escrita de Mulheres”* 19, organização Maria Teresa Delgado Mingocho: 59-83. CIEG - Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Coimbra.

Soares, Manuela Goucha. 2015. “Quatro Décadas de Democracia: 31 Mulheres Ministras e 467 Homens”. Expresso. Disponível em: <http://multimedia.expresso.pt/240415_mulheres_no_poder>. Acesso em dezembro de 2017.

Solnit, Rebecca. 2000. *Wanderlust: A History of Walking*. Nova Iorque: Penguin Books, edição eletrônica.

Sottomayor, Maria Clara. 2016. Assédio Sexual nas Ruas e no Trabalho: Uma Questão de Direitos Humanos. *Combate à Violência de Género - [SEP] Da Convenção de Istambul à nova legislação penal*. Porto: Universidade Católica Editora.

Spain, Daphne. 2014. “Gender and Urban Space.” *Annual Review of Sociology* 40(1).

Straus, Erwin W. 1952. “The Upright Posture.” *Psychiatric Quarterly* 26(1).

Strong-Boag, Veronica, Isabel Dyck, Kim England e Louise Johnson. 2004. “Suburban Foundation, Form and Function”. In *Changing Suburbs: Foundation, Form and Function*, editado por Peter Harris e Peter J. Larkham: 1-31. Routledge: Nova Iorque.

Thébaud, Françoise. 1991. “A Grande Guerra. O Triunfo Da Divisão Sexual.” In *História Das Mulheres No Ocidente. Vol. 5: O Século XX*, editado por Françoise Thébaud, 93. Porto: Edições Afrontamento.

Thomas, Y. 1990. “A divisão dos sexos no direito romano”. In *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 1: A Antiguidade*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 127–199. Porto: Edições Afrontamento.

Valentine, Gill. 1989. “The Geography of Women’s Fear.” *Area*, 21(4).

Vecchio, Silvana. 1991. “A boa esposa”. In *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 2: A Idade Média*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 144–183. Porto: Edições Afrontamento.

Viana, Márcia Regina. 2010. “Liberdade E Existência: Os Movimentos Do Existir Em Simone de Beauvoir.” *Estudos Filosóficos* 5: 118–29.

Walkowitz, Judith. 1991. “Sexualidades perigosas”. In G. Fraisse & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 4: O século XIX*, editado Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, 403–441. Porto: Edições Afrontamento.

West, Candace, e Don H. Zimmerman. 1987. “Doing Gender.” *Gender and Society* 1(2).

Willard, Francis E. 1895. *A Wheel within a Wheel: How I Learned to Ride the Bicycle, with Some Reflections by the Way*. Chicago: Women's Temperance Publishing Association.

Williams, Raymond. 1973. *The Country and the City*. Oxford: Oxford University Press.

Wilson, Elizabeth. 1991. *The Sphinx in the City*. Londres: Virago Press.

_____. 2001. "The Invisible Flâneur." In *The Contradictions of Culture*, 72–89. Londres: SAGE Publications.

Wolff, Janet. 1985. "The Invisible Flâneuse: Women and the Literature of Modernity." *Theory Culture Society* 2 (37).

_____. 2006. "Gender and the Haunting of Cities (or, the retirement of the flâneur)." In *The Invisible Flâneuse? Gender, Public Space, and Visual Culture in the Nineteenth-Century Paris*, editado por Aruna D'Souza e Tom McDonough, 18–30. Manchester: Manchester University Press.

_____. 2010. "Keynote: Unmapped Spaces — Gender, Generation and the City." *Feminist Review* 96(14).

Woolf, Virginia. 1978. *A Room of One's Own*. Londres: The Hogarth Press.

Young, Iris Marion. 2005. *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. Nova York: Oxford University Press.

Zaidman, Louise. 1990. "As filhas de Pandora - Mulheres e rituais nas cidades". In *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 1: A Antiguidade*, editado por Georges Duby e Michelle Perrot, 411–463. Porto: Edições Afrontamento.